

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES**  
**CENTRO DE ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

MARCIA CRISTINA FAJARDO LOPES

**CIDADE E RESTAURO:**  
**GESTÃO E SUSTENTABILIDADE DO SÍTIO HISTÓRICO DE SÃO**  
**JOSÉ DO QUEIMADO - ES**

**Vitória**  
**2017**

**MARCIA CRISTINA FAJARDO LOPES**

**CIDADE E RESTAURO:**  
**GESTÃO E SUSTENTABILIDADE DO SÍTIO HISTÓRICO DE SÃO**  
**JOSÉ DO QUEIMADO - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU – do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração - Patrimônio, sustentabilidade e tecnologia.

Orientador: Nelson Pôrto Ribeiro.

**Vitória**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Setorial do Centro de Artes da Universidade Federal do  
Espírito Santo, ES, Brasil)

---

L864c      Lopes, Marcia Cristina Fajardo, 1959-  
              Cidade e restauro : gestão e sustentabilidade do Sítio  
              Histórico de São José do Queimado–ES / Marcia Cristina Fajardo  
              Lopes. – 2017.  
              173 f. : il.

              Orientador: Nelson Pôrto Ribeiro.  
              Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –  
              Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

              1. Gestão. 2. Sustentabilidade. 3. Simbolismo. 4. Paisagem  
              cultural. I. Ribeiro, Nelson Pôrto. II. Universidade Federal do  
              Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

---

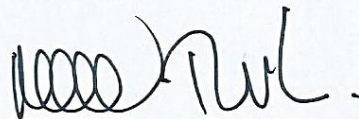
MARCIA CRISTINA FAJARDO LOPES

“CIDADE E RESTAURO: GESTÃO E SUSTENTABILIDADE DO  
SÍTIO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO - ES”

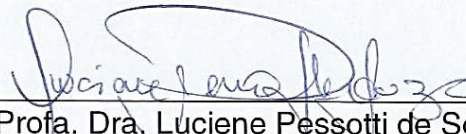
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito  
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em  
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 10 de julho de 2017.

Comissão Examinadora



Prof. Dr. Nelson Pôrto Ribeiro  
(orientador – PPGAU/UFES)



Profa. Dra. Luciene Pessotti de Souza  
(membro externo – DAU/UFES)



Profa. Dra. Marcia Regina Romeiro Chuva  
(membro externo – UNIRIO)  
(via webconferência)

**A Caio e Jorge, meus  
amores, pela compreensão e  
apoio.**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela contribuição para minha formação, e que por meio de seus conhecimentos ensinados enriqueceram esta dissertação. Aos professores da banca de qualificação que muito concorreram com suas orientações.

## RESUMO

Neste trabalho de pesquisa procurou-se fazer uma reflexão sobre os problemas que atualmente dizem respeito ao Sítio Histórico de São José do Queimado, localizado no Distrito de Queimado, Município da Serra, cujo tombamento se deu pelo Estado do Espírito Santo. A história da Insurreição de Queimado é um fator de extrema relevância que marcou, em 1849, a Vila de São José do Queimado, que teve nesse sítio seu início, auge e decadência determinada por questões diversas. As ruínas da igreja e do cemitério são as únicas testemunhas dessa história, que hoje se mantém viva em grande parte devido às Celebrações Macroecumênicas realizadas todo ano para marcar a data de 19 de março. O Sítio histórico, localizado na zona rural, foi contemplado com um projeto de revitalização do seu espaço, ainda não executado, porém próximo a outros projetos idealizados para seu entorno, que podem trazer impactos benéficos ou não para sua paisagem cultural. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é fazer um inventário de todas as ações e projetos previstos para este sítio e região. Pesquisou-se também o universo simbólico destas ruínas, celebrados através de rituais que contam a história cultural dos antepassados que ali viveram. Foram adotadas metodologias tais como: levantamento histórico, iconográfico e pesquisa teórica, dentre outras. O aprofundamento na pesquisa teórica nos ajudou a compreender melhor determinados conceitos que devem fazer parte de qualquer debate sobre esse patrimônio no futuro, tais como: gestão, sustentabilidade, tombamento, simbolismo e paisagem cultural. Concluindo, este trabalho de pesquisa, além de trazer resultados significativos para o melhor conhecimento desse sítio histórico, poderá encorajar outros pesquisadores a desenvolver outros projetos sobre o tema, que também poderá servir de exemplo para outros sítios semelhantes. Desse modo, procurou-se contribuir para futuros debates sobre esse objeto de estudo, ressaltando a participação da comunidade, do poder público e das parcerias privadas, e buscando construir um importante plano de ações e projetos para a gestão e sustentabilidade do Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado e seu entorno.

Palavras-chave: Gestão, sustentabilidade, simbolismo, paisagem cultural.

## ABSTRACT

The purpose of this research is to reflect upon the situation of the **Historical and Archeological Site of São José do Queimado**. Located in the district of Queimado, Município da Serra, in the state of Espírito Santo, Brazil, it has been included in the list of historical and cultural sites that are protected by the state. The insurrection of Queimado, in 1849, is of extreme relevance to the history of the village, Vila de São José do Queimado, which had its beginning, peak and its decadence determined by different issues. The ruins of the church and the cemetery are the only witnesses of this piece of history, which has been kept alive in great part due to Macroecumenical celebrations that are held on the 19<sup>th</sup> of March each year. The historical site located in the rural area was contemplated with a project of revitalization, which has not yet been implemented. However, next to other projects idealized for their surroundings, they can have good or bad impacts to its cultural and historical landscape. In this context, the aim of this research is to make an inventory of all the actions and projects to be implemented in this very site. There was also a detailed study of the symbolism of these ruins, celebrated in rituals to keep the history of its ancient people alive. The methodology included historical, iconographic and theoretical researches, among others. The theoretical study greatly helped us understand important issues to be considered in any debate regarding the maintenance of this important heritage in the future, such as: management, sustainability, as well as the protection of its cultural and historical heritage, symbolism and cultural landscape. In short, besides contributing to a better knowledge of this historical site in particular, this study will enable further research about it, and will serve as an example to similar historical and cultural sites. Therefore, our aim is to contribute to future debates about this issue, highlighting the participation of the community, public power and private partnerships, and discuss the best plan of action to the management and sustainability of the **Historical and Archeological Site of São José do Queimado**, as well as its surroundings.

Key words: Management, sustainability, symbolism, cultural landscape.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 — Mapa elaborado em 2012 pelo IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. Identifica em traço mais grosso os cinco distritos do Município. As manchas em cinza são as áreas urbanizadas .....	31
Figura 02 — Possível traçado do caminho enladeirado que saía da igreja e levava ao Porto do Queimado. ....	32
Figura 03 — Foto da Igreja de São José do Queimado tirada em 1992. Ainda com sua volumetria intacta, porém sem o telhado. ....	39
Figura 04 — Foto da lateral da igreja em 1992. Podemos ver uma porta de acesso à nave e parte do arco cruzeiro separando a nave do altar-mor. ....	40
Figura 05 — Podemos ver o desenho elaborado sobre o vão da janela representando a flor de lis, símbolo de poder e um delicado desenho na parede que demonstra certo refinamento na decoração. Foto de 1992. ....	42
Figura 06 — Foto de 1992 mostrando os vãos das portas laterais da igreja. ....	42
Figura 07— Foto de 1992 mostrando parte da estrutura em madeira do coro. Possivelmente no canto esquerdo ficava a escada de subida para o mesmo. No centro o vão onde ficava a porta da entrada principal. ....	43
Figura 08 — Foto de 1992 mostrando o portão do cemitério com estrutura desenhada em ferro batido. ....	43
Figura 09 — Imagem do percurso de Serra Sede ao Sítio Histórico de Queimado. Em amarelo a Rodovia Chico Prego e a continuação, depois da bifurcação, em direção a Rodovia do Contorno. ....	45
Figura 10 — Fotos da estrada de acesso ao Sítio Histórico em 2004. ....	47
Figura 11 — Fotos tiradas da Rodovia Chico Prego mostrando a paisagem do entorno. Na segunda foto a entrada do Sítio Histórico. ....	48
Figura 12 — Fotos da execução calçamento da Rodovia Chico Prego em 2009. E a rodovia pronta e 2011. ....	48
Figura 13 — A imagem a esquerda mostra a beleza da estrada até as ruínas e a imagem a direita, a chegada à Igreja de São José do Queimado .....	48
Figura 14 — Parte da Costa do Espírito Santo entre a Baía de Vitória e a foz do Rio Doce. Aldeia de Reis Magos uma das primeiras aldeias jesuíticas. Mapa de Antônio João Teixeira Albernaz I, em 1631. ....	59
Figura 15 — Prospecto Vila de Vitória em 1767. Autor José Antônio Caldas .....	60

Figura 16 — Foto da Igreja de São José do Queimado em 1945. Podemos verificar a magnitude da Igreja de São José do Queimado ainda com o cruzeiro em frente à igreja.....	69
Figura 17 — Foto do altar da Igreja de São José do Queimado em 1925.....	70
Figura 18 — Transporte do café efetuado pelo rio Santa Maria em 1920 .....	86
Figura 19 — Vista da Vila de São José do Queimado em 1870, foto tirada por Albert Richard Dietze .....	90
Figura 20 — Estrada Serra a Vitória em 1926. Autor não identificado .....	91
Figura 21 — Vila de São José do Queimado em 1908. Autor: Eutychio D’Olivier ....	91
Figura 22 — Ruína da Igreja de São José do Queimado em 2012 .....	92
Figura 23 — Ruína do cemitério em 2012.....	93
Figura 24 — Lateral da ruína da Igreja em 2012.....	93
Figura 25 — Espaço em frente à ruína da Igreja de São José do Queimado .....	93
Figura 26 — Celebrações em frente à ruína da Igreja de São José do Queimado em 2012.....	98
Figura 27 — Celebrações na estrada em frente à ruína da Igreja de São José do Queimado em 2012.....	98
Figura 28 — Peça de Teatro “Um grito de liberdade” apresentada no dia 19 de março de 2016, em Serra Sede. Cena provável da celebração da missa pelo Frei Gregório de Bene .....	100
Figura 29 — Peça de Teatro “Um grito de liberdade”. Cena mostrando a capoeira como forma de luta dos escravos, mas também socialização política na época. Foto de 2016 .....	101
Figura 30 — Apresentação de Bandas de Congo durante celebração macro ecumênica no aniversário de 167 anos da Insurreição do Queimado, em 2016 .....	101
Figura 31 — Folheto contendo a programação da celebração de 2017, com os cânticos que acompanham os rituais .....	102
Figura 32 — Continuação da programação dos cânticos que acompanham os rituais.....	103
Figura 33 — Decoração para celebração. Os tecidos representam simbolicamente o altar .....	106

Figura 34— Imagem de Chico Prego erguida na praça no centro de Serra Sede em 2006 .....	107
Figura 35 — Momento do Padê de Exu, cerimônia de pedido de licença para iniciação dos rituais da celebração.....	107
Figura 36 — Entrada da Banda de Congo Konshaça do Município da Serra.....	107
Figura 37 — Casaca instrumento típico das bandas de Congo .....	107
Figura 38 — Momento da celebração mostrando uma das três moças de branco que contam em versos a história da Insurreição de Queimado.....	108
Figura 39 — Imagem do sincretismo religioso: leitura da Bíblia e oração africana .	108
Figura 40 — Saudação a N.S. da Aparecida. Parte final da celebração com os alimentos colocados para serem partilhados .....	108
Figura 41 — Paisagem próxima à entrada do Sítio Histórico, na rodovia Chico Prego. Ao fundo Rio Santa Maria da Vitória .....	114
Figura 42 — Paisagem do trajeto próximo a entrada do Sítio Histórico .....	116
Figura 43 — O mapa mostra os bens patrimoniais religiosos tombados e protegidos mais significativos do Município da Serra.....	127
Figura 44 — Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado – PR-SHAQ. Projeto de Implantação.....	130
Figura 45 — Perspectiva mostrando a implantação: paisagismo, paginação do piso, iluminação, anfiteatro e elementos de estar. Ao fundo vê-se o cemitério.....	131
Figura 46 — Perspectiva do portão de entrada no Sítio Histórico localizado onde termina a estrada asfaltada .....	131
Figura 47 — Perspectiva da Igreja de São José do Queimado, após sua consolidação e revitalização com materiais contemporâneos.....	132
Figura 48 — Aspecto do interior da igreja. Escada para chegada ao piso do coro, reprodução contemporânea do coro que ali existia. Um pouco acima do nível do solo uma caixa de pedras das ruínas dentro de um contexto simbólico .....	132
Figura 49 — Perspectiva do trecho do caminho entre a igreja e o cemitério e requalificação sítio histórico com espaços de lazer.....	133
Figura 50 — O mapa abaixo consta do estudo realizado do arquiteto Jaime Lerner para o Município da Serra. No mapa menor o Sítio de São José do Queimado (ponto preto) ficou de fora do retângulo de estudo dos elementos de interesse coletivo .....	138

Figura 51 — O mapa faz um estudo da estrutura urbana existente de acordo como PDM .....	139
Figura 52 — O mapa mostra o estudo em suas diversas interfaces com a estrutura existente. Vemos que o Sítio Histórico apesar de próximo não é integrado ao projeto do Jaime Lerner. A linha tracejada é o projeto da Rodovia do Contorno do Mestre Álvaro .....	140
Figura 53 — Mapa do PDM da Serra, mostrando o zoneamento atualizado de acordo com a Lei Nº 3.820/2012 .....	141
Figura 54 — Mostra o zoneamento ao qual pertence o Sítio Histórico e entorno imediato de acordo com o atual PDM da Serra .....	141
Figura 55 — Mapa mostrando delimitação urbana do Município da Serra. Utilizando a delimitação preliminar arqueológica do Sítio Histórico de São José do Queimado .....	143
Figura 56 — Anexo do PDM da Serra, mostrando a delimitação preliminar arqueológica do Sítio Histórico de São José do Queimado.....	144
Figura 57 — Foto mostrando um maciço de grandes proporções sendo considerado pelo projeto da Rodovia do Contorno do Mestre Álvaro, como potencial fornecedor de matéria prima. Pedreira pertencente à IBRATA Minerações LTDA.....	146
Figura 58 — A imagem do Google Earth utilizada para sobrepor o desenho é de 2009. O projeto da rodovia em rosa constitui o traçado revisado e em amarelo o antigo traçado.....	147
Figura 59 — Traçado da rodovia elaborado inicialmente em vermelho e o novo traçado corrigido de acordo com EIA/RIMA em agosto de 2013.....	147
Figura 60 — A imagem mostra o quadro dos impactos negativos e os positivos que poderão ocorrer na região onde está situado o Sítio Histórico de Queimado .....	150
Figura 61 — Segue em ordem o Cerimonial da 18ª Celebração Afro popular Macro Ecumênica dos 168 anos da Insurreição de Queimado. Serra Sede, 2017. ....	166
Figura 62 — Mapa da população da Paróquia de São José do Queimado em 1878. Na coluna Almas, a soma da população é de 3.385. ....	172
Figura 63 — Carta do Frei Gregório José Maria de Bene, em 25 de março de 1849, logo após a Insurreição de Queimado. ....	173

## LISTA DE SIGLAS

APA	— Área de Proteção Ambiental
CDP	— Centro de Detenção Provisória
CEC	— Conselho Estadual de Cultura
CIVIT	— Centro Industrial de Vitória
CONEGRO	— Conselho do Negro
CPH	— Câmara de Patrimônio Histórico e Cultural
CST	— Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD	— Companhia Vale do rio Doce
DER-ES	— Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo.
DNIT	— Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DPHC	— Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural
DPO	— Departamento de Projetos e Obras Públicas
DPU	— Departamento de Planejamento Urbano
EIA	— Estudo de Impacto Ambiental
FCCA	— Fundação Ceciliano Abel de Almeida
IPHAN	— Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IJSN	— Instituto Jones dos Santos Neves
LDB	— Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NACC	— Núcleo de Arte e Cultura Contemporânea da Serra
PMS	— Prefeitura Municipal da Serra
PPSH	— Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano
PR-SHAQ	— Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado
RIMA	— Relatório de Impacto Ambiental
SEDIR	— Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania
SEDUR	— Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEOB	— Secretaria de Obras Públicas
SEPLAE	— Secretaria de Planejamento Estratégico
UFES	— Universidade Federal do Espírito Santo.
ZIH	— Zona de Interesse Histórico

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
-------------------------	-----------

### **CAPÍTULO I – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ASPECTOS JURÍDICOS DO SÍTIO HISTÓRICO DE QUEIMADO.**

1.1 Localização Geográfica do Sítio Histórico de São José do Queimado.....	29
1.2 Sua situação enquanto patrimônio tombado .....	34
1.3 A infraestrutura pública existente em seu entorno.....	46
1.4 Os projetos e ações que concorrem para a visibilidade do Sítio Histórico .....	49

### **CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CAPITANIA ESPÍRITO SANTO A VILA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO.**

2.1 A Capitania, o desenvolvimento da Vila de Vitória e o nascimento da Freguesia de São José do Queimado .....	55
2.2 O fato histórico que marcou a Vila: a Insurreição de Queimado.....	64
2.3 Do auge à decadência. As causas que provocaram o desaparecimento da Vila de São José do Queimado .....	85

### **CAPÍTULO III - A REPRESENTATIVIDADE SIMBÓLICA DO SÍTIO HISTÓRICO E A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS DA SOCIEDADE CIVIL NA DIVULGAÇÃO HISTÓRICA/CULTURAL DA MEMÓRIA DESSE SÍTIO.**

3.1 A simbologia e religiosidade. Os rituais simbólicos nas Celebrações Macroecumênicas realizadas no Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado.....	94
3.2 Contribuição cultural: O Forum Chico Prego e o CONEGRO.....	109
3.3 Paisagem cultural e a memória coletiva .....	114

## **CAPÍTULO IV – INTERFERÊNCIAS PREVISTAS PARA O SÍTIO HISTÓRICO E SEU ENTORNO.**

4.1 O projeto de Revitalização do Sítio Histórico .....	123
4.2 O PDM no que concerne o Sítio Histórico e seu entorno .....	136
4.3 O projeto de passagem da Rodovia do Contorno nas imediações do Sítio Histórico de Queimado .....	145

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>153</b>
-----------------------------------	------------

## **V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAÇÃO.**

<b>5.1 Documentos, publicações, relatórios e mensagens governamentais .....</b>	<b>156</b>
---	------------

<b>5.2 Referências bibliográficas – fontes secundárias .....</b>	<b>160</b>
--	------------

<b>ANEXOS .....</b>	<b>166</b>
---------------------	------------

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país relativamente novo, que possui um patrimônio histórico grande e diversificado. Contamos com influências culturais de várias partes do mundo, e a integração dessas culturas com a geografia e meio ambiente existente em nosso país deu origem a um patrimônio material e imaterial interessante e específico em cada região.

Integrar as edificações e sítios históricos às cidades, conciliando modernidade com memória, preservação e sustentabilidade na gestão dos mesmos, tem sido um trabalho árduo. No entanto, para que esses patrimônios não se percam culturalmente, é necessário que as gerações atuais conheçam a sua história e fortaleçam suas raízes culturais, afetivas e simbólicas.

O patrimônio material e imaterial que faz parte o Sítio Histórico de São José do Queimado torna esse espaço importante referência não só para a comunidade local, mas também para os descendentes de escravos que ali viveram e hoje estão espalhados pelos municípios da grande Vitória, como Serra, Cariacica e Viana.

O conjunto da paisagem cultural que compõe o entorno do Sítio Histórico de Queimado constitui-se do morro Mestre Álvaro, rio Santa Maria e morro do Moxuara, ressaltando a riqueza desse patrimônio que deverá ser fonte de reflexões de políticas públicas, parcerias privadas e participação da cidade como um todo. Dessa forma, inserir esse sítio no desenvolvimento local é muito importante para a futura gestão, manutenção e preservação de suas ruínas, e como forma de continuação de sua história.

A Igreja do Sítio de São José do Queimado foi tombada<sup>1</sup> pelo Conselho Estadual de Cultura – CEC – vinculado à Secretaria de Cultura do Espírito Santo (SECULT). Foi registrada como medida de proteção pela primeira vez no Plano Diretor Municipal da Serra (PDM) pela Lei nº 2.100/1998 e ratificado pela Lei nº 3.820 de 2012. Está localizada no Distrito de Queimado pertencente ao Município da Serra, cidade cortada por trecho da BR101 que liga o Espírito Santo à Bahia ao

---

<sup>1</sup> O tombamento foi realizado através de Resolução nº 04 de 1992, e consta no Processo nº 71/90. O Processo foi analisado pela autora na Secretaria de Cultura do Espírito Santo (SECULT) em dez de 2016 e será detalhado no **capítulo I**. Nessa resolução somente a Igreja de São José do Queimado foi considerada para efeito de tombamento.



norte e ao Rio de Janeiro ao sul, fazendo parte da região metropolitana da grande Vitória capital.

Para tanto, a pesquisa será dividida em quatro eixos principais. O primeiro apresentará geograficamente o objeto de estudo, os aspectos legais que tornaram o Sítio Histórico de Queimado um patrimônio tombado e os projetos existentes de políticas públicas de visibilidade, proteção e preservação desse patrimônio. Buscou-se contextualizá-lo em termos econômicos e sociais, identificando a infraestrutura existente no local.

O segundo eixo fará uma abordagem histórica importante da análise do isolamento econômico/social imposto a esse Sítio Histórico. O terceiro irá abordar a participação dos grupos da sociedade civil e suas relações com os projetos de gestão do sítio, bem como a importância dos rituais simbólicos na ressignificação desse espaço. O quarto e último eixo da pesquisa apresentará o projeto de reabilitação do Sítio Histórico de Queimado; o plano diretor municipal – PDM com suas diretrizes previstas para o sítio e seu entorno; o projeto da rodovia do contorno do Mestre Álvaro, futura ES-120, suas implicações e impactos, mostrando como esse conjunto de interferências poderá afetar de forma positiva ou negativa o patrimônio histórico e ambiental do Distrito de Queimado.

Mesmo amparada legalmente pelo Estado e Município, até o presente, as ruínas encontram-se em estado de abandono. Em 1999 (PMS, 2016) foi realizada estruturação para contenção de suas paredes com cabos de aço por empresa contratada pela Prefeitura Municipal da Serra, porém as mesmas se encontram em estado de total fragilidade, já que o material utilizado se apresenta em estado de deterioração. Hoje o Sítio Histórico está em processo de análise para tombamento também pelo IPHAN, de acordo com o Processo nº 1761/2015 (IPHAN, 2016). Tais informações serão apresentadas detalhadamente no **capítulo I**.

Para melhor entendimento da importância dessa pesquisa, faz-se necessário uma contextualização histórica da Vila de Queimado que teve, além da Insurreição escravista, importante papel econômico no passado e que ao longo dos anos foi definindo até desaparecer completamente, permanecendo visíveis somente as ruínas da Igreja, do cemitério e restos das edificações que se encontram, hoje, dentro da mata.

**O capítulo II** da dissertação se aprofundará no tema para entender as causas do seu isolamento atual.

A Freguesia<sup>II</sup> de Queimado foi criada pela Lei Provincial nº 9 em 1846 e assim foi chamada até 11 de novembro de 1938, quando passa por meio do Decreto Lei Nº 9.941<sup>1</sup> à condição de Distrito de Queimado, pertencendo à Vitória até 1943, quando vai integrar o território da cidade da Serra pelo Decreto Lei Estadual Nº 15.177<sup>2</sup> de 31 de dezembro de 1943.

A freguesia era um importante entreposto comercial da região e tinha no rio Santa Maria o meio de transporte para mercadorias, tais como: café, milho, feijão, farinha de mandioca e cana de açúcar. O Porto existente funcionava não só para embarque e desembarque das mercadorias, como também para transporte da população local.<sup>3</sup>

Porém, um levante escravista ocorreu em meados do século XIX e marcou a região. De acordo com Rosa<sup>4</sup>, a revolta, cujo estopim, além dos constantes maus tratos e a ânsia pela liberdade física e cultural, teria sido a promessa feita pelo frei italiano Gregório José Maria de Bene, contrário à escravidão, de que os negros que trabalhassem na construção da igreja seriam alforriados no dia de São José (19 de março), santo padroeiro da freguesia. No entanto, tempos depois, tal promessa não se concretizou, o que acarretou em uma rebelião denominada Insurreição do Queimado.

Além disso, considerando que a história sobre a Vila de São José do Queimado e a rebelião ocorrida lá é vaga em alguns pontos, nesta pesquisa trabalharemos, no **Capítulo II**, de forma mais detalhada tal episódio, abordando

<sup>II</sup> Com relação à definição de Freguesia: “[...] Circunscrição eclesiástica que forma a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia também, para a administração civil; categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a cômputo anual; fração territorial em que se dividem as dioceses; designação portuguesa de paróquia”. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi>>. Acesso em 05/07/2016.

<sup>1</sup> Decreto–Lei nº 9.941 de 11 de novembro de 1938. Vai dividir o território do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://camaraserra.es.gov.br/exibir.aspx?pag=municipio>>. Acesso em: 18.07.2016.

<sup>2</sup> BARROS, Paulo de. **Memória Fotográfica da Serra**: imagens de um município brasileiro. Vitória: Edição do autor, 2002, p.20.

<sup>3</sup> BORGES, Clério José. **Serra. Colonização de uma cidade História-Folclore-Cultura**. Editora Canela Verde. Serra. 2015, p.109.

<sup>4</sup> ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Insurreição do Queimado**. Vitória. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 1999, p31.

também algumas divergências ideológicas existentes entre autores, que trataram sobre o tema.

Dentro de um contexto econômico, político e também de total descaso dos órgãos públicos ao longo do tempo, as edificações que restaram da Vila de Queimado foram se deteriorando pelas ações da natureza e pelo próprio vandalismo. Porém, a memória dos acontecimentos ocorridos nessa Vila é relembrada anualmente por meio das manifestações de grupos da sociedade civil, que têm neste espaço símbolo religioso, histórico e político, sobre o qual discorreremos no **capítulo III**.

No **capítulo III**, também serão relacionadas e melhor apresentadas as entidades da sociedade civil, como o Forum Chico Prego e CONEGRO (Conselho do negro), bem como os rituais simbólicos, que são parte importante na programação das festividades da Insurreição de Queimado.

O Município da Serra tem em mãos o Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado - PR-SHAQ, finalizado em 2007 e que abrange: paisagismo, paginação do piso, iluminação, projeto de restauração do cemitério e da igreja, com consolidação estrutural e intervenção baseada em pesquisa histórica. Incluindo ainda o Museu de Arte Contemporânea da Serra e o portal de entrada. Tal projeto será melhor explicitado no **capítulo IV**.

Ainda neste capítulo, estudaremos o Plano Diretor Municipal – PDM no sentido de nos inteirarmos dos instrumentos de proteção e salvaguarda desse patrimônio, e verificar a organização espacial do município no que concerne o Sítio Histórico e seu entorno.

Considerando uma perspectiva de crescimento econômico e social da região para as próximas décadas, a área do entorno do Sítio Histórico de São José do Queimado, possivelmente, sofrerá intervenções que poderão, ou não, trazer benefícios sócios-culturais e de preservação ambiental. Uma dessas intervenções, que descreveremos no **capítulo IV**, diz respeito ao projeto do contorno do Mestre Álvaro, cujo objetivo é desviar o trecho da rodovia da BR 101 que liga o Espírito Santo à Bahia e corta, hoje, a área urbana do Município da Serra, que será futuramente municipalizada. Esse desvio da BR101, em determinado momento, passará próximo ao Sítio Histórico, se interligando à Rodovia Chico Prego por meio de uma interseção.

Nesse sentido, uma avaliação mais detalhada da dinâmica desse processo, em termos de possibilidades e restrições, poderá trazer subsídios importantes em relação à futura gestão do Sítio Histórico de São José do Queimado.

As mudanças relacionadas às intervenções no entorno paisagístico poderão ou não se traduzir em crescimento racional para a região, refletindo de alguma forma na gestão, preservação e sustentabilidade desse patrimônio histórico.

No entanto o que seria essa sustentabilidade?

Originalmente, a palavra sustentabilidade esteve associada à questão ambiental. Hoje está presente em diversas áreas: social, corporativa, econômico-financeira, energética, dentre outras, possuindo definições diferenciadas de acordo com os vários autores dos diferentes setores acima relacionados.

Como vivemos na era da globalização, o uso generalizado da palavra sustentabilidade de toda forma não nos situa de fato na compreensão ampla do seu significado, mesmo porque o termo sustentabilidade difere de desenvolvimento sustentável, como podemos observar diante das considerações de Bennet<sup>5</sup> “[...] a sustentabilidade é considerada um contraponto ao desenvolvimento tal como é conhecido e praticado, o qual enfoca, pura e simplesmente, o avanço material da sociedade”.

Contudo, podemos afirmar que o desenvolvimento sustentável refere-se a um progresso material dentro de parâmetros sustentáveis nas diversas abordagens, sejam sociais, econômicas ou patrimoniais. Já a sustentabilidade tem vínculo direto com a preservação física do que já existe e foi restaurado, revitalizado ou não, e diz respeito à conscientização e sensibilidade de toda a sociedade local, do poder público, ou ainda externa, como é o caso dos turistas.

No entanto, há como unir os dois conceitos quando o assunto é patrimônio cultural, como descreve Adams, de forma muito acertada, sobre a importância da inserção do patrimônio num desenvolvimento sustentável. Porém, a autora chama a atenção ao mencionar que preservar e manter a sustentabilidade do patrimônio cultural independe do sistema econômico:

[...] A preservação se insere na dinâmica do consumo de criar a necessidade de uma nova produção. Os objetos protegidos, valorizados,

---

<sup>5</sup> BENNET, 2004, apud BISSOLI, Marcia. **Recomendações para a sustentabilidade da habitação de interesse social:** uma abordagem ao Conjunto Residencial barreiros, Vitória (ES). Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.p. 23.

fazem parte do movimento econômico, seja como locais turísticos, seja como espaços comerciais ou de serviços, com cunho cultural ou não. Porém, é fundamental não perder como mote orientador das intervenções a razão original que lhes conferiu valor de preservação, porque o sentido de preservar, muito mais profundo e relacionado como o sentido de existência, transcende a questão econômica.<sup>6</sup>

No Brasil, o termo sustentabilidade foi utilizado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e desenvolvimento - Eco Rio (1992), na qual vários países discutiram assuntos relacionados aos padrões de consumo, à demografia, ao efeito estufa, dentre outros pontos, para balizar uma nova forma de desenvolvimento.

Esse encontro produziu como resultado a Agenda 21 Global, que estabelecia ações a serem alcançadas nos anos seguintes em prol do desenvolvimento sustentável no planeta. A recomendação era de que cada País, Estado e Município tivesse sua própria agenda direcionada às necessidades de cada entidade administrativa.

A Agenda 21 brasileira, elaborada entre 1997 a 2002, trouxe proposições que se aproximam de forma mais específica ao nosso objetivo, que é a sustentabilidade do Patrimônio cultural, como relacionado abaixo:

[...] Aprimorar a regulamentação e fiscalização do uso dos espaços naturais e do patrimônio cultural, no caso do turismo convencional, tendo em vista a sua sustentabilidade e o respeito às populações locais, com base na análise do impacto socioambiental sobre a vida dessas populações e sobre o meio a ser explorado, como condição prévia ao estabelecimento de projetos turísticos de grande porte, assegurando a fiscalização para que os acordos legais sejam respeitados.<sup>7</sup>

É Importante ressaltar que a sustentabilidade de um patrimônio cultural não diz respeito somente a sua utilização apropriada, mas também a tudo que possa trazer perigo a sua condição física e preservação.

Diante das mudanças climáticas que têm ocorrido, as preocupações com relação ao patrimônio cultural edificado têm sido objeto de estudos no mundo inteiro. A importância de se discutir a condição física dentro desse veio climático é de suma importância para a preservação e sustentabilidade das edificações nos dias de hoje.

---

<sup>6</sup> ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: Gestão e Resgate de uma História.** Patrimônio de Florianópolis. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.p.18.

<sup>7</sup> AGENDA 21 BRASILEIRA, Agenda 21 Brasileira Resultado da Consulta Nacional 2ª Edição, 2004.p. 53. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/consulta2edicao.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/consulta2edicao.pdf)>. Acesso em: 06.05.2016.

Entretanto, já há algum tempo esse assunto vem sendo fonte de preocupações em alguns países como a Inglaterra, conforme relata Baracho:

[...] Também 2005 o *Centre for Sustainable Heritage* (CSH), da Universidade de Londres, realizou um estudo intitulado “Climate change and the Historic Environment”, com base em projeções de 2002 para as tendências das alterações climáticas no Reino Unido. O CSH avaliou as possíveis consequências dessas tendências sobre os patrimônios culturais e os resultados foram implicações preocupantes: edificações podem não ter a capacidade de resistir a cargas mais elevadas de vento; seus sistemas de águas pluviais podem estar subdimensionados; as chuvas provocando inundações; mudanças ou variações na umidade do solo podem alterar o seu volume acarretando em tensões e/ou rachaduras nas fundações.<sup>8</sup>

Ainda não se discute de forma mais contundente esse tema no Brasil, porém já sofremos alguns reveses importantes relacionados a ele, como a inundação em Pirenópolis – GO, no início de 2016, que deixou este importante sítio histórico debaixo d’água.<sup>III</sup>

Para finalizar podemos concluir que a melhor definição para a sustentabilidade de Sítios Históricos como o de Queimado seria a capacidade de antever situações, sejam elas causadas por ações do homem, ou causadas pelas condições climáticas que possam comprometer sua integridade física.

As políticas públicas voltadas para bens tombados no Brasil, por si só, já demonstram não serem suficientes em termos de preservação, manutenção ou sustentabilidade desses patrimônios históricos. Há que se envolver a população, as organizações da sociedade civil e os empresários nessa empreitada, visando reunir projetos de interesse comum num modelo de gestão que permita evidenciar, valorizar e acompanhar possíveis interferências físicas e ambientais no entorno do bem patrimonial.

Para isso é necessário se entender o significado de gestão de um sítio histórico, suas implicações, seus atores, seus objetivos, que serão indutores de uma utilização com a devida responsabilidade no seu uso.

Algumas definições importantes na área de gestão de patrimônio serão interessantes arcabouços para a formatação de um modelo de proposta futura de

<sup>8</sup> BARACHO, Anna Sophia Barbosa. **Patrimônio Sustentável**: Reflexões sobre as melhores práticas anglo-saxônicas aplicadas a edificações culturais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.p.37

<sup>III</sup> Esta informação está disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3466/iphan-avalia-danos-provocados-por-enchente-em-pirenopolis-go>>. Acesso em 20. 07. 2016.

gestão participativa, podendo servir como referência a sítios históricos fragilizados, como o SHA de São José do Queimado.

Começaremos aqui falando da Carta de Cracóvia (2000) - *Princípios para a Conservação e o Restauro do Patrimônio Construído*, que dentre seus objetivos e métodos coloca no item 11 algumas intenções com relação ao tema:

[...]11. A gestão das cidades históricas e do património cultural em geral, tendo em conta os contínuos processos de mudança, transformação e desenvolvimento, **consiste na adoção de regulamentos apropriados, na tomada de decisões, que implicam necessariamente escolhas, e no controle dos resultados. Um aspecto essencial deste processo, é a necessidade de identificar os riscos, de antecipar os sistemas de prevenção apropriados e de criar planos de atuação de emergência** (grifo nosso). O turismo cultural, apesar dos seus aspectos positivos para a economia local, deve ser considerado como um risco. Deve prestar-se uma particular atenção à optimização dos custos envolvidos. A conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades.<sup>9</sup>

A carta, ao falar de gestão de forma mais ampla, não cita as organizações da sociedade civil, órgãos públicos e privados quanto às responsabilidades que competem a cada grupo, não explicitando um plano metodológico de trabalho. No entanto, ao mencionar o Turismo cultural, reconhecidamente nefasto em alguns casos, e estabelece que o debate também se faz necessário dentro desse processo de decisões.

Segundo o professor e historiador – Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes - são relações diferentes que precisam estar claras entre o uso da cultura pela comunidade a qual ela pertence e o uso da cultura pelo turista, que muitas vezes é fluida e registrada mais por fotos do que sentida, porém:

“[...] Seria perverso pretender negar acesso a valores que podem ser partilhados e cuja partilha, aliás, deveria ser incentivada. O que é bom é para ser dividido- e se trazer benefícios econômicos, tanto melhor. Da mesma forma, seria perverso admitir que o regional, o nacional ou o universal, para se realizarem, esvaziem outros legítimos sentidos e práticas originais locais, que não correspondem mais a uma ordem de interesse.”<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> CARTA DE CRACÓVIA 2000 **PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO**. Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000.p.4. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>>. Acesso em: 07. 06.2016.

<sup>10</sup> MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de, “**O campo do Patrimônio Cultural: Uma revisão de premissas**”. Conferência Magna do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural - Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto – Minas Gerais, 2009.p.29.

No que se refere ao patrimônio de São José do Queimado, a apropriação devida e mensurada dessa utilização pode gerar projetos de sustentabilidade, tanto para esse patrimônio cultural, como também para o desenvolvimento sustentável da comunidade através da economia criativa.

Este sistema econômico possui aspectos importantes para sua existência, tais como: a colaboração mútua entre os participantes e a utilização da cultura como matéria prima, seja pelo artesanato, gastronomia ou outras formas de sobrevivência desta economia. Em regiões rurais, esse sistema estimula o desenvolvimento econômico e sociabilidade local, possibilitando visibilidade e integração por meio da comercialização dos seus produtos em áreas distantes de centros urbanos.

Com relação a isso podemos afirmar que, além de gerar sustentabilidade e desenvolvimento sustentável para a comunidade e o sítio histórico, a economia criativa reforça a necessidade de se manter a integridade cultural.

Nesse contexto podemos relatar o que representa um plano de gestão constituído e colocado em prática. Um exemplo emblemático é o – Caso Joya de Cerén em El Salvador, no qual os autores trazem uma definição do que seja um plano de gestão:

[...]Management Plan: A document which details how to look after the heritage and non- heritage features of a place. It may contain a conservation plan and/or its components. They go further than conservation plans in their consideration of the practical circumstances, including the economic and political context which affects the use of places.<sup>11</sup>

Dentro dessa conceituação, podemos entender o que deve permear projetos na área de gestão. Deve-se trabalhar um dossiê contendo detalhes característicos importantes do lugar, podendo formar ou não a herança do patrimônio de forma a protegê-lo. Pode-se ir além dos planos de conservação ao considerar questões práticas e políticas que influenciam e/ou afetam a utilização do espaço e seu entorno.

Em 2004, o IPHAN publica a Portaria nº 299<sup>12</sup>, criando o *Plano de Preservação do Sítio Histórico Urbano* (PPSH), cuja finalidade é instrumentalizar melhor as formas de atuação conjunta nas ações de preservação dos sítios

<sup>11</sup> CASTELLANOS, Carolina; DESCAMPS, Françoise. **Conservation management planning**. Putting theory into practice. The case of Joya de Serén. El Salvador, 2008.p. 144.

<sup>12</sup> IPHAN–Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **PORTARIA Nº 299, DE 6 DE JULHO 2004**. Cria o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSH Disponível em:<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_299\\_de\\_6\\_de\\_Julho\\_de\\_2004.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_299_de_6_de_Julho_de_2004.pdf)> Acesso em: 18.07.2016.



históricos tombados a nível Federal. Essas ações visam ao planejamento na gestão destes sítios de forma compartilhada entre setores públicos e privados.

[...]

**Art. 8º** Para os trabalhos necessários ao PPSH tem-se como referência básica a área tombada em nível federal e seu entorno imediato, podendo também ser considerado, quando for o caso, o conjunto de áreas protegidas ou tombadas pelas três esferas administrativas.

§ 1º. A delimitação da Área Urbana de interesse Patrimonial será prévia à realização do PPSH, podendo essa área corresponder a:

- a) cidade histórica: o sítio urbano que compreende a área-sede do município;
- b) centro histórico: o sítio urbano localizado em área central da área-sede do município, seja em termos geográficos, seja em termos funcionais e históricos;
- c) conjunto histórico: o sítio urbano que se configura em fragmento do tecido urbano da área-sede do município ou de qualquer um dos seus distritos ou, ainda, sítio urbano que contenha monumentos tombados isoladamente.

**Art. 9º** Para funcionar como mecanismo de gestão estruturador do desenvolvimento do PPSH, será constituída Comissão Gestora Local – CGL, sempre que não existir mecanismo de gestão equivalente, observada a forma constante do Anexo III a esta Portaria, de natureza interinstitucional, consultiva, deliberativa e executiva, sem personalidade jurídica própria, a ser composta por representantes do Município, que a preside; do Governo Estadual; do Iphan; da sociedade civil organizada e demais entidades envolvidas no processo.

**Parágrafo único** – Em casos excepcionas e desde que em comum acordo com as partes envolvidas, poderá o Iphan presidir e coordenar os trabalhos da Comissão Gestora Local.

[...]

Podemos tomar como base algumas instruções do PPSH dado que, como veremos à frente, no capítulo IV, o Plano Diretor municipal (PDM) vai incluir o sítio Histórico de São José do Queimado em Zona urbana, com intuito de ampliar possibilidades de futuras edificações na área.

Com relação ao que se apreende como gestor cultural, Til Pestana, em seu artigo, menciona a importância do papel que o mesmo tem, pois, além dos conhecimentos necessários ao cargo, deve ter a sensibilidade de agrupar as parcerias, os custeios e as estratégias em torno do objetivo principal:

[...]O gestor cultural na área do patrimônio cultural é entendido como responsável pelo planejamento estratégico, plano de sustentabilidade, estabelecimento de parcerias, conhecimentos sobre as estruturas

organizacionais no campo da cultura, fontes de financiamento, entre outros.<sup>13</sup>

Torna-se Importante o papel do gestor na administração do patrimônio do Sítio de São José do Queimado, que representa um valor histórico não só para o estado do Espírito Santo, como também para o Brasil, visto que foi nesse espaço, onde se situa a igreja, que aconteceu o fato histórico da insurreição escravista que marcou esse local.

Hoje, restam as ruínas da igreja e do cemitério, únicos testemunhos do que um dia foi a Vila de São José do Queimado, carregados de simbolismo e memória, que vão se perpetuando através de grupos da sociedade civil, sensibilizando, por meio das redes de comunicação (Jornais e TV), o poder público na divulgação da situação deste patrimônio, que vem aos poucos se deteriorando.

Portanto, devido à importância menos artística de suas edificações e mais histórica é necessário contextualizar esse sítio na atualidade numa dinâmica econômica e social, para que se abram possibilidades de intervenções que potencializem o papel cultural para a sociedade de modo geral. Isso através de um desenvolvimento harmônico e participativo, com a intervenção pública e com possibilidades também de parcerias privadas, gerenciadas pelo poder público e comunidade, criando um equilíbrio entre o passado, presente e futuro. Desse modo, legitima-se este espaço cultural, tornando pública sua existência e o fato histórico que o marcou.

Apesar de os grupos da sociedade civil, como Forum Chico Pregro e outros, estarem, ao longo do tempo, propagando a história de Queimado, percebe-se ao vivenciar o local uma falta de vínculo entre a cidade e o Sítio Histórico de Queimado, possivelmente dada a negligência, omissão do poder público em relação a esse importante patrimônio histórico.

Refletindo sobre a paisagem cultural magnífica do entorno do morro Mestre Álvaro, rio Santa Maria e Moxuara, que se descortina a partir da entrada do sítio, fica a constatação da importância de se inserir esse sítio dentro de um desenvolvimento local, muito importante para sua manutenção, sem correremos o risco de perdas e destruição de toda esta paisagem, e também desse patrimônio.

---

<sup>13</sup> PESTANA, Til. **Sobre o tema da gestão do Patrimônio cultural**. 2015.p. 14. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=54&busca=til+pestana>>. Acesso em: 31.05.2016.

Hoje, as datas comemorativas ligadas ao Sítio de Queimado estão no calendário Municipal, mas são desconhecidas para a grande maioria da população. Escolas municipais participam de algumas dessas datas, porém não de forma articulada.

Assim, a presente pesquisa se **justifica** na medida em que pode agregar mais conhecimento e informações sobre o Sítio Histórico, servindo de parâmetro para os debates sobre as várias questões teóricas, legislações pertinentes e tudo o mais relacionado a sua gestão e sustentabilidade, bem como servir como um referencial positivo para novas pesquisas e estudos de outros sítios semelhantes ao Sítio Histórico de Queimado.

**O objetivo principal** dessa pesquisa é traçar, um inventário de ações e projetos que foram descritos nas várias publicações relacionadas aos instrumentos de planejamento e gestão das políticas públicas do município, como também levantar projetos e/ou ações positivas ou não realizadas pelo poder público e sociedade civil, que possam proporcionar, através de debates, um arcabouço de possibilidades para orientar um futuro plano de gestão e sustentabilidade do Sítio Histórico de São José do Queimado dentro do contexto das intervenções propostas.

Ao se falar sobre tombamento e sustentabilidade em sítios históricos em pleno século XXI é necessário considerar a rapidez com que as cidades, hoje, crescem fisicamente em edificações, infraestrutura urbana, equipamentos e número de habitantes. As cidades e a sociedade, em transformações constantes, necessitam pensar sobre as razões pelas quais se devem proteger seus bens patrimoniais, o que vale a pena ser tombado e como a modernidade vai coabitar com este patrimônio.

Outras questões também importantes serão levantadas tais como: de que forma o espaço sagrado do sítio é incorporado pela população local através de ritos simbólicos, que mantêm viva a importância dos fatos históricos vivenciados ali, e como a integração entre o passado, presente e futuro, atuam na perpetuação da memória e na construção de outras a serem incorporadas.

O texto do arquiteto Estévez<sup>14</sup>- *Santiago de Compostela Planeamiento y*

---

<sup>14</sup> ESTÉVEZ, Xerardo. **Santiago de Compostela**. Planeamiento y gestión. Páginas 55-112. Retirado do livro: Arte público: naturaleza y ciudad: Javier Maderuelo (ed.); Xerardo Estévez; Gloria Moure; Pierre Restany; Gilles A. Tiberghien. Fundación César Manrique. Madri. 2001.p.56. Disponível em: <http://www.fcmanrique.org/recursos/publicacion/artepublico.pdf>. Acesso em: 16.06.2016.

*gestión* - nos passa de forma clara o respeito e integração que devem unir passado, presente e futuro, “[...] Las ciudades recuperam su ritmo arquitectónico cuando mezclan adecuadamente la vanguardia, signo del presente, com la rehabilitación de los edificios históricos y la idea con el planeamiento futuro”.

Xerardo Estévez nos coloca de frente com a questão central de como integrar o patrimônio tombado de maneira harmônica aos novos conceitos urbanísticos e edífícios. Como integrar os saberes dos artesãos com a arte atual e as novas tecnologias, de forma a se construir uma cidade onde o passado e o presente convivam em harmonia.

Podemos aqui fazer uma correlação entre o texto de Estévez e o objeto de estudo, para entender a importância de não se engessar os entornos de edificações históricas restauradas, possibilitando a convivência e a integração com a modernidade e tudo o que ela traz como: atividades econômicas, novas tecnologias, comunicação social, atividades turísticas, sejam em áreas urbanizadas ou em sítios históricos em áreas rurais, que mantenham proximidade ou que estejam inseridos em área urbana como o Sítio Histórico de Queimado.

Para que haja equilíbrio é necessária a consolidação das ruínas e a revitalização do Sítio Histórico e harmonização com os projetos idealizados para a região, levando em consideração a comunidade e a paisagem cultural inerente a esse espaço.

**Quanto aos objetivos desta pesquisa** ela é, de acordo com Gil<sup>15</sup>, classificada como de natureza exploratória, pois diz respeito ao estudo de caso - Sítio Histórico de São José do Queimado, explicitando com clareza todos os aspectos do passado, presente e possibilidades futuras que se colocam através de descrição histórica, geográfica, social e econômica.

**Dentre os objetivos específicos** podemos citar alguns fundamentais para corroborar com a nossa pesquisa:

- Abordar os principais aspectos teóricos sobre as temáticas pertinentes desta pesquisa, sendo eles: tombamento, preservação e gestão sustentável.
- Discorrer sobre a situação social, econômica e de infraestrutura atual, principalmente de acesso ao Sítio Histórico. Sobre a sua decadência nos dias atuais, pesquisar quais as políticas públicas de desenvolvimento para a região, os

---

<sup>15</sup> GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.p.27 e 105.

instrumentos legais que regulam a ocupação do solo e os projetos previstos que afetarão de alguma forma a área.

- Conhecer mais profundamente a história que marcou o Distrito de Queimado, levantando as causas que levaram a seu arruinamento e isolamento econômico e social.

- Pesquisar sobre o processo de tombamento e inventário desse sítio e os procedimentos legais que o protegem.

- Levantar os projetos e ações existentes que contam com a participação do poder público e da sociedade civil, e se os mesmos contribuem para o conhecimento e visibilidade deste patrimônio.

- Vamos buscar, também, o conceito de paisagem que envolve esse Sítio Histórico cercado por área rural do município. Ao frisar sua localização, nos chama a atenção para as mudanças que estão previstas mencionadas no **capítulo IV**, e que poderão provocar importantes modificações na paisagem cultural do patrimônio ambiental que envolve esse Sítio Histórico.

- A paisagem que se descortina a partir do Sítio Histórico de Queimado faz parte de todo um contexto histórico, simbólico e paisagístico do local e deve ser objeto de preocupação quanto a sua continuidade, por meio de ações dos diversos atores da sociedade e do poder público, e também de uma legislação adequada a sua condição de monumento histórico.

Os princípios norteadores para área do Sítio Histórico de Queimado devem ser pautados no interesse do desenvolvimento harmônico, no âmbito social, econômico e cultural, promovendo condições para sua sustentabilidade física e no conhecimento e reconhecimento da sua história pela população imediatamente envolvida, na valoração de sua memória oral.

Com relação à **metodologia** empregada nesta dissertação, trata-se de uma pesquisa básica, que objetivou novos conhecimentos sobre o objeto de estudo com finalidade de um aprofundamento sobre o mesmo, visando aplicação prática futura em projetos relacionados à gestão e sustentabilidade deste objeto. E também, por meio de avaliações e levantamentos realizados, agregar informações às outras pesquisas na área acadêmica de cunho e interesses semelhantes.

Para obtenção de dados a pesquisa utilizará como instrumentos metodológicos os seguintes documentos:

- Levantamento bibliográfico para embasamento teórico dos conceitos abordados durante a pesquisa;
- Com relação a entrevistas, estas foram pesquisadas em jornais, revistas e outros periódicos existentes.
- Levantamento bibliográfico histórico, iconográfico e documental do objeto de estudo Vila de São José do Queimado;
- Relatos governamentais e periódicos da época, relacionados à Insurreição e à Vila de São José do Queimado;
- Levantamento da legislação pertinente relacionada à salvaguarda do objeto de estudo.
- Levantamento de projetos e ações pertinentes à gestão do Sítio Histórico descritos em publicações do Município da Serra;
- Legislação urbana limitadora de utilização do uso do solo no entorno do Sítio Histórico e suas classificações.

Assim, a presente pesquisa, por seu caráter investigativo, procurará avaliar, esclarecer e evidenciar as questões já colocadas acima, que poderão servir de subsídio para futuras proposições e debates em torno da gestão e desenvolvimento sustentável desse Sítio Histórico a fim de torná-lo mais visível, conhecido e reconhecido culturalmente.

## **CAPÍTULO I – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ASPECTOS JURÍDICOS DO SÍTIO HISTÓRICO DE QUEIMADO.**

### **1.1 - Localização Geográfica do Sítio Histórico de São José do Queimado.**

O Sítio Histórico de São José do Queimado está inserido no Distrito de Queimado e pertence ao Município da Serra, que faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória – ES. Uma resumida explanação sobre a história do Município da Serra nos dará uma ideia do desenvolvimento da região.

De acordo com a publicação Serra em Números 2011<sup>16</sup>, a fundação da cidade é datada de 08 de dezembro de 1556 e chamada de Aldeia de N. S. da Conceição da Serra. Foi denominada Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Serra em 1752, e em 1822, é elevada à categoria de Vila. O Município da Serra foi criado em 1833, porém somente foi desmembrado do Município de Vitória em 1875, quando ganha status de cidade.

Em dezembro de 1943, através do Decreto-Lei Estadual Nº 15.177, passam também a fazer parte do Município da Serra os Distritos de Carapina e Queimado, pertencentes, até então, ao Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. O município conta atualmente com cinco distritos: Sede Municipal, Calogi (anteriormente chamado Itapocú), Carapina, Nova Almeida e Queimado. O território possui limites: “[...] ao norte com o Município de Fundão; ao sul com os Municípios de Vitória e Cariacica; a oeste com o Município de Santa Leopoldina; e a leste com o Oceano Atlântico”.<sup>17</sup>

De acordo com Serra em Números de 2016<sup>18</sup>, o município possui uma área de 553,5 Km<sup>2</sup> de extensão de acordo a Lei Estadual nº 9.972/2012, com 65% de seu território localizado em área rural e somente 35% em área urbana, sendo que a taxa de urbanização hoje corresponde a 99.30%, com uma população estimada de 494.109 habitantes,

---

<sup>16</sup> Prefeitura Municipal da Serra. **Serra em Números 2011**. Anuário Municipal de Dados. 4ª ed. Secretaria de Planejamento Estratégico (SEPLAE). p. 20.

<sup>17</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p.19, nota 16.

<sup>18</sup> Prefeitura Municipal da Serra. **Serra em Números 2016**. Anuário Municipal de Dados Disponibilizado pela Secretaria de Planejamento Estratégico – SEPLAE. Serra [2016?] n.p. (em fase de pré-publicação).

Segundo Siqueira<sup>19</sup>, a cidade da Serra ficou, até meados do século XX, com uma economia estritamente rural, formada por pequenos produtores cujos principais produtos eram o abacaxi e a banana. Com relação a sua população urbana, estava concentrada principalmente na periferia da BR101, em Serra Sede, e em alguns aglomerados na direção de Jacaraípe e das praias da região, bem como em loteamentos clandestinos de Carapina, bairro próximo a Vitória.

Como relata a Agenda 21Local<sup>20</sup>, a prioridade de investimentos na industrialização da metrópole foi, durante meados do século XX, direcionada à região sul, principalmente para as cidades de Cariacica e Viana. O sistema de viabilização das exportações de minério da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e a construção do Porto de Tubarão no norte de Vitória refletiram diretamente no desenvolvimento da Serra.

De acordo com a Agenda 21, nos anos 70 e mais especificamente nos anos 80, com a implantação do CIVIT (Centro Industrial de Vitória) e a construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), é que começa de fato o desenvolvimento urbano da cidade de Serra. Sua localização e disponibilidade de terras próximas ao Porto de Tubarão, ao norte de Vitória, deram ao Município da Serra um novo status no polo industrial da região metropolitana.

Segundo a Agenda 21 Local<sup>21</sup> é importante considerar que as características de topografia montanhosa, de muitas nascentes, rios e lagoas, fizeram com que o desenvolvimento urbano ficasse mais restrito às regiões de platôs próximas aos eixos viários. Em função de suas características topográficas e hidrográficas, os núcleos urbanos que foram surgindo não mantinham uma ligação entre eles.

Localizado na região centro-oeste do Município, rural e montanhosa, e longe do eixo de desenvolvimento do município, o Distrito de Queimado em nada foi beneficiado em termos de infraestrutura e equipamentos públicos. Percebe-se, na Figura 01, que o adensamento naturalmente (área mais escura do mapa) foi em direção à região na qual o desenvolvimento econômico/industrial da cidade se estabeleceu.

---

<sup>19</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória**: 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001.p. 107.

<sup>20</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Plano estratégico da cidade 2000-2020**: Agenda 21 Local. 4ª ed. Serra - ES, 2005. p.24.

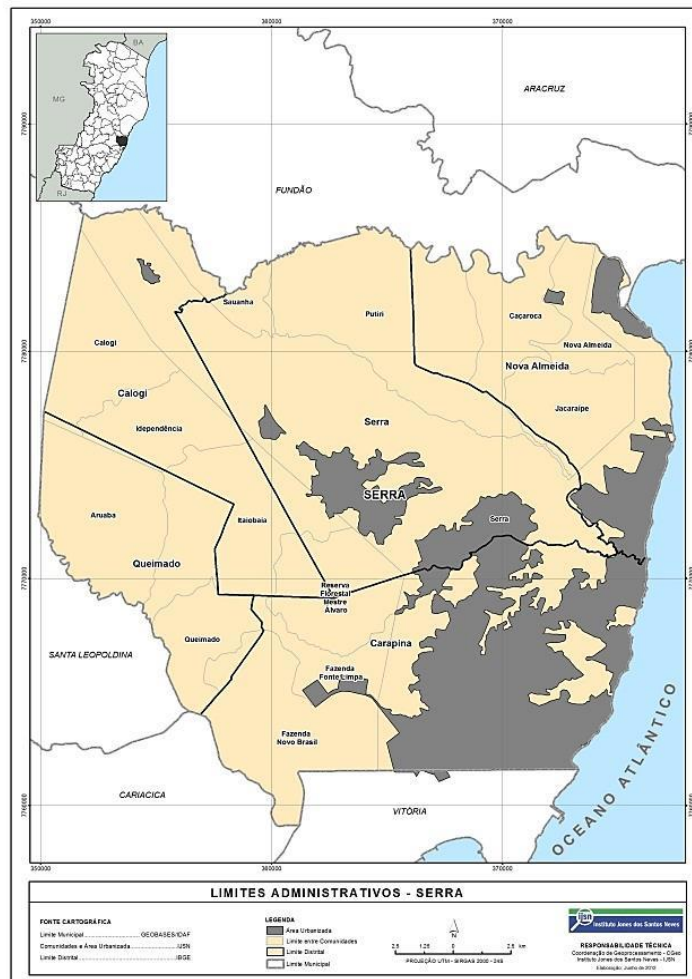
<sup>21</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit. p.31, nota 20.



No Município da Serra o desequilíbrio entre a área rural e a área urbanizada (muita adensada) é bastante significativo, e denota certo descontrole no uso e ocupação do solo em relação ao desenvolvimento urbano, com bairros bem estruturados ao lado de bairros formados por invasões de terrenos e loteamentos irregulares. Isso gera fragilidade social e ambiental, bastante comum em cidades brasileiras que recebem um fluxo migratório atraído por um acelerado desenvolvimento econômico.

O mapa abaixo mostra os limites territoriais do município e sua divisão administrativa, podemos identificar o distrito de Serra em que fica a sede municipal.

Figura 01 — Mapa elaborado em 2012 pelo IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. Identifica em traço mais grosso os cinco distritos do Município. As manchas em cinza são as áreas urbanizadas.



Fonte: Limites Administrativos - Serra. Disponível em:  
<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 08/06/2016.

Ao contrário do momento de desenvolvimento urbano significativo do Município nas décadas de 70 e 80 nas áreas mencionadas, a decadência da Vila de São José do Queimado isolada em área rural foi inevitável. Com a migração dos jovens para outras cidades e bairros que iam se formando, os poucos grupos familiares, pobres e negros que ainda resistiam, ficaram à mercê da pressão dos grandes fazendeiros da região, fato bastante comum e nefasto no Brasil até os dias de hoje.

Hoje, grande parte da área onde existia a Vila de São José do Queimado é propriedade particular da Fazenda Serra Mururon. O patrimônio cultural e histórico existente foi esquecido, relegado, durante bom tempo, pelo poder Estadual e Municipal. Com o passar dos anos a Igreja de São José do Queimado foi sendo saqueada e destruída pela falta de consciência do seu valor histórico e cultural, sendo que até mesmo a escritura da terra onde se encontra o terreno da igreja e do cemitério, que supostamente existia, há muito se perdeu (informação verbal).<sup>IV</sup>

Figura 02 — Possível traçado do caminho enladeirado que saía da igreja e levava ao Porto do Queimado.



Fonte: Imagem do Google Earth em 2016. Distrito de Queimado no trecho do rio Santa Maria. Modificada pela autora em maio 2017.

<sup>IV</sup> As informações sobre a propriedade em que está localizado o Sítio Histórico Queimado hoje, e a existência de uma escritura do terreno da igreja pertencente à Prefeitura da Serra, foram obtidas pelos técnicos (arquiteto e engenheiro civil) do Departamento de Obras Públicas-DPO (SEOB).

No ano 2015, a área de 8.294,80 m<sup>2</sup> delimitada pelo Projeto de Reabilitação do Sítio Histórico, que será detalhado posteriormente, foi doada à Prefeitura Municipal da Serra através da LEI Nº 4.341<sup>22</sup>, entretanto no âmbito desta lei a doação está condicionada a um prazo estipulado para execução do projeto como redigido no texto:

[...]

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber na forma de doação, uma área de terreno medindo 8.294,80 m, a ser desmembrada da Gleba 8, com área total de 8.061.445, 61m<sup>2</sup>, situada no Distrito de Queimados – Serra/ES, de propriedade de Carlos Larica, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona da Serra, sob o nº 28. 867, Livro 2, conforme Anexo Único.

**Art. 2º** A área citada no artigo 1º será utilizada, exclusivamente, para implantação do Projeto de Revitalização do Sítio Histórico de Queimados.

**Art. 3º** A presente doação fica condicionada à execução por parte do Poder Público, do Projeto de Restauração do Sítio Histórico de Queimados, em um prazo máximo de 5 anos.

**Parágrafo Único.** Em caso de descumprimento, a área retorna automaticamente para a propriedade do Sr. Carlos Larica.  
[...]

Podemos apreender pela leitura da Lei que há uma condição pendente para a doação, que é a execução do projeto. Porém, a captação de recursos para sua realização pelo poder público não diz respeito somente ao município, dado que o patrimônio foi tombado pela SECULT, o Estado também torna-se responsável não só pela fiscalização e preservação, como também pela execução de reparos como redigido na Lei Nº 2.947: <sup>23</sup>

[...]

**Art. 15** - A causa tombada não poderá em caso nenhum, ser destruída, demolida ou mutilada, nem sem prévia autorização especial do Conselho Estadual de Cultura, ser reparada, pintada ou restaurada, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da coisa.

[...]

**Art. 17** - O proprietário da coisa tombada que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requer, levará ao conhecimento do Conselho Estadual de Cultura a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

<sup>22</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 4.341, de 26 de março de 2015**. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/>>. Acesso: 18.06. 2016.

<sup>23</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Nº 2.947 de dezembro de 1974**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 26.07. 2016.

§ 1º - Recebida a comunicação e consideradas necessárias as obras, o Conselho Estadual de Cultura oficiará ao secretário de Educação e Cultura para efeito de execução de reparos ou desapropriação da coisa.

§ 2º - A falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

[...]

Em 1998<sup>V</sup> (informação verbal), a Prefeitura da Serra contratou uma empresa para estruturação das ruínas, quando foram colocadas barras de ferro tracionadas por cabo de aço para sustentação das paredes laterais. No entanto, percebe-se no local que tais barras já se encontram bastante enferrujadas pela ação do tempo.

Com isso, o prazo de cinco anos dado pela Lei de doação das terras do Sítio Histórico para o município, Lei Nº 4.341, decorre sem que se consiga restaurar e proteger esse patrimônio do seu arruinamento total.

## 1.2 Sua situação enquanto patrimônio tombado.

Um conceito teórico importante nesta pesquisa é o de tombamento como instrumento de preservação. Questões como: a quem esse tombamento de fato interessa? O que tomba e quais são os critérios utilizados para o inventário do que vai ser tombado? Enfim, debates importantes sobre o tema na atualidade que esta pesquisa vai tentar discorrer para melhor elucidar tais questões.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em seu portal, nos informa sobre a origem da palavra tombamento, assim como também o porquê de se inscrever o objeto no livro do Tombo.

[...] A palavra tombamento originou-se do verbo tomba que – no Direito, em Portugal – tem o sentido de registrar, inventariar, arrolar e inscrever bens. O inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, em Lisboa. O termo passou a ser utilizado no Direito brasileiro para designar os bens registrados e tutelados pelo poder público.<sup>24</sup>

<sup>V</sup> Além de ferros e cabos de aço para evitar o arruinamento das paredes, de acordo com as informações da Secretaria de Obras – SEOB da Prefeitura da Serra, foram vedadas a parte superior das mesmas para evitar infiltrações.

<sup>24</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/busca?search\\_query=tombamento&do\\_search=y&buscar=buscar](http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=tombamento&do_search=y&buscar=buscar). Acesso em: 18. 07. 2016.

O Tombamento como instrumento legal foi criado pelo Decreto Lei nº 25 de 1937<sup>25</sup>, de âmbito Federal, como uma forma de se preservar bens de valores histórico-culturais, sejam de valores móveis ou imóveis do Brasil, conforme relatado em seu texto:

[...]

**Art. 1º** Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

[...]

Algum tempo após, a Constituição Brasileira de 1988<sup>26</sup> vai delegar competência jurídica à federação, estados e municípios para fins de tombamento, sendo que estados e municípios seguirão as normativas federativas, como o Decreto-Lei nº 25, relativas aos bens culturais, podendo também complementá-las. A constituição vai definir o que é patrimônio cultural, relacionando-os e informando os instrumentos jurídicos utilizados em cada caso:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros,

<sup>25</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em 31.03. 2017.

<sup>26</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 43ª ed. atual. e ampl.. Ed. Saraiva. São Paulo, 2009.p.157.

vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

[...]

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

[...]

Segundo Castro: “[...] Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise a conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação”<sup>27</sup>. Para a autora, há outras formas de intervenção nas administrações públicas, como os instrumentos de políticas urbanas - Plano Diretor Urbano (PDM), como também legislações ambientais, que podem produzir efeitos contundentes para proteção de um patrimônio cultural, seja ele edificado ou pertencente à natureza.

Porém o que se percebe é que nenhum desses instrumentos, em si, garantem a preservação efetiva do patrimônio material e imaterial.

Com relação ao tombamento de algo que faz parte da natureza, diante de sua vulnerabilidade aos efeitos que a própria natureza possa produzir sobre a coisa tombada, esta é uma situação que deve ser analisada. No entanto, Castro coloca questionamentos interessantes a esse respeito, quando a coisa natural tiver uma importância histórica e afetiva para determinado grupo:

[...] Discute-se a questão da adequabilidade do instrumento jurídico do tombamento para a proteção de elementos da natureza que são vivos ou dinâmicos. Poder-se-ia tomar um rio, uma árvore, uma floresta nativa. Haveria diferença entre os três bens? Juridicamente, todos são coisas e, em tese, sendo coisas, sem dúvida estas podem ter valor ou interesse cultural.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> CASTRO, Sônia Rabello de. **O estado na preservação de bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.p.5-6.

<sup>28</sup> CASTRO, op. cit., p. 76, nota 27.



Finaliza a questão considerando que tudo é passível de tombamento desde que se tenha uma representatividade cultural. Porém, é importante definir o que melhor se adequa ao instrumento do tombamento. Isto é, mesmo que estudos históricos, etnográficos, antropológicos sejam determinantes para o tombamento de coisas, há também aspectos relacionados à deterioração pela natureza, que afetam bens tombados, sejam eles edificados ou não.

Com relação ao texto acima chamamos a atenção para o fato da existência, nas proximidades do Sítio de Queimado, de uma lagoa chamada popularmente de *Lagoa das Almas*, onde, segundo informações que constam no capítulo III, teriam sido jogados os escravos mortos no levante do dia 19 de março.

Essa lagoa não foi considerada no inventário do tombamento, acredita-se que devido ao fato de já pertencer à área de proteção ambiental. Porém, há a possibilidade dessa legislação ambiental, por pressões políticas, vir a ser revisada e alterada de forma a não mais inseri-la em sua área de proteção, ou mesmo algum fenômeno natural torná-la perdida para o contexto histórico.

No inventário tombado do Sítio de São José do Queimado somente a ruína da Igreja de São José do Queimado foi considerada pelo Conselho Estadual de Cultura - CEC (SECULT-ES), objeto de Proteção pela Resolução nº 04 de 1992, e está registrado no Plano Diretor Municipal da Serra (PDM) pela Lei nº 3.820.<sup>29</sup>

Foi realizada uma pesquisa no Processo nº 71/90<sup>30</sup>, e será feito um pequeno resumo para sabermos como se deu o tombamento, pelo Estado, desse patrimônio (em 1992) que segue até os dias de hoje, após vinte e cinco anos, sem execução de um projeto de consolidação de suas ruínas, que proporcione acessibilidade e visibilidade ao Sítio Histórico de Queimado. O projeto já existe e foi entregue à Prefeitura da Serra em 2007, e será detalhado no capítulo IV. Se executado antes do seu arruinamento total, o Estado poderá inseri-lo no quadro dos bens culturais restaurados mais significativos do Espírito Santo.

De acordo com o processo pesquisado, a Secretaria de Cultura do Município da Serra enviou ofício ao Secretário de Cultura do Estado do Espírito Santo pedindo abertura de processo para tombamento e restauração da Igreja de São José do

<sup>29</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 3.820 de 11 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a organização do espaço territorial do Município da Serra. Disponível em:

<<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L38202012.html>>. Acesso em: 01.04. 2017.

<sup>30</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Cultura (SECULT). Conselho Estadual de Cultura (CEC). **Processo nº 71/1990**. Vitória, 1990. f. 51.

Queimado, onde cita, ao final do documento, que consta em anexo, um abaixo assinado pela população serrana solicitando o tombamento. Porém, não identificou-se nas páginas do Processo n° 71/90, a lista da população<sup>VI</sup> com pedido de tombamento do bem, ou bens, de natureza material ou imaterial.

Continuando o processo, a solicitação de tombamento pelo presidente da SECULT foi enviada à Câmara de Patrimônio Histórico e Cultural- CPHC, sendo aprovada, em 10/07/1990, como instrução para ser realizado o levantamento fotográfico e histórico.

Porém, somente em 18/05 /1992, o Departamento de Cultura envia o levantamento fotográfico e histórico para análise do tombamento e pede seu retorno para o DPHC -Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural- para futuras providências com relação ao projeto de preservação.

Cabe aqui um apêndice para descrição e caracterização dessa igreja em sua fase áurea de arquitetura singela, porém com traços de decoração elaborados, tanto em detalhes internos das janelas e frontão, como da fachada principal, que denota particular esmero que ainda podem ser vistos em pequenos detalhes nas fotos seguintes.

A igreja, construída em duas partes, apresentava largura e altura diferenciadas entre a nave e a capela-mor, interligadas por um arco de significativas dimensões. Acima da entrada principal ficava o coro trabalhado em estrutura de madeira com simples detalhes nos pilares de sustentação e corrimão, de onde se podiam ver três janelas que acompanhavam a fachada principal da igreja. A cobertura de madeira de duas águas era coberta por telhas tipo-capacanal.

O Frontão era simples, porém com detalhes curvilíneos. O átrio, que tomava toda a fachada, era fechado por muretas nas laterais, arrematadas por bancos, seguindo e finalizando numa escada central em semicírculo, que dava certo refinamento ao conjunto.<sup>31</sup>

Percebe-se que várias são as características da Igreja de São José do Queimado, que se assemelham às construções das igrejas jesuíticas no Brasil. Além da nave única, há outras características observadas nas igrejas no Espírito Santo, segundo Carvalho:

---

<sup>VI</sup> Consta na folha 01 do processo a informação sobre o ofício, depois passa para folha 15.

<sup>31</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). **Arquitetura - Patrimônio Cultural do Espírito Santo**. Secretaria de Estado de Cultura. Conselho Estadual de Cultura. Vitória: SECULT, 2009. p.336.



[...] Além das janelas do coro, as grandes igrejas jesuíticas não possuíam outras aberturas, a não ser a porta de entrada na fachada principal e, às vezes, uma outra na fachada lateral [...] apresentavam o frontão triangular simples, que se transformou posteriormente no rebuscamento do barroco, por modismo[...] com relação às aberturas da fachada, a maioria das igrejas apresenta apenas três janelas e uma porta. Quando muito, às vezes, se acrescentam mais duas portas laterais à central[...].<sup>32</sup>

Figura 03 — Foto da Igreja de São José do Queimado tirada em 1992. Ainda com sua volumetria intacta, porém sem o telhado.



Fonte: Processo Nº 71/1990, fl. 37 – Secretaria de Cultura do Estado – SECULT, dez. 2016.

Por meio da Figura 03, podemos observar a influência nos detalhes construtivos relacionados acima na Igreja de São José do Queimado. Porém, Carvalho ressalta que apesar de não serem jesuíticas, as igrejas de outras ordens, se apresentam, no Espírito Santo, semelhantes nos seus elementos construtivos. Com relação ao frontão, a partir do século XVIII as igrejas tornam-se mais

<sup>32</sup> CARVALHO, J. A. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.p. 145.

desenhadas, para o autor "[...] a moda era ter os frontões rebuscados e cheios de enfeites [...]"<sup>33</sup>. O que pode explicar os detalhes do frontão da Igreja de São José do Queimado, muito embora tenha sido construída em meados do século XIX.

Figura 04 — Foto da lateral da igreja em 1992. Podemos ver uma porta de acesso à nave e parte do arco cruzeiro separando a nave do altar-mor.



Fonte: Processo Nº 71/1990, fl. 37 – Secretaria de Cultura do Estado – SECULT, dez. 2016.

Na observação das fotos realizadas pelo CEC - Conselho Estadual de Cultura- podemos ter uma ideia dos elementos da igreja e cemitério que ainda mantinham, até início da década de 90, algumas de suas características arquitetônicas mais relevantes, embora já bastante deterioradas pelo tempo e pelos homens.

Dando prosseguimento a nossa pesquisa sobre o processo de tombamento vimos que, em 23 de outubro de 1992, a Câmara de Patrimônio Histórico Cultural enviou ao Conselho Estadual de Cultura parecer favorável ao tombamento. Porém, o mesmo considerou importante o levantamento da titularidade do terreno onde se encontra o Sítio Histórico, já que no processo o documento não foi anexado, sugerindo que se pedisse informação ao Município da Serra a esse respeito.

---

<sup>33</sup> CARVALHO, J.A. op. cit., p.146, nota 32.

Com relação à titularidade das terras, onde estão assentadas a igreja e o cemitério, há uma controvérsia sobre o fato de elas pertencerem à municipalidade, já que não havia documentação legal comprobatória como já relatado.

Antes da doação essas terras eram propriedade privada da Fazenda Serra Mururon, o que significa que, mesmo com a doação, para adentrar o sítio histórico, após revitalização, os visitantes terão que passar pela propriedade da fazenda.

Diante do parecer, o CEC resolveu aprovar o tombamento, que foi publicado em diário oficial em 17/12/1992. Interessante esclarecer que a restauração como preservação dentro do processo não foi considerada, a não ser no parecer da CPHC, no qual está relatado o seguinte:

[...] No que tange à restauração do monumento, entendemos que esta seja consequência de uma discussão ampliada para definição de sua utilização, a que não consta no referido processo. É importante ressaltar que a efetiva preservação de um monumento se faz a partir de uma utilização coerente.<sup>34</sup>

Porém, tal trecho, que consta no processo, nos dá a entender que sua utilização é colocada como condição para o restauro, visto que na análise dos fatos históricos para o tombamento, fica comprovada a importância histórica e cultural para a identidade do povo serrano. Assim como a Insurreição escravista, que nesse espaço ocorreu, traz importante referência histórica e contributiva para historiografia da escravidão no Brasil.

Pelas fotos também podemos perceber a urgência em se tomar medidas para consolidação estrutural dessas ruínas, e também para a sua sustentabilidade de forma que as mesmas, únicas testemunhas do que ali ocorreu, não se percam e com elas esta importante ligação cultural existente entre os grupos da sociedade civil, que através das ruínas, celebram sua cultura religiosa e mantêm importante espaço político e social.

As figuras 05/06/07/08 mostram fotos com detalhes da igreja e do cemitério ainda existentes em 1992, quando foram tiradas para fazerem parte do processo de análise para o tombamento pelo Estado.

---

<sup>34</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado), op. cit., f. 51, nota 30.

Figura 05 — Podemos ver o desenho elaborado sobre o vão da janela representando a flor de lis, símbolo de poder, e um delicado desenho na parede que demonstra certo refinamento na decoração. Foto de 1992



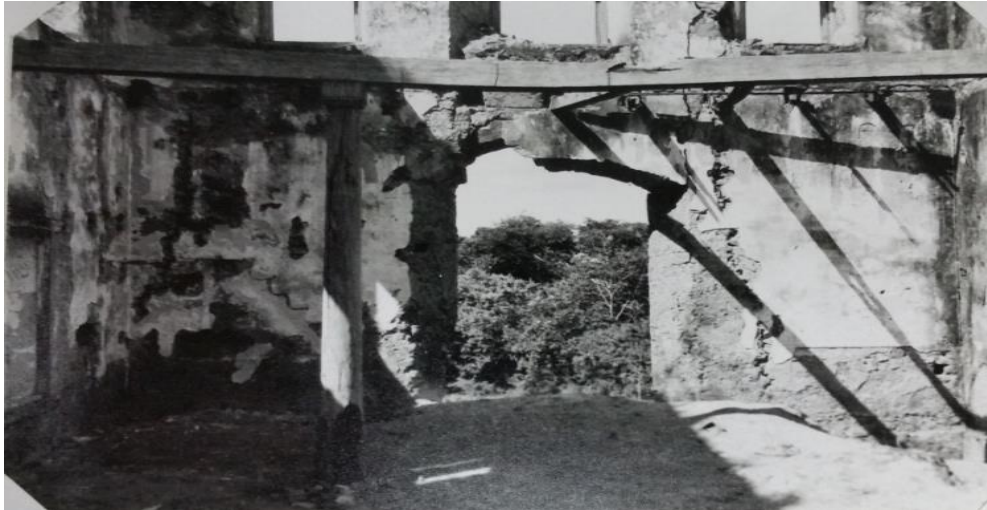
Fonte: Processo Nº 71/1990, fl. 41 – Secretaria de Cultura do Estado – SECULT, dez. 2016.

Figura 06 — Foto de 1992 mostrando os vãos das portas laterais da igreja.



Fonte: Processo Nº 71/1990, fl. 40 – Secretaria de Cultura do Estado – SECULT, dez. 2016.

Figura 07 — Foto de 1992 mostrando parte da estrutura em madeira do coro. Possivelmente no canto esquerdo ficava a escada de subida para o mesmo. No centro o vão onde ficava a porta da entrada principal.



Fonte: Processo Nº 71/1990, fl. 46 – Secretaria de Cultura do Estado – SECULT, dez. 2016.

Figura 08 — Foto de 1992 mostrando o portão do cemitério com estrutura desenhada em ferro batido.



Fonte: Processo Nº 71/1990, fl. 51 – Secretaria de Cultura do Estado – SECULT, dez. 2016.

Dentro do processo há um ofício do CEC de 25 de janeiro de 1993 dirigido à PMS ressaltando que, diante da resolução n° 04/91/CEC/SECULT, o tombamento da Igreja de São José do Queimado é de prerrogativa da CEC. De acordo com a Lei 2.947 /1974, o Sítio Histórico não poderá sofrer qualquer tipo de alteração sem o prévio consentimento do Conselho Estadual de Cultura.

Pesquisando o processo, a folha 64 nos chamou atenção para um fato curioso: a carta da então Presidente da Associação de Agroturismo da Serra endereçada à Secretária Executiva do Conselho Estadual de Cultura, datada de 24 de novembro de 2008, onde denuncia, por meio de ofício, o projeto de implantação de um presídio em área próxima ao objeto tombado:

[...] Vimos por meio desta denunciar a construção de presídio no município da Serra, bairro de Garanhuns e Itaobaia, em área de interesse turístico, cultural e ambiental por se situar muito próximo de um bem tombado por esse conselho Estadual de cultura, que são as Ruínas da Igreja e Cemitério de Queimado, por estar também em área de preservação ambiental no perímetro do mestre Álvaro e ainda dentro da mata atlântica.<sup>35</sup>

Ela finaliza o ofício solicitando o embargo da obra e uma audiência pública envolvendo os vários setores da sociedade para maiores providências sobre o fato. Porém, na folha 65 do referido processo, há outro documento da sociedade civil datado de 9 de novembro de 2008 pedindo providências ao CEC para, mediante procedimento legal, embargar a obra do Centro de Detenção Provisória (CDP).

Esse projeto foi realizado pela Secretaria de Segurança do Estado do Espírito Santo, na área rural de Queimado, em acordo com a Prefeitura da Serra. O documento justifica a proximidade do referido projeto com o Sítio Histórico de São José do Queimado, que teve seu tombamento aprovado pelo CEC e expõe a seguinte argumentação/razões para tal interdição:

[...] uma reminiscência histórica da maior revolta escrava do Espírito Santo, conhecida como a 'Revolta de Queimado' em 19 de março de 1849, e uma das mais importantes da história do Brasil. Não é necessário dizer que tal evento ocorreu pelo anseio de liberdade dos negros escravizados, portanto, é uma contradição a construção de um presídio ao lado de um espaço onde se lutou pela liberdade.<sup>36</sup>

O documento lembra ainda que tal obra agride e pode interferir nos projetos turísticos e culturais voltados para essa área e para o patrimônio tombado, podendo até torná-la área de insegurança para visitação regular. Além disso pode criar ainda

<sup>35</sup> ESPIRITO SANTO (Estado), op. cit., fl. 64, nota 30.

<sup>36</sup> ESPIRITO SANTO (Estado), op. cit., fl. 65, nota 30.



dificuldades para o Circuito de Agroturismo de Garanhuns, que tem como objetivos as atividades culturais, ecológicas e esportivas para esta área rural, prejudicando também a incipiente economia criativa local.

Constam como assinantes desse documento os seguintes representantes: Presidente do Conselho Municipal de Cultura da Serra, Presidente do Conselho Municipal de Turismo, Presidente da Associação de Agroturismo da Serra e Presidente da Associação de Artesãos da Serra.

A Figura 09 nos mostra a localização do presídio estadual (PDP) que fica em uma pequena elevação, próximo à pedreira IBRATA. A próxima bifurcação sobe aproximadamente 5 km até entrada do sítio, onde se caminha em torno de 300m até as ruínas da igreja. O Sítio Histórico está, aproximadamente, a 15 km de Serra Sede.

Figura 09 — Imagem do percurso de Serra Sede ao Sítio Histórico de Queimado. Em amarelo a Rodovia Chico Pregó e a continuação, depois da bifurcação, em direção a Rodovia do Contorno.



Fonte: Imagem do Google Earth em 2016. Distrito de Queimado no trecho Rodovia Chico Pregó. Modificada pela autora em março 2017.

Diante de todas as razões expostas pelo documento e em resposta à Secretaria de Cultura naquela época, na folha 67 do referido processo, a Gerência

da Memória e Patrimônio solicita elaboração de relatório técnico para verificação. Porém, não há, no processo, folha alguma a mais que comprove o levantamento e parecer técnico com relação à demanda da sociedade civil. O fato é que o presídio foi instalado e causa estranheza e insegurança para quem visita as ruínas históricas.

Em 2015 a Prefeitura da Serra entra com pedido de tombamento pelo IPHAN, atualmente o Sítio Histórico de São José do Queimado encontra-se em processo de análise, através do Processo nº 1761/2015<sup>37</sup>. Sua classificação é de Sítio Arqueológico e sua situação está como instrução, ou seja, ainda na fase de avaliação documental.

A percepção que temos é que esse foi o caminho encontrado, onde o apoio institucional e financeiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN seria mais efetivo para viabilização econômica e execução do projeto de revitalização deste sítio histórico de grande relevância. Dado que o Estado através da SECULT, e mesmo a Prefeitura da Serra, pouco ou nada fizeram até os dias de hoje, seja por questões políticas, por desinteresse, seja por questões econômicas.

### 1.3 A infraestrutura pública existente em seu entorno.

Com relação à infraestrutura e equipamentos públicos, no Distrito de Queimado, podemos dizer que praticamente não há registros até o presente momento. A região em área rural não tem iluminação pública em sua principal via de acesso, que liga o bairro de Cascata, no Distrito de Serra Sede, ao Sítio Histórico, porém a concessionária de energia elétrica chega até às poucas casas existentes. Não há rede pública coletora de esgoto sanitário, nem rede de água canalizada na região, utilizando-se poço artesiano.

A estrada que liga a Serra Sede ao Sítio Histórico até 2010 era de chão batido. Em estações chuvosas, devido a sua geografia de trechos altamente irrigáveis e naturalmente alagáveis, ela tornava-se praticamente intransitável, o que desestimulava a visita de turistas ao local, como também dificultava as celebrações realizadas no aniversário da Insurreição de Queimado, a cada dia 19 de março.

---

<sup>37</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material. Bens tombados** – Lista dos bens tombados e processos em andamento (1938-2016).Disponível em:<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista\\_bens\\_tombados\\_atualizada\\_11\\_05\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_atualizada_11_05_2016.pdf)>. Acesso em: 18. 07.2016.



Em 2011 a estrada foi asfaltada e nomeada pela Lei nº 3755<sup>38</sup> como - RODOVIA CHICO PREGO – em homenagem a um dos mártires da insurreição escravista. A Rodovia<sup>VII</sup> (informação verbal), segundo projeto executado em 2010, percorre um trecho plano e, após uma bifurcação, segue uma topografia acentuada até o trecho pavimentado em PVS, que já faz parte do Sítio Histórico.

Porém, mais à frente, o Jornal Tempo Novo, de 15 a 22 de março de 2013, publica matéria intitulada **“Insurreição de Queimado faz 164 anos sob ameaça de perder sítio histórico”**. A matéria faz um relato das condições atuais desse bem tombado lembrando que a região, além da beleza natural, foi palco de importante fato histórico e que, apesar da municipalidade já ter em mãos um projeto de revitalização desse patrimônio desde 2007, até o momento a única melhoria foi a pavimentação da estrada de chão que liga a Serra Sede ao sítio, como relata a reportagem:

[...] Mas até então, a única melhoria feita na região foi a pavimentação da estrada que dá acesso ao sítio histórico, obra fruto de convênio entre a prefeitura da Serra e o Estado, realizada como contrapartida à instalação de um Centro de Detenção Provisória nas proximidades. [...] O projeto da estrada previa também uma segunda compensação: a restauração da fachada original e do interior das ruínas da igreja, medida que até hoje não foi executada.<sup>39</sup>

Figura 10 — Fotos da estrada de acesso ao Sítio Histórico em 2004.



Fonte: Jornal Tempo Novo. Fotos do arquivo digital do jornal tiradas em 2004. Disponibilizadas em dezembro de 2016.

<sup>38</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 3.755 de 4 de agosto de 2011**. Classifica e denomina como Rodovia Chico Prego a via de acesso às ruínas da Igreja de São José de Queimado. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L37552011.html>>. Acesso em: 18.07. 2016.

<sup>VII</sup> Projeto realizado em convênio do Estado com o Município teve como contrapartida a implantação do presídio próximo ao Sítio Histórico.

<sup>39</sup> BONELLI, Ana Paula. “Insurreição de Queimado faz 164 anos sob ameaça de perder sítio histórico”. **Tempo Novo**. Ed. 1012 – ano 29. Serra, 15 a 22 de março de 2013.p.10.

Figura 11 — Fotos tiradas da Rodovia Chico Pregro mostrando a paisagem do entorno. Na segunda foto a entrada do Sítio Histórico.



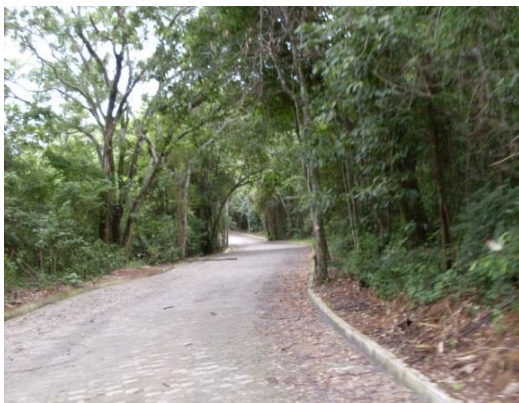
Fonte: Jornal Tempo Novo. Fotos do arquivo digital do jornal tiradas em 2010. Disponibilizadas em dezembro de 2016.

Figura 12 — Fotos da execução do calçamento da estrada em 2009, e a estrada pronta em 2011.



Fonte: Jornal Tempo Novo. Fotos do arquivo digital do jornal tiradas em 2009/2011. Disponibilizadas em dezembro 2016.

Figura 13 — A imagem a esquerda mostra a beleza da estrada até as ruínas e a imagem a direita, a chegada à Igreja de São José do Queimado.



Fonte: Jornal Tempo Novo. Fotos do arquivo digital do jornal tiradas em 2010. Disponibilizadas em dezembro de 2016.

A Figura 13 mostra a estrada pavimentada em PVS (bloco de concreto), porém no projeto de revitalização, no capítulo IV, o material especificado para o calçamento é o paralelepípedo. Podemos ver nas imagens a mata que esconde fragmentos das antigas casas que ainda não foram exploradas por prospecção arqueológica, o que deverá ser feito antes da execução do projeto. Após esse processo de trabalho é possível que possamos identificar melhor os traços da antiga Vila de São José do Queimado.

#### 1.4 Os projetos e ações que concorrem para a visibilidade do Sítio Histórico.

Primeiramente foram pesquisadas algumas Leis, que produziram ou produzirão projetos e ações importantes para a visibilidade do Sítio Histórico de Queimado, entre elas:

Lei nº 2.204<sup>40</sup> de 1999 - **DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROJETO CULTURAL “CHICO PREGO”** - para incentivo aos Projetos Culturais do Município e tem na sua redação:

[...]

**Art. 1º** Fica criado no Município de Serra, o Projeto Cultural “CHICO PREGO”.

**Art. 2º** O Projeto Cultural CHICO PREGO consiste na concessão de incentivo financeiro para realização de projetos culturais através de renúncia fiscal e participação financeira das pessoas jurídicas e físicas contribuintes do Município.

[...]

**Art. 3º** São abrangidas por esta Lei as seguintes categorias de projetos:

I - Projetos Especiais, que correspondem aos projetos de interesse direto do Município, abrangendo seu patrimônio histórico, natural e artístico e seus espaços e equipamentos culturais.

II - Projetos de incentivo às Artes, que correspondem aos projetos tradicionais gerados por produtores e agentes culturais como os relacionados com as atividades de música, dança, teatro, circo, ópera, cinema, fotografia, vídeo, literatura, artes plásticas, artes gráficas, filatelia, folclores, capoeiras e artesanato que não tenham relação direta com o Município.

[...]

<sup>40</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 2.204 de 6 de agosto de 1999.** Dispõe sobre a criação do projeto cultural “Chico Prego”. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L22041999.html>>. Acesso: 18.06.2016.

A Lei nº 4.078<sup>41</sup> de 2014 – **Inclui a corrida de Queimado - Cidade da Serra no calendário oficial de datas e eventos do município e dá outras providências.**

[...]

**Art. 2º** Fica incluída a corrida de Queimado – Cidade da Serra no calendário Oficial de Datas e Eventos do Município da Serra.

**Art. 3º** O evento definido no Art. 1º realizar – se anualmente.

§1º No dia de 19 de março, Dia da insurreição de Queimado;

§ 2º quando a data prevista no caput coincidir no período da semana de segunda a sábado, a prova realizar – se- á no domingo subsequente.

**Art. 4º** A prova terá o percurso da Serra – Sede ao Distrito de Queimado;

I – largada no Centro, em frente á Igreja Nossa Senhora da Conceição;

II – chegada na Igreja São José de Queimado.

**Art. 5º** Esta prova atenderá as normas e critérios de corridas de ruas da Confederação Brasileira de Atletismo.

[...]

Projeto bastante interessante dentro de um contexto em que o esporte do ciclo-ativismo, dentre outros relacionados a este tipo de modalidade, está em voga e traz em seu bojo uma estrutura que possibilita maior publicidade para a região, agregando vitalidade à economia local. Porém, até o presente momento, a informação que temos é que a corrida ainda não faz parte do calendário das celebrações.

Na Agenda 21 Local<sup>42</sup> da cidade de Serra, intitulada - *Plano Estratégico da Cidade 2000-2020* - há quatro eixos principais: participação da sociedade; diagnósticos para as diversas áreas; os cenários possíveis para 2020; e como construir a Serra do futuro. Ela ressalta as situações críticas do município, propondo estratégias a serem abordadas e projetos para as diversas áreas, com destaque para o desenvolvimento econômico e humano.

A leitura da Agenda 21 Local firmou alguns compromissos importantes na área de desenvolvimento e sustentabilidade, porém de forma geral e sem aprofundar muito nenhum deles, principalmente no que concerne à área cultural. A descrição

<sup>41</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 4.078 de 3 de fevereiro de 2014.** Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/>>. Acesso: 18.06. 2016.

<sup>42</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p.110, nota 20.



do patrimônio histórico é sucinta, mas uma das metas colocadas pelo então Prefeito, na introdução da mesma, foi atingida como relatado em seu texto: “[...] Em 2000, a Serra tinha como meta, por exemplo, trazer para a cidade grandes empreendimentos comerciais e abrigar uma população de maior poder aquisitivo”.<sup>43</sup>

Essa realidade vem acontecendo desde então e só necessita da observação de quem vive a cidade para perceber que a paisagem urbana se modificou bastante nos últimos 10 anos. Até o momento a construção civil, muito ativa, finalizou grandes centros comerciais, vários condomínios fechados e de alto nível como – Alfaville, questionável quanto a sua separação e segregação da cidade, mas atendendo às aspirações de aumentar o perfil consumidor da população, em consonância com o texto da Agenda 21.

No entanto a Agenda 21 Local deu esteio, suporte para o estudo de uma agenda mais abrangente e detalhada em suas ações - a Agenda do Futuro 2012-2032, que foi dividida em três partes: Serra hoje; Serra do futuro; Caminhos para o futuro.<sup>44</sup>

Aqui abordaremos o que mais nos interessa: as propostas para o SHA de São José do Queimado. Primeiramente vamos listar algumas iniciativas que dizem respeito ao patrimônio cultural:

Parte 1 - Serra hoje – foi realizado um quadro descrevendo os avanços e desafios a serem conquistados entre 2000 a 2012. Um resumo das ações e experiências consideradas positivas e negativas também; em relação aos avanços culturais ficam firmados os seguintes desafios “[...] – Criar mecanismo de valorização e comunicação do patrimônio material e imaterial da Serra; [...] preservação dos espaços históricos relevantes”.<sup>45</sup>

Parte 2 – A Serra do futuro - Com relação aos bens materiais e imateriais, os *Objetivos Estratégicos* colocados são: “[...] Tombar, recuperar, preservar e manter os patrimônios materiais do Município; Ampliar a informação e o acesso da população a estes bens materiais a aos bens imateriais da cultura local”.<sup>46</sup>

<sup>43</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p. 03, nota 20.

<sup>44</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Serra Agenda do Futuro 2012-2032**: Agenda 21 Local. 2ª ed.. Vitória: GSA, 2012.p.8-9.

<sup>45</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p. 118, nota 44.

<sup>46</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p. 175, nota 44.

Dentre as diretrizes para gestão da cultura relacionada à Agenda podemos citar aquelas relacionadas às atividades de informação relativas ao patrimônio histórico:

[...]

**Orientações Vinculadas à área Temática**

*Preservação de Bens Materiais e Imateriais*

- Desenvolver e finalizar a restauração dos espaços, prédios, monumentos que compõe o patrimônio histórico e cultural do Município;
- Finalizar o projeto de reestruturação de 'Queimado' e do 'Sítio Histórico de São João de Carapina; Preservar o entorno da 'Igreja de Reis Magos'.<sup>47</sup>

[...]

Há um item que nos chama a atenção, que é a questão da memória histórica identificada no item *Identidade e Cultura*: “[...] Implementar ações visando o resgate da memória histórica e cultural do povo serrano expresso nos seus bens materiais e imateriais”<sup>48</sup>. Com relação a esse item, a Agenda coloca como uma das intenções o resgate da memória histórica do povo serrano, fonte para futuros projetos na área de educação, divulgação e informação para a população na mídia e site da Prefeitura.

Mais à frente, a Agenda cita a necessidade de pesquisa junto aos idosos das comunidades locais, fundamental para o resgate da história da memória do povo serrano, e ainda as políticas de gestão do seu patrimônio:

[...]

**Orientações de Gestão**

*Preservação de Bens Materiais e Imateriais*

Criar políticas públicas municipais para tombamento, preservação e manutenção do patrimônio histórico/cultural do Município.

Estabelecer pareceria integrada da Secretaria Municipal de Cultura da Serra, Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias afins para o desenvolvimento de ações informativas/educativas acerca do patrimônio material e imaterial do Município;

[...]

Criar banco de dados de todo patrimônio imaterial do Município, constando todos as organizações e indivíduos que de alguma forma trabalham com produção cultural, a fim de catalogar todas as manifestações culturais que se desenvolvem.<sup>49</sup>

[...]

<sup>47</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p. 176, nota 44.

<sup>48</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p. 177, nota 44.

<sup>49</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p.177, nota 44.

Com relação aos projetos culturais, a agenda afirma a necessidade de integrá-los aos saberes que formam a identidade cultural da população serrana. Assim, tem como objetivo: “[...] Desenvolver ações dentro das escolas públicas e privadas do Município, para divulgar aspectos da cultura da Serra, seus bens materiais e imateriais, contribuindo para integrá-los à identidade do povo serrano”.<sup>50</sup>

Ainda nesta página a Agenda cita em seu escopo *Projetos Prioritários* - uma das finalidades e a formação dos professores (tanto para o ensino médio e fundamental) nas áreas de história, patrimônio, entre outros, através de parceria com a Secretaria de Cultura do Município.

A Agenda do Futuro discorre sobre o Sítio Histórico de Queimado em – *Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado*:

[...] Objetivo: promover a articulação física e funcional do **Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado** ao processo de desenvolvimento territorial, em diferentes escalas de abrangência e diversos âmbitos de dinamismo.

**Principais Ações:**

Preservação do ambiente construído, dos usos e da população moradora;  
Reforma da infraestrutura sem descaracterizar o ambiente herdado.  
Promoção de intervenções visando garantir conforto, acessibilidade e segurança.

**Metas:**

Localizar o SHA\_Queimado frente ao contexto municipal e metropolitano [uso de ocupação do solo];  
Atualizar condições de fluxo e viabilizar o acesso ao SHA\_Queimado;  
Dispor o SHA\_Queimado e sua área de influência de infraestrutura, equipamentos e serviço;  
Explorar expectativas de desenvolvimento econômico e social do território de influência do SHA\_Queimado;  
Estabelecer diálogo entre valores da história, do ambiente e da cultura, e as demandas de valorização econômicas e social;  
Propor mecanismos mitigadores de processos geradores de impacto socioambiental no SHA\_Queimado.<sup>51</sup>

A instituição dessa obrigatoriedade vem por meio da Lei Federal nº 10.639<sup>52</sup> que, além de instituir o dia 20 de novembro como dia nacional da consciência negra, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, na qual o governo Federal incluiu oficialmente no currículo das escolas o ensino da cultura e história afro-brasileira nas redes de ensino de todo o País.

<sup>50</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p. 178, nota 44.

<sup>51</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA, op. cit., p. 181, nota 44.

<sup>52</sup> BRASIL. Lei Federal nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso: 18.06. 2016.

Essa lei foi um importante instrumento de inserção do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira. Mais à frente, veremos que ela foi complementada pela Lei Nº 11.645<sup>53</sup> de 10 de março de 2008, que inclui, além da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, também a indígena.

Diante das mudanças que vêm ocorrendo no País, relacionadas à área da educação e cultura, até o presente momento não foram encontradas alterações da Lei citada acima.

Após esse breve resumo sobre a Agenda do Futuro e as perspectivas voltadas para o patrimônio cultural, conclui-se que há, por parte do poder público municipal, ações, projetos e propostas pensadas e planejadas de forma multidisciplinar, factíveis de serem implantadas. E também leis relacionadas, como a Lei Chico Prego, que busca a integração de artistas, esportistas e cidadãos serranos, estimulando a cultura tanto quanto a importância histórica que envolve os bens patrimoniais do município.

Porém, há uma série de questões relacionadas às mudanças de contexto político e econômico, que muitas vezes inviabilizam a continuidade das ações e projetos existentes, como também inibem e desestimulam debates por parte da sociedade civil e das instituições para outros futuros projetos.

---

<sup>53</sup> BRASIL. Lei Federal nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e indígena"**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)>. Acesso: 06.05. 2017.



## **CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO A VILA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO.**

### **2.1 – A Capitania, o desenvolvimento da Vila de Vitória e o nascimento da Freguesia de São José do Queimado.**

Para desenvolver este item do capítulo sobre o nascimento da Freguesia do Queimado, recuaremos um pouco na história para entendermos como se formavam os povoados, Freguesias e Vilas no período colonial. Relataremos a chegada dos portugueses à Capitania do Espírito Santo, a formação da Vila de Vitória e consequentemente o povoamento que originou a Freguesia de São José do Queimado.

Em 1532, segundo Daemon<sup>54</sup>, as terras das capitanias do Brasil foram classificadas quanto a sua divisão territorial, sendo a do Espírito Santo a décima primeira Capitania Hereditária a ser classificada. Em 1534 foi demarcada e doada a Vasco Fernandes Coutinho, que aqui aportou em 23 de maio de 1535 com alguns fidalgos portugueses.

Segundo Carvalho<sup>55</sup>, o donatário, inicialmente, providenciou algumas construções como: casas, uma fortaleza, além da construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Porém, com relação à existência de algum padre na comitiva de Vasco Fernandes Coutinho, o autor menciona: “[...] Apesar de a igreja haver sido construída imediatamente, não se têm notícias a respeito de algum padre que viesse com o donatário”. Somente em 1549 aporta na vila do Espírito Santo (atual Vila Velha) o primeiro jesuíta a chegar em terras capixabas, o padre Leonardo Nunes, que de acordo com o autor, pouco tempo aqui ficou.

Para Oliveira<sup>56</sup> as dificuldades encontradas com relação à segurança fizeram com que Vasco Coutinho transferisse a sede da capitania para ilha de Santo Antônio, um local estrategicamente protegido por ser rodeado de água e montanhas, tornando-o mais fácil de ser defendido. Segundo ele, a ilha foi fundada em 1550,

---

<sup>54</sup> DAEMON, B. C. **Província do Espírito-Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. [1ª ed. 1879]. Coord. Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2ª ed. Secretaria do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã, vol. 12. Vitória, 2010.p. 107.

<sup>55</sup> CARVALHO, J. A. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.p.36-37.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. [1ª ed. 1951]. Coord. Fernando Antônio de Moraes Achiamé. 3ª ed. Coleção Canaã, vol. 8. Vitória, 2008.p.65-66.

onde a vila, em março do mesmo ano, já havia sido oficializada “[...] perante as autoridades do governo geral a existência e a denominação da vila de Vitória”.

À Vila da Vitória chegou, em fins de março de 1551, o padre jesuíta Afonso Brás, visto que não havia até então padre no local, foi recebido com muito entusiasmo. Logo após sua chegada, Afonso Brás fez construir, de forma um tanto rústica ainda, o Colégio dos Meninos de Jesus que viria a se tornar posteriormente o futuro Colégio do Espírito Santo. Porém, em 1553, o jesuíta é transferido para São Vicente, ficando no seu lugar o padre Brás Lourenço, de acordo com Carvalho.<sup>57</sup>

Após a chegada dos Jesuítas, a capitania viveu momentos de paz, durante os quais, segundo Oliveira<sup>58</sup>, houve visíveis mudanças na postura dos cristãos que até então viviam em promiscuidade moral, sem orientação religiosa. Quanto aos silvícolas, os mesmos tornaram-se menos belicosos após os primeiros contatos com a religião cristã. Aproveitando os momentos de tranquilidade, os Jesuítas puderam propagar a fé, catequizar os índios, edificar igrejas, colégios e moradias em terras além da Ilha de Vitória, como podemos apreender pelo texto de Oliveira:

[...] De suas aldeias derivaram quase todos os núcleos de povoação da capitania, mais tarde transformados em cidades e vilas. A primeira delas – formada com a gente de Maracaiguacu – data de 1555. Seria a aldeia de Nossa Senhora da Conceição (da Serra), hoje Serra.<sup>59</sup>

Segundo Carvalho<sup>60</sup>, os portugueses não só replicaram soluções construtivas das moradias de suas cidades, como também a tipologia na distribuição espacial e formação das cidades brasileiras quando aqui chegaram. Os próprios jesuítas também trouxeram, como programa construtivo, a quadra, formada por um pátio central onde um dos lados era preenchido pela igreja e os outros por dormitórios e espaços para oficinas, ensino religioso, enfermaria, horta e pomar, com pequenas diferenças, dependendo do local. A distribuição obedecia sempre à finalidade a que era destinada dentro de um programa claro, que segundo o autor, permite entender hoje, através das construções, o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelos jesuítas.

Em solo capixaba, os jesuítas foram responsáveis pela fundação de muitas aldeias e construções. No litoral sul da capitania, como a aldeia de Reritiba (hoje cidade de Anchieta), fundada pelo jesuíta padre José de Anchieta, onde se situa hoje

<sup>57</sup> CARVALHO, op. cit., p.37-40, nota 55.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.77, nota 56

<sup>59</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.96, nota 56

<sup>60</sup> CARVALHO, op. cit., p.22-23, nota 55.

o núcleo histórico. No litoral norte, como a aldeia de Reis Magos localizada em Nova Almeida, hoje, distrito do Município da Serra. Porém Carvalho<sup>61</sup> ressalta que essa última é a única que apresenta, na sua formação em quadra, todos os elementos típicos das construções jesuíticas da época, tais como: a Igreja e a residência, com pequenas alterações, mas que não descaracterizaram sua formação.

Oliveira também ressalta a importância dos jesuítas na formação de grandes aldeias, na catequização dos índios, organização e sistematização dos trabalhos. Eles também colaboraram para os primeiros aldeamentos que, posteriormente, algumas se transformaram, em vilas e freguesias:

[...] Segundo o testemunho de Anchieta, a catequese marchava a passos largos na terra capixaba. Nas aldeias de S. João e N. S. da Conceição, viviam cerca de três mil índios cristãos; em seis outras, mais distantes, entre convertidos e pagãos, contavam-se mil e quinhentos nativos. Embora os brancos se abastecessem de braços escravos naqueles centros e os próprios jesuítas utilizassem os seus pupilos nos trabalhos das suas propriedades, o tratamento dispensado por aqueles aos silvícolas humanizara-se um pouco, permitindo ao padre Anchieta escrever: 'É o Espírito Santo a terra mais acomodada e aparelhada para a conversão, que há em toda a costa, por haver ainda muito gentio e não tão escandalizado dos portugueses'.<sup>62</sup>

Vitória adentra o século XVII, segundo Oliveira<sup>63</sup>, com 700 habitantes, colégio, convento e boas casas comerciais. Porém, logo no início vai enfrentar a invasão holandesa em 1625 “[...] surgiram na barra de Vitória oito naus holandesas comandadas por Pieter Pieterszoon Heyn”. Acudiram todos, índios, habitantes, padres e até a figura de uma mulher que hoje dá nome a uma conhecida escadaria no centro da Capital, escadaria Maria Ortiz, que “[...] decidiu a batalha, lançando água fervente sobre o próprio Pieter Heyn”.

Com relação ao desenvolvimento da Capitania, até meados do século XVII, a mesma passa por uma fase de abandono com sucessivas más administrações dos donatários como descreve Oliveira<sup>64</sup>. Quanto aos Jesuítas, destacavam-se na missão de catequizadores e se embrenhavam pelo interior a procura de mais índios, que foram grandes parceiros no desenvolvimento da capitania. As aldeias e fazendas jesuíticas, que se espalhavam mais pelo litoral, eram produtivas: Itapoca e Muribeca, sendo que a primeira abastecia o Colégio de Vitória com hortaliças, e a segunda fazenda era rica como descreve Oliveira:

<sup>61</sup> CARVALHO, op. cit., p.75, nota 55.

<sup>62</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.113, nota 56.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.126-135, nota 56.

<sup>64</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.153, nota 56.

[...] Muribeca, fazenda de criação de gado, foi célebre e rica propriedade dos jesuítas. Chegou a ter quase duas mil cabeças de gado vacum e mais de duas centenas do cavalariço. A exemplo do que fizeram em outras regiões, os padres construíram ali “obras de drenagem e saneamento, canais por onde se escoassem as águas” das inundações, além de grande casa, igreja e um espaçoso pesqueiro no rio.<sup>65</sup>

Seu posicionamento geográfico, as minas de ouro existentes no interior e as tensões provocadas pelas invasões às capitanias tiveram como repercussão um período de isolamento, fato que muito prejudicou a evolução da então Capitania do Espírito Santo no período do Brasil colonial, como relata Ribeiro:

[...] Sabe-se que foi uma política explícita da coroa lusa durante todo o século XVIII de impedir a colonização do interior da região como forma de dificultar o acesso aos cobiçados minérios situados nas Gerais, obtendo dessa forma um controle mais efetivo do escoamento das riquezas que se faziam apenas por porto localizado na capitania do Rio de Janeiro.<sup>66</sup>

O século XVIII, no Brasil, vai ser marcado pela expulsão dos Jesuítas em 1759, segundo Carvalho<sup>67</sup>, por meio de um alvará os jesuítas são expulsos de Portugal e de colônias, tendo seus bens confiscados e incorporados à Coroa Portuguesa, exceto os equipamentos de culto religioso.

Para Oliveira<sup>68</sup>, a partir desse momento a capitania vai passar por algumas dificuldades devido à inoperância política dos portugueses em relação aos índios. Muitos, a partir de então, saíram das aldeias e se embrenharam novamente nas matas.

Ainda em meados do século XVIII, de acordo com Oliveira<sup>69</sup>, foi demandado ao Eng. José Antônio Caldas as reformas dos fortes instalados para a proteção da baía de Vitória e construção de uma fortaleza na Ilha do Boi. Em 1767, esse engenheiro, professor e militar, deixou relatos interessantes sobre a Capitania do Espírito Santo. Em seu ofício ao governador, consta que a Capitania tinha uma população de oito mil pessoas, ‘sem a resenha dos meninos e pagãos’, e exportavam vários produtos que cultivavam na terra como:

[...] mantimentos, madeiras, panos de algodão e açúcar para a Bahia, Rio de Janeiro e portos do sul, em valor superior a trezentos mil cruzados por ano. O transporte se fazia em embarcações pertencentes aos próprios comerciantes de Vitória, “que neste continente disfrutam o commercio mais

<sup>65</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.157, nota 56.

<sup>66</sup> RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Aspectos da vida Urbana e de seus significados simbólicos na Vila de Vitória ao longo do século XIX**. In SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org). Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009.p.203.

<sup>67</sup> CARVALHO, op. cit., p.51, nota 55.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.218, nota 56.

<sup>69</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.221, nota 56.

regular”. Relewa notar que os panos de algodão tinham predominância nas pautas da exportação, sinal evidente de que a indústria de tecelagem ocupava lugar de destaque nas atividades da gente capixaba.<sup>70</sup>

ensejo ao desenvolvimento de povoados em suas margens: dentre eles o povoado de Queimado, que com o crescimento demográfico e econômico foi alçado à Freguesia.

O prospecto abaixo nos dá um panorama da formação da Vila de Vitória que, encravada entre morros, rios e o mar, teve nesta fase sua formação urbana condensada e limitada pela sua geografia e topografia acidentada.

Figura 15 — Prospecto Vila de Vitória em 1767. Autor José Antônio Caldas.



Fonte: Reis Filho (2001, p. 148).

O censo do ano 1774/75, realizado para recrutamento de jovens nas capitanias, confirma que a população da Capitania do Espírito Santo consistia em 7.773 habitantes com 1.434 fogos. Era formada por cinco Vilas: Vitória, Espírito Santo, Nova Almeida (onde se localizava a aldeia de Reis Magos), Guarapari e Benevente. Nesse censo, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Serra tinha uma população de 226 pessoas com 92 fogos, segundo Oliveira<sup>71</sup>. A Vila de Vitória contava entre seus distritos com:

[...]Maruípe, Capoeira Grande, Iucu, Campo Grande, Murundu, Sant'Ana, Carapina, Serra, Praia, Caraípe, Boapaba, Curipe, Una, Taiobaia, Itaonga, Jacariacica, Cangaíba e Maricarã; a Guarapari: Meaípe, Ubu, Moquiçaba, Aldeia Velha, Morrinho, Itapemirim e Perocão.<sup>72</sup>

Para Vasconcelos, durante o período do Brasil colonial, foram a Coroa Portuguesa no seu papel político e a Igreja, no seu papel religioso, os principais responsáveis pelas primeiras formações das Vilas e Freguesias em terras brasileiras. Com relação às igrejas, as mesmas localizavam suas edificações em pontos mais altos, destacando-se na paisagem da cidade. Segundo o autor, as

<sup>71</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.224, nota 56.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.249, nota 56.



igrejas adquiriam as terras mediante doações, e nem sempre os sítios eram escolhidos. Para seu sustento e obras, as ordens religiosas recebiam um soldo proveniente do estado, que por sua vez recebia das ordens os dízimos e doações arrecadados com a população, assim celebravam este acordo, que na época, entre a Coroa Portuguesa e o Vaticano, era denominado Padroado.<sup>73</sup>

Com relação à defesa, segundo Vasconcelos<sup>74</sup>, eram erigidos fortes nas cidades em pontos altos e estratégicos, geralmente nas entradas das cidades portuárias com sua estrutura de defesa voltadas para o mar, de onde provinham os ataques dos navios inimigos, mas os rios também eram protegidos e faziam parte desta estrutura de defesa.

A cidade de Vitória chegou ao final do século XVIII com uma difícil situação econômica. A população, em sua maioria de negros cativos, ultrapassava em quase a metade a população branca, segundo Oliveira<sup>75</sup> “[...] Seus habitantes livres somavam 2.327 e escravos, 4.898. O produto da arrecadação era insuficiente para atender às despesas locais [...]”. A realidade desse contexto populacional pode ter concorrido para o pouco desenvolvimento comercial da cidade nesse período, visto que, sendo a maioria da população escrava, ela não consumia economicamente, o que poderia ter contribuído também para a precária arrecadação pública.

De acordo com Oliveira<sup>76</sup>, o início do século XIX é marcado pela emancipação da Capitania do Espírito Santo do governo da Bahia, que durante séculos foi responsável pela sua administração e defesa militar. Esse momento abre novas perspectivas para a Capitania, que a partir daí, pôde ter acesso direto ao governo do Império para demandas relacionadas às melhorias da vida do povo e desenvolvimento econômico da terra.

Após breve reconstrução histórica, nos concentraremos no início do século XIX, quando importantes mudanças econômicas foram sentidas a partir da abertura dos portos, onde o monopólio sobre os produtos, sistema que imperava, até então,

---

<sup>73</sup> VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Os agentes modeladores das cidades coloniais**. In SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org). Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009.p. 15.

<sup>74</sup> VASCONCELOS, op. cit., p.13, nota 73.

<sup>75</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.229, nota 56.

<sup>76</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.271, nota 56.

foi rompido. Para Siqueira<sup>77</sup>, aliado à Independência do Brasil, esses dois fatores foram preponderantes para que o comércio, livre do jugo do império português, prosperasse e as cidades portuárias se desenvolvessem. Rompido o monopólio comercial da Coroa portuguesa (em 1808), as capitanias passaram a viver outro momento econômico.

Segundo Souza<sup>78</sup>, a Vila de Nossa Senhora de Vitória foi elevada à categoria de Cidade em 1823, e a capital da Província do Espírito Santo a partir deste momento inaugura uma nova fase em seu desenvolvimento, principalmente com o início da comunicação comercial com a região de Minas Gerais.

Com relação à formação das freguesias e vilas, Teixeira nos reporta que as cidades portuguesas mantinham alguns aspectos comuns na sua morfologia, independente dos momentos históricos. Sua concepção inicial era baseada na topografia do lugar, geografia, clima e matérias que pudessem ser utilizados nas construções. O autor atribui a formação das cidades portuguesas o *componente Vernáculo* e o *componente erudito*, explicitando-as da seguinte forma:

[...]Na primeira, os principais elementos estruturantes da cidade são as ruas que se implantam sobre as linhas naturais do território e os edifícios singulares localizados em pontos dominantes, que são referências para a organização dos espaços envolventes e para a organização da cidade no seu todo. Na segunda, é o próprio espaço urbano, definido por traçado regular de base geométrica, que é o elemento estruturante fundamental, no qual se vêm inserir os diferentes elementos da cidade.<sup>79</sup>

Porém, Souza vai aprofundar essa questão da formação da urbe de forma simbólica religiosa:

[...] Algumas pesquisas na contemporaneidade indicam a existência de um conjunto de valores teológicos e filosóficos que estariam expressos na arquitetura e na implantação dos templos das ordens religiosas nas urbes coloniais.<sup>80</sup>

Aqui Souza<sup>81</sup> faz referência a algumas cidades pesquisadas sob essa ótica religiosa, cuja formação simbólica se dava, ora de forma triangular, ora circular ou

<sup>77</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX**. In: Cad. Metropolitano. São Paulo, v 12, n 24, pp. 565-584, jul/dez 2010.p.567.

<sup>78</sup> SOUZA, Luciene Pessotti de. **Vila de Nossa Senhora da Vitória: por uma perspectiva urbana no Brasil Colonial**. In SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org). Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2009. p.168.

<sup>79</sup> TEIXEIRA, Manuel C. **Os modelos urbanos brasileiros das cidades portuguesas**. In SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org). A Construção da cidade portuguesa na América. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2011.p.151-152.

<sup>80</sup> SOUZA, op. cit., p.171, nota 78.

<sup>81</sup> SOUZA, op. cit., p.171-173, nota 78.



cruciforme, influenciando as primeiras formações urbanas. Na cidade de Vitória isso ocorreu com a implantação da capela de Santa Luzia que, junto à Igreja da Companhia de Jesus e da Igreja da Matriz, configurou uma formação triangular em consonância com um dos mais importantes mistérios, que é a Santíssima Trindade, da Igreja Católica.

Segundo a autora, no centro dessa formação triangular estavam assentadas algumas edificações administrativas, como a sede da Casa de Câmara e Cadeia, dentre outros edifícios administrativos que formaram inicialmente o desenho urbano da cidade. Influenciado, posteriormente, pela construção do Convento de São Francisco, a rede de caminhos, quadras e largos necessários para ligação e acesso às edificações, foram crescendo. Esses primeiros conjuntos administrativos e religiosos deram início ao desenvolvimento e crescimento urbano da cidade de Vitória no século XVI.

Para Souza<sup>82</sup> “[...] a Vila de Vitória manteve seu aspecto urbano primitivo, cuja maior referência eram as vilas portuguesas de traçados tortuosos, irregulares.” A autora esclarece que algumas melhorias foram realizadas na fase aurífera com a chegada de engenheiros militares, e tendo em vista também a proteção da cidade por conta dessa nova atividade. Considera-se que a morfologia da Vila se deveu muito à participação da Igreja, que traz influência característica do urbanismo português para o desenho da cidade.

Com relação à povoação de Queimado, assim que começa a construção da sua igreja, ela é elevada à Freguesia, fato muito característico na época como nos relata Reis:

[...] As construções religiosas surgiam com as povoações, desde os primeiros instantes. Atendiam à religiosidade do povo e impunham-se também pelas funções de administração pública atribuídas à Igreja, uma vez que esta era unida ao Estado. As igrejas paroquiais realizavam os trabalhos de registro de nascimento, casamentos e óbitos, segundo os sacramentos correspondentes, o que estabelecia um vínculo permanente e de grande importância entre as populações do meio rural e as sacristias.<sup>83</sup>

De acordo com Marques, o povoado de Queimado, cujo território pertencia à Vitória, foi elevado à Freguesia pela Lei Provincial em nº 9 de 1846. As Leis

<sup>82</sup> SOUZA, op. cit., p.190, nota 78.

<sup>83</sup> REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.p.177.

Provinciais nº 12 de 1850 e nº 6 de 1856 determinaram seus limites, estes faziam divisa com:

[...] a freguezia da Serra pelo rio Tangui e porto do Una seguindo a margem do brejo até a ponte do mesmo nome, e em linha recta até a estrada de S. João na ladeira das pedras compreendendo Itapocú e todo o Caio-abá. Separa-se da freguezia de Cariacica pelo Rio Tauha até Boapaba e d'ahi pela Lagôa do Cambê até o rio Calambá em direitura ao centro.<sup>84</sup>

Miranda<sup>85</sup> descreve que o abastecimento e exportação dos produtos da Vila de Serra, em meados do século XIX, eram feitos através de burros e carros de boi por um caminho que ligava a cidade ao Porto do Una, passando pela Freguesia do Queimado, que também se servia do Porto do Una ou Porto de Queimado, como era chamado, para comercialização dos produtos dessa região.

Segundo Oliveira<sup>86</sup>, os pequenos volumes seguiam por caminhos em carros de boi ou lombo de burro. Para transporte individual e de pequeno grupo se utilizava o cavalo ou mesmo as bestas. Assim iam acontecendo os pequenos povoados, e as trilhas e caminhos se formavam pela necessidade de comunicação e abastecimento.

Com relação à formação das Vilas e Freguesias pertencentes à Capitania do Espírito Santo, as mesmas seguiam sempre o mesmo traçado português característico. Porém, como o desenvolvimento econômico era centrado nas melhorias da capital – Vitória, as pequenas freguesias como Queimado se desenvolviam muito por conta própria e com grande dificuldade financeira.

A Freguesia de Queimado nasceu e se desenvolveu à margem esquerda do Rio Santa Maria da Vitória. Várias dessas povoações da época se formavam próximas a algum rio, sem caminhos de ligação com a capital para comercialização de produtos cultivados, e tinham o rio como único meio de transporte para escoamento das mercadorias e transito de pessoas.

## 2.2 – O fato histórico que marcou a Vila: a Insurreição de Queimado.

Para alguns autores, a Vila de Queimado sofreu uma rebelião escravista que logo foi debelada, tendo sido seus participantes castigados e os líderes da insurreição recebendo a pena máxima. Para outros, conforme será descrito mais à frente, houve uma intenção de se abafar o movimento dos escravos, em prol da

<sup>84</sup> MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo**. Typografia Nacional. Rio de Janeiro, 1878.p.201.

<sup>85</sup> MIRANDA, Naly E. **Reminiscências da Serra 1556-1983**. Serra, [S.l.: s.n., 19--. p.25].

<sup>86</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.314, nota 56.

liberdade, que estaria sendo apoiado pelo então Frei Gregório de Bene, de formação antiescravagista, para obtenção de alforrias dos escravos em troca da ajuda dos mesmos para edificação da Igreja.

Assim, faremos uma descrição dos acontecimentos de acordo com alguns autores. Porém é importante ressaltar que foram encontradas dificuldades na utilização de fontes primárias devido a alguns vazios documentais para corroborar os fatos descritos. Em consequência o levantamento histórico se baseou em fontes do século XIX e outras fontes secundárias, dado as dificuldades de documentação existentes sobre esta insurreição e sobre a história da Vila de Queimado.

É possível que os relatos descritos nos levem a compreender até que ponto houve uma rebelião escravista, na proporção que iremos descrever. Expressada por uma oligarquia política, dominante na época, interessada em tornar a Insurreição de Queimado um exemplo de retaliação às fugas de escravos e à criação de quilombos, conforme veremos adiante no relato do Presidente da Província Sr. Ferraz à época.

Pode-se inferir que o anseio de liberdade dos escravos de fato ensejou uma rebelião que se tornou um “efêmero movimento”, como descreve Rosa <sup>VIII</sup> em 1884, culminando em um processo trágico que marcou para sempre a história da Freguesia de Queimado e arredores.

Nesse sentido, a memória individual e coletiva na qual alguns autores se basearam para entender melhor essa rebelião muito pode acrescentar aos fatos registrados da história. No entanto, fica a capacidade, de cada parte envolvida, seja dos vencidos ou dos vencedores, em se sobrepor um ao outro como nos reporta Le Goff:

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.<sup>87</sup>

Contudo, cabe acrescentar, dentro do contexto histórico republicano e positivista em vigor na época, que partidários da ideologia abolicionista tentavam acabar com a escravidão no Brasil, regime que os mesmos consideravam uma vergonha, não propriamente por motivos humanitários, segundo Zon:

<sup>VIII</sup> Afonso Cláudio de Freitas Rosa, publica pela primeira vez seu livro intitulado **Insurreição do Queimado** em 1884. Foi o primeiro governador do Estado do Espírito Santo em 1889, após a Proclamação da República do Brasil em 1888.

<sup>87</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. [1924]. Tradução de Bernardo Leitão... [et al.]. 3ª ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1994.p.475.

[...] Recentes estudos históricos indicam que os abolicionistas desejavam extirpar a escravidão não pela simpatia nutrida pelos trabalhadores escravos, mas por mostrar-se o regime escravocrata incompatível com as ideias liberais importadas da Europa e com o sistema político e econômico que almejavam fazer vigorar no país.<sup>88</sup>

Para melhor esclarecimento dos acontecimentos relatados nesta pesquisa é importante mencionar que a história narrada, pelos mais renomados autores como Rosa e Daemon, dos fatos que ocorreram em Queimado são narrativas históricas que se fizeram no final do século XIX, dentro de um diferente contexto político e ideológico.

Isso pode ter contribuído para versões mais ou menos parciais dos fatos<sup>IX</sup>. Porém é importante mencionar que a publicação do livro, datada de 1879, de Basílio de Carvalho Daemon, é anterior à de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, publicada em 1884 e reeditada na comemoração dos 150 anos da Insurreição de Queimado, em 1999, a qual tomaremos como referência mais constante para esta pesquisa histórica, dado ser mais detalhada com relação aos acontecimentos relacionados à insurreição escravista.

No tocante à insurreição, a mesma aconteceu enquanto Queimado ainda pertencia à Vitória, capital da província, e com maiores condições de combatê-la, como o fez, fato que a coloca como um dos levantes escravistas mais importantes, acontecido no Espírito Santo, pela sua magnitude. Porém, não foi o primeiro, mas o mais significativo por ter servido de exemplo, para alguns autores, diante dos vários e pequenos levantes que vinham acontecendo na Província desde então.

Segundo Daemon, em 1822 houve uma rebelião escravista na então Freguesia da Serra, vinda de vários lugares como, Jacaraípe, Una, Tramerim, Queimado e Pedra da Cruz, cujo levante foi sublevado com o controle do Juiz local e os escravos castigados. De acordo com o autor:

[...] o levante tinha por fim a liberdade geral, e para o que haviam todos os escravos comparecido à missa armados de armas de fogo, facas e paus, a fim de obrigarem o vigário a ler-lhes as cartas de liberdade, sendo o cabeça desta sedição Antônio, escravo de Maria Madalena.<sup>89</sup>

<sup>88</sup> ZON, Isabela Basílio de Souza. **O templo e a força: a história de uma insurreição imaginada.** Vitória - ES: Pro Texto, 2013.p.182.

<sup>IX</sup> Esta constatação está baseada no estudo introdutório do historiador Estilague Ferreira dos Santos na reedição do livro de Daemon (2010, p. 44-55).

<sup>89</sup> DAEMON, op. cit., p.307, nota 54.

Esse breve levante escravista, conforme Rosa<sup>90</sup>, teve uma similaridade muito curiosa com relação à Insurreição que aconteceria 27 anos mais tarde na Freguesia de Queimado, pois de acordo com ofício do Juiz da Freguesia da Serra, houve uma aglomeração de escravos, armados, que durante a missa exigiram a liberdade, contando também com o apoio do Vigário da Vila para atingirem tal objetivo.

Entre 1822 até 1849 foram detectados pequenos levantes, fuga de escravos, que na formação de quilombos causaram distúrbios em vários lugares, segundo Daemon<sup>91</sup>. Porém, o que nos importa é saber se a fuga dos escravos contribuiu para o surgimento de quilombos na Província, como atestam alguns relatórios governamentais. Isso pode ter servido de estímulo para os escravos de Queimado e arredores sonharem com a possível liberdade.

Nos relatórios governamentais podemos apreender que muitos desses quilombos produziram, segundo presidentes das províncias, sérios transtornos, como veremos a seguir:

Em 1840, no Relatório do Presidente da Província Sr. Silva Couto consta que:

[...] O Governo reunio, e armou vinte e quatro homens para coadjuvar as Autoridades Policiaes na captura dos criminosos, e para destruir quilombos, por chegar ao seu conhecimento que existião muitos escravos fugidos do poder de seus senhores[...].<sup>92</sup>

No relatório do Vice Presidente da Província, Sr. Lima, também podemos verificar a preocupação causada pela formação de quilombos:

[...] Bem convencido da urgente necessidade de fazer dispersar e prender os escravos fugidos, que em grande numero, e nas vizinhanças mesmo da Capital, se reúnem em quilombos, ou em casas de particulares, que indignamente os acoitão, para viverem de roubos, ameaçando os pacíficos Fazendeiros, e viandantes [...].<sup>93</sup>

O Presidente da Província, Sr. Ferraz, em seu relatório à Assembleia Legislativa Provincial em 1847 declara estar:

[...] Sobremaneira convencido da urgente necessidade de fazer dispersar e capturar os escravos fugidos, que escandalosamente se reúnem em quilombos para viverem de roubos, tentando contra a vida dos pacíficos fazendeiros e viandantes, resolvi organizar provisoriamente uma guerrilha que tem de encetar suas operações em vários districtos, porêm em

<sup>90</sup> ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Insurreição do Queimado**. Vitória. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 1999.p.14.

<sup>91</sup> DAEMON, op. cit., p.305-336, nota 54.

<sup>92</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Silva Couto. Victoria, 01 de abr. de 1840, p. 13-14.

<sup>93</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Joaquim Marcelino da Silva Lima. Victoria, 23 de mai. de 1846. p. 06.

consequência da estação chuvosa ainda não pôde esta providencia produzir os bons resultados [...].<sup>94</sup>

No seu relatório de 1848 à Assembleia Legislativa Provincial, o Presidente Sr. Ferraz descreve sua preocupação com o fato:

[...]Não devo concluir este artigo sem chamar vossa atenção para um ponto, que considero de alguma gravidade, no presente, e que, no porvir, póde ser de consequência mui fatal á segurança individual e de propriedade. Fallo dos escravos fugidos que vivem reunidos em quilombos, nas mattas.

Este objeto tem ocupado minha particular solicitude, e, durante a estação menos chuvosa, fiz quanto estava da minha parte para levar avante algumas diligencias, a fim de bater esses quilombos com as precisas cautelas, e com o devido segredo e reserva. Nada porém se conseguiu, por causas independentes de minha vontade.<sup>95</sup>

O Sr. Ferraz, nesse mesmo relatório, descreve a importância de se criar um posto de comandante de guerrilha com intuito de realizar batidas nas matas para captura dos escravos e aniquilamento de quilombos. O comandante deveria receber salário e ter moradia fixa na cidade de Vitória, de forma a facilitar o seu trabalho. Ele finaliza o assunto dizendo que a evasão dos escravos traria, no dia a dia, dificuldades futuras para a lavoura, dado que o crescimento da agricultura dependia do trabalho escravo e que a fuga dos mesmos comprometia o rendimento da lavoura, fonte importante para a economia da Província.

Percebe-se, no relato do Sr. Ferraz e em outros relatos governamentais, que as frequentes fugas, pequenas rebeliões e formações de quilombos foram fontes constantes de preocupação. Os fatos irão provar que, em relação à Freguesia de Queimado, as inquietações dos governantes não foram em vão. A busca da liberdade pelo povo africano escravizado era uma realidade no Brasil de então.

À direção religiosa da Freguesia do Queimado, segundo Assis<sup>96</sup>, foi entregue ao Frei franciscano Gregório José Maria de Bene em sete de março de 1848. Porém, ele já exercia o cargo de chefe religioso desde 1845, dado que a Igreja de Queimado teve sua pedra fundamental lançada pelo Frei em 15 de agosto do mesmo ano. Segundo Marques<sup>97</sup>, a edificação continha as seguintes dimensões:

<sup>94</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Victoria, 23 de maio de 1847. p.11-12.

<sup>95</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Victoria, 01 de março de 1848.p. 07.

<sup>96</sup> ASSIS, F. Eugênio de. **Levante dos Escravos no Distrito de São José do Queimado**. Serra: [s.n], 1948.p.15.

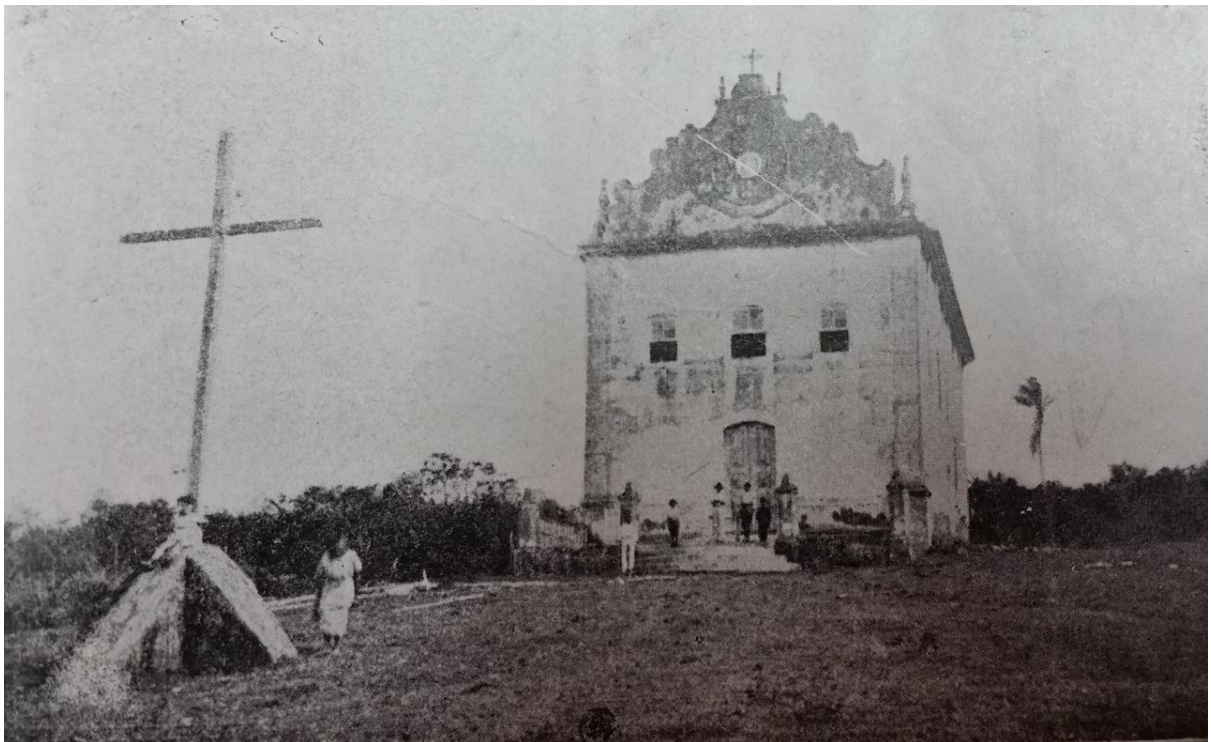
<sup>97</sup> MARQUES, op. cit., p. 201, nota 84.

“[...]90 palmos de comprimento e 42 de largura, abrangendo a Capella-mór 45 de comprimento e 22 de largura”.

A Figura 16, nos mostra a magnitude da Igreja de São José do Queimado, porém não foi possível saber, através de documentação histórica, sobre o projeto em si.

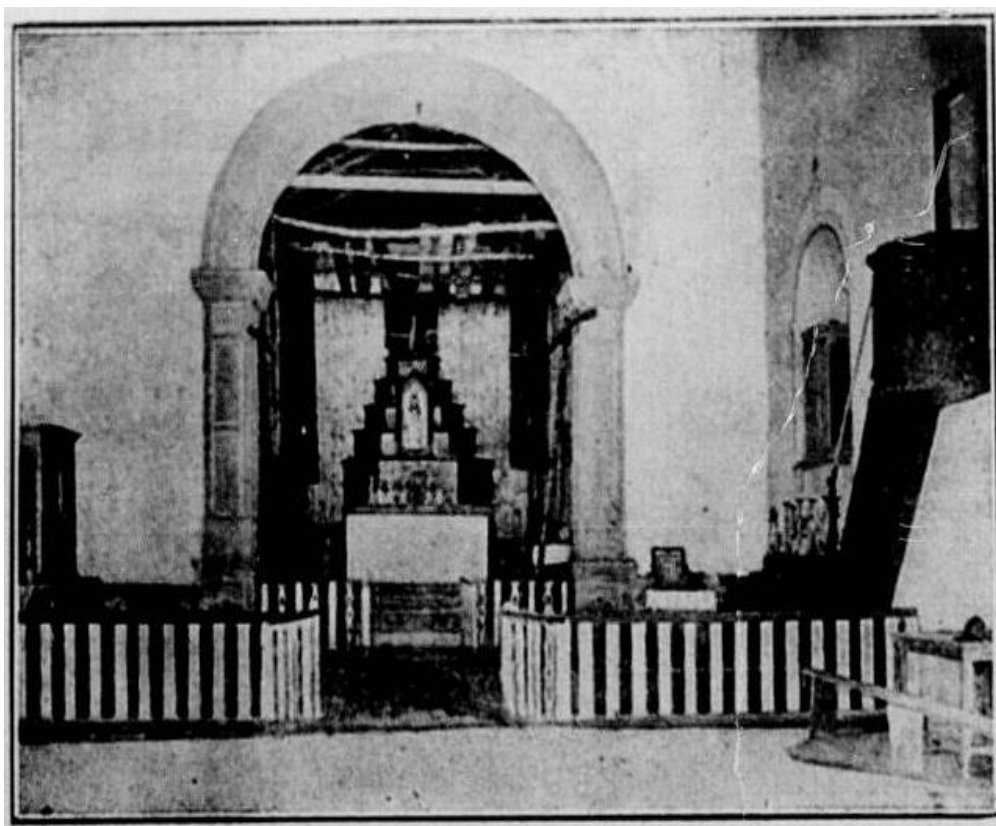
A publicação da revista Vida Capichaba, de 25 de dezembro de 1925: “[...]Santuário da Igreja de Queimado, de fama histórica, actualmente em máo estado de conservação”, refere-se à capela-mor. (Figura 17)

Figura 16 — Foto da Igreja de São José do Queimado em 1945. Podemos verificar a magnitude da Igreja de São José do Queimado ainda com o cruzeiro em frente à igreja.



Fonte: Revista Vida Capichaba, 30 set. 1945. n.p. Disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - (APEES, 2016).

Figura 17 — Foto do altar da Igreja de São José do Queimado em 1925.



Fonte: Revista Vida Capichaba, 25 de dez. de 1925.n.p. Disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - (APEES, 2016).

De acordo com Rosa<sup>98</sup>, seria compreensível que o frei italiano, de nascença e formação europeia, em seus sermões pregasse contra a escravidão no Brasil e os castigos que eram impostos aos escravos, enaltecendo a liberdade gozada pelo povo europeu.

Em 1847, Frei Gregório de Bene<sup>99</sup> escreve uma carta ao Presidente da Província, Sr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, respondendo à outra que lhe fora enviada, para que descrevesse o andamento da construção do templo. Na carta o frei relata e justifica a construção da Igreja dizendo que, desde 1845, vinha ministrando os ofícios religiosos nesse sítio, antes chamado Tapera, perto de Queimado. Relata a grande quantidade de devotos de outros povoados vizinhos que não participavam dos ofícios religiosos, pela dificuldade em percorrerem grandes

<sup>98</sup> ROSA, op. cit., p.30, nota 90.

<sup>99</sup> ROSA, op. cit., p.125, nota 90.



distâncias, caminhos difíceis e perigosos até outras freguesias, e que isso o preocupava.

Assim, segundo a mesma carta, o frei justifica a construção de um templo para uma povoação de cinco mil pessoas que, para ele, além dos motivos acima, também viviam em meio ao caos moral e religioso: entre roubos, assassinatos e outras perfídias. A respeito da influência que a construção do templo realizava na vida das pessoas, o frei relata:

[...] Com respeito estes sítio já mudaram de aspecto, como eles também o reconhecem e o confirmam repetindo-o de contínuo, e aquela Religião Santa e benéfica que era quase extinguida, hoje começa a florescer [...]. Portanto para executar o que tinha-lhes proposto, fui missionar no Queimado e aí repeti a minha firme resolução, e eles todos unanimemente prometeram-me de cooperarem, e trabalharem comigo, uns com os seus cativos, outros com sua pessoa em uma tão importante obra.<sup>100</sup>

Ainda nessa carta endereçada ao Sr. Ferraz em 1847, o frei relata que, para construção do templo, em uma região tão pobre, todos juntos com ele, e sem distinção de cor, sexo ou condição social, ajudavam carregando pedra por pedra. Ele reconhece que foram os mais pobres, com seus braços e poucos recursos, os que mais contribuíram para a edificação da igreja, e relata que até os seus rendimentos como pároco foram utilizados:

[...] Eu ainda que Franciscano com a esmola das Missas, e ofertas das Santas Missões, e do pequeno emulento, que subministrava-me o Governo Imperial que ora tirou-me sem razão: além da sobredita tênue quantia, gastei na obra mais de duzentos mil réis, e mais gastaria se mais tivesse.<sup>101</sup>

Fato interessante que não se pode deixar passar despercebido são as queixas do capuchinho em relação a determinadas pessoas, que eram contra a construção da Igreja e que não relutavam em caluniá-lo. Segundo ele, servindo-se até de sacerdotes companheiros de ofício, com o intuito de afastá-lo do Sítio de Queimado, como podemos apreender em outra carta escrita pelo Frei Gregório de Bene em 1847, endereçada ao Sr. Ferraz, onde relatava os andamentos das obras da Igreja.<sup>102</sup>

Há que se considerar que a Freguesia do Queimado passava por uma fase de desenvolvimento, havendo relações de poder político e religioso na época, que possivelmente poderiam ter despertado cobiça e inveja. Porém, o período de estadia

<sup>100</sup> ROSA, op. cit., p.125, nota 90.

<sup>101</sup> BENE, apud ROSA, op. cit., p.126, nota 90.

<sup>102</sup> ROSA, op. cit., p. 124-127, nota 90.

do Frei Gregório pela Freguesia do Queimado foi marcado por relatos governamentais com certa admiração, como mostra o relatório do Sr. Ferraz:

[...] Está bastante adiantada esta obra e tendo ido vê-la em outubro do anno passado, assás agradável me foi o observar o estado d'esse magestoso templo, que tem sido erigido a esforços do missionário Fr. Gregório de Bene, com o simples concurso dos habitantes do lugar e sua circumvisinhança. Só uma devoção muito arraigada, a cima de todo o elogio (por isso mesmo que é hoje, infelizmente, pouco vulgar), incentivada pelo afan e dedicação de um homem dotado da atividade d'aquelle missionario, póde explicar o como, no meio de uma povoação pobre em sua quase totalidade, se há podido conseguir uma obra em ponto tão elevado, concorrendo o cofre provincial apenas com o despendio de 600\$000.<sup>103</sup>

Houve também críticas, segundo Rosa<sup>104</sup>, conforme explícito no ofício do Presidente da Província, Sr. Leal, ao Ministro da Justiça em 26 de novembro de 1849, informando a transferência do Frei Gregório de Bene (Freguesia do Queimado) e Frei Ubaldo de Civitella de Trento (Freguesia de Cariacica) para a Corte. A justificativa para este fato foi a postura dos Frades, considerada prejudicial à tranquilidade pública local.

No entanto, inicialmente, podemos apreender que havia certa admiração pela forma como Frei Gregório vinha procedendo em relação à população e à edificação do templo, como no relatório do Presidente da Província, Sr. Antônio Pereira Pinto, em relação à Igreja do Queimado, em que ele faz elogios ao Frei e a sua persistência junto à população para locação do cemitério longe da igreja, hábito, segundo o Sr. Pinto, há muito arraigado. Embora considerado insalubre, era difícil convencer os habitantes.

[...] A do Queimado, vae também tendendo para a sua conclusão pela constância, e actividade de Frei Gregorio de Bene, a cujo ardor apostólico deve-se o seu começo. Nestas freguezias novas, é minha opinião, que se deve extirpar o antigo habito de se sepultar os corpos dentro das igrejas. Alguns habitantes do Queimado repugnávão aceitar a pratica dos cemitérios, os conselhos porem do seu vigario, e aquelles, que manifestei-lhes, quando me achei nesses lugares, contrários a esse costume, parece, que os convenceo de alguma forma.<sup>105</sup>

Para edificação do templo, segundo Rosa<sup>106</sup>, Frei Gregório de Bene teria, utilizando-se da influência religiosa que tinha com os habitantes da região, realizado acordo verbal com os escravos das fazendas da região de Queimado.

<sup>103</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO SPÍRITO SANTO, op. cit., p.13, nota 94.

<sup>104</sup> ROSA, op. cit., p.137, nota 90.

<sup>105</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Antonio Pereira Pinto. Victoria, 30 de novembro de 1848.p.15.

<sup>106</sup> ROSA, op. cit., p.31, nota 90.

Este acordo previa que se os escravos o ajudassem, enquanto mão de obra, na construção do templo, ele mesmo intercederia junto aos seus senhores para obtenção da carta de alforria. A carta seria entregue no dia da festa em homenagem a São José, 19 de março, em missa realizada na Igreja, quando finalizada e nomeada com nome do mesmo santo. Com relação a este fato Rosa descreve:

[...] Da data da promessa ao dia em que se devera realizar, decorria o lapso de um ano, mais ou menos o tempo calculado para a conclusão do edifício. É fácil de imaginar o resultado de semelhante responsabilidade: afirmam muitos que além dos dias santificados, nas noites de luar, os mais entusiastas escravos abandonavam as fazendas para carregar os materiais destinados à construção.<sup>107</sup>

Outro fato significativo naquela época era o recrutamento, nas províncias, de jovens senhores para a defesa da Monarquia, que vinha enfrentando dificuldades, após a independência, já no segundo reinado, uma revolução, algumas rebeliões e revoltas liberais de oposição ao Império. Segundo Resende<sup>108</sup> não era incomum a substituição dos senhores, ou filhos recrutados para a guerra, pelos escravos, em troca da liberdade dos mesmos.

Tempos depois da Insurreição de Queimado o Império baixa o Decreto nº 3.725, em seis de Novembro de 1866<sup>X</sup>, com intuito de dar liberdade aos escravos indicados para servir o exército:

[...]Hei por bem ordenar aos escravos da Nação que estiverem nas condições de servir no exercito se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquelle serviço; e, sendo casados, estenda-se o mesmo benefício ás suas mulheres.

Novaes também descreve, como uma das possíveis causas da Insurreição, o sonho dos escravos de Queimado de adquirirem a liberdade por meio do recrutamento para guerra, e exemplifica esse fato com o que aconteceu no passado:

[...] A 27 de junho de 1827, por exemplo, o Comandante das Armas Francisco Antônio de Paula Nogueira da gama, relatava ao Conde Lage e recrutamento do *Ururau*, feito em Vitória, a 14, para o qual recebera oito escravos, libertados pelos senhores, que assim procediam, para que substituíssem seus filhos. Podiam, dessa forma, os escravos (mulatos e robustos) 'ter a honra de servirem à nação, como soldados'.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> ROSA, op. cit., p.31, nota 90.

<sup>108</sup> RESENDE, Wilson Lopes de. **A insurreição e 1849 na província do Espírito Santo**. Cachoeiro de Itapemirim. Edições Itabira. Espírito Santo, 1949.p.2-3.

<sup>X</sup> O original deste decreto pode ser visto na: "Coleções de Leis do Império do Brasil – 1866, página 313 vol. 1 pt. II (Publicação Original). Esta informação está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1884-199/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-publicacaooriginal-73127-pe.html>. Acesso em: 26.07. 2016.

<sup>109</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Fundo Editorial do Espírito Santo (FEES). Vitória, 1969.p.201-202.

No entanto, os escravos teriam outro motivo para sonhar com a tão difícil liberdade, e esta poderia vir com a ajuda na construção da Igreja, cujo lançamento da pedra fundamental da obra, segundo Assis<sup>110</sup>, se deu com cerimônia religiosa e presença de todos os devotos, incluindo os escravos, da região.

Segundo o mesmo autor, enquanto o templo ia sendo erguido, nada foi identificado como insatisfação de alguma espécie em relação aos escravos, que iam seguindo seus trabalhos nas fazendas, e nos feriados e fins de semana se dedicavam à construção do templo. Porém, a notícia de que os escravos seriam libertados no dia da inauguração da Igreja de Queimado continuava sendo espalhada pela redondeza: Serra, Cariacica, Itapocú, Mangaraí, entre outras localidades.<sup>111</sup>

Nessa fase histórica, Queimado achava-se em seu melhor momento enquanto freguesia, sendo necessária a abertura do livro do Tombo pelo Juiz de Paz empossado, no qual ele registra, entre outros bens da Igreja, a doação do terreno para sua construção, realizada pela proprietária Ana Maria de São José, em 18 de outubro de 1846.<sup>112</sup>

Já haviam sido colocados os três sinos e a imagem de São José, trazida pelo Frei Gregório de Bene, e, em frente à Igreja, foi erguido o cruzeiro em 1848.<sup>113</sup>

Antes do relato da Insurreição, é importante considerar o texto de Rosa, no qual ele descreve, por meio de testemunho e documentos analisados na época, que para acelerar a construção da Igreja o sacerdote tivesse, em seus sermões, instigado à população escrava a trabalhar com mais apego, justificando que isso serviria para abrandar os corações dos senhores, dando-lhes a clemência através da liberdade.

Rosa justifica tal pensamento levando em conta que outro sacerdote de nome Civitella de Trento, pároco em Cariacica, também pregava as mesmas ideias de Frei Gregório, referindo-se à escravidão como “a perduração da instituição servil”. Para Rosa, não houve uma incitação consciente por parte dos párocos, e Gregório de Bene não tinha perfil amotinador, porém o autor acredita:

[...] Que sua cooperação, bem como a de Ubaldo de Trento, foi decisiva, basta notar que, logo após a explosão da insurreição, o primeiro, antes

<sup>110</sup> ASSIS, op. cit., p.16, nota 96.

<sup>111</sup> ASSIS, op. cit., p.16, nota 96.

<sup>112</sup> ASSIS, op. cit., p.20, nota 96.

<sup>113</sup> ASSIS, op. cit., p.20, nota 96.

mesmo de justificar-se perante as autoridades que o mandaram vir sem perda de tempo, pediu destituição à presidência do lugar de pároco, e dentro em breve ambos foram conduzidos para a corte, por ordem terminante da presidência [...].<sup>114</sup>

Segundo relato de Assis<sup>115</sup> sobre a Insurreição do Queimado, que teve lugar no dia 19 de março de 1849, dia de São José, durante a celebração religiosa nenhuma palavra foi dita pelo padre em relação à liberdade dos escravos que trabalharam na edificação da igreja. Segundo o autor, isso causou bastante alvoroço entre os escravos que já pressentiam que algo, nesse sentido, pudesse acontecer.

O primeiro registro histórico sobre o assunto, o livro de Daemon, relata notícias das mais variadas relacionadas ao ano 1849, e dentre elas, a rebelião dos escravos das fazendas da Freguesia de Queimado. Segundo palavras do autor, foi travada uma luta em um ataque realizado no dia 20 de março de 1849, em um lugar chamado Aruaba, com um grupo de voluntários armados e chefiados pelo Alferes Varela França:

[...] todos sustentando fogo contra os insurreccionados com o maior valor, deu em resultado muitos escravos se refugiarem nos sertões, por muito tempo esteve a força ali estacionada e os lavradores de Cariacica, Serra, Itapoca e Queimado se conservaram sempre armados. O pânico por este fato foi imenso em toda a população da província; daqueles insurgentes foram logo alguns capturados e outros posteriormente sofreram castigos nesta cidade, sendo também justicados dois cabeças pelos crimes que cometeram entre eles Prego e João, tendo os outros três condenados à força um se suicidado e outros fugido da cadeia, dos quais não houve mais notícia alguma. Muita energia mostrou e serviços prestou nesta ocasião o alferes Varela França.<sup>116</sup>

Com relação ao breve relato de Daemon, fica claro que o autor trata o episódio com pouca profundidade e se coloca contra a insurreição dos escravos ao enaltecer a ofensiva do Alferes diante dos escravos armados.

É importante frisar que o porte de armas de fogo naquela época pelos escravos, segundo esclarece Luiz Guilherme Santos Neves em notas no livro de Rosa<sup>117</sup>, era considerado natural e aceito pelos senhores de escravos. Porém, após a Insurreição de Queimado, a partir de 11 de maio de 1849, mediante a Resolução nº 9 da Assembleia Legislativa Provincial, toda arma de fogo seria proibida aos

<sup>114</sup> ROSA, op. cit., p.30 e32, nota 90

<sup>115</sup> ASSIS, op. cit., p.21, nota 96.

<sup>116</sup> DAEMON, op. cit., p.337, nota 54

<sup>117</sup> ROSA, op. cit., p.87, nota 90.

escravos que também não poderiam utilizar “[...] instrumento cortante, perfurante, ou contundente sob pena de vinte cinco açoites [...]” .<sup>118</sup>

Algum tempo depois, Afonso Cláudio de Freitas Rosa, através de entrevista com um sobrevivente e documentos governamentais sobre a insurreição, traz à tona uma história mais detalhada, que servirá de referência para quase todos os demais livros escritos sobre o episódio posteriormente.

Em seu texto, Rosa<sup>119</sup> relata que escravos da Serra, Itapoca e Viana já há algum tempo vinham se comunicando a respeito da rebelião, e que os escravos de São Mateus a eles se juntariam no movimento. Porém de acordo com o autor, não se sabe ao certo o porquê dos mesmos não terem participado, pois não havia muitos documentos históricos para embasamento dos fatos.

Por outro lado essa possibilidade é colocada em dúvida, na parte de notas do livro de Rosa<sup>120</sup>, dado que São Mateus ficava a uma distância muito grande de Queimado e a probabilidade, segundo Luiz Guilherme Santos Neves, é que se tenha querido dar uma dimensão à revolta na época que a mesma não tinha.

Segundo Novaes<sup>121</sup>, a rebelião foi coordenada e muito pensada pelos cinco organizadores principais: Elisiário, Chico Prego, João pequeno, João da viúva e Carlos. A cada um deles coube instruções com relação à propagação, avisos e incentivos à rebelião nos vários povoados e freguesias da região.

No relato de Rosa<sup>122</sup>, no dia anterior à inauguração do templo, já estavam reunidos nos arredores do Queimado cerca de 200 escravos espalhados pelo mato e fazendas vizinhas. No dia 19, durante a missa, Elisiário, que ficara de dar o sinal oficializando a liberdade, nada fez e no momento final da missa Chico Prego seguiu à frente, com vários escravos armados, em direção à Igreja aos gritos de liberdade. O sacerdote, ouvindo o brado, manda fechar as portas depois da saída rápida dos devotos e recebe Elisiário na sacristia. O mesmo, segundo o autor, ameaça o sacerdote com uma rebelião formada por vários escravos armados escondidos na mata e convence o sacerdote a interceder, junto aos senhores, para que não houvesse luta.

<sup>118</sup> ROSA, op. cit., p.135, nota 90.

<sup>119</sup> ROSA, op. cit., p. 27-28, nota 90.

<sup>120</sup> ROSA, op. cit., p.86, nota 90.

<sup>121</sup> NOVAES, op. cit., p.201-202, nota 109.

<sup>122</sup> ROSA, op. cit., p.44-45, nota 90.

Segundo Rosa, Elisiário teria, depois de conversar com o pároco, ido até ao grupo que se encontrava próximo à Igreja e comunicado as palavras do padre:

[...] dizia o agitador que na sacristia Gregório tinha-lhe confessado, que pediu e rogou em nome da religião aos senhores para libertarem seus escravos em atenção aos serviços prestados à igreja; que suas súplicas foram desatendidas e não houve meio de abalar o rigor daqueles; que os insurgentes tivessem coragem para ganhar a vitória pelo meio que ia apontar. Então Elisiário mostrava um papel e acrescentava ter o frade afirmado que os insurgentes fossem ter com seus senhores para obrigá-los a assinar o dito papel com a declaração de os libertar, trazendo-lhe em seguida o mesmo documento para ser enviado à *rainha*; junto de quem ele Gregório gozava de influência.<sup>123</sup>

Com relação a tal descrição dos fatos não há hoje documentação que comprove o envolvimento, nem as palavras de Frei Gregório ditas para Elisiário na sacristia, a não ser os documentos e testemunhos analisados na época por Rosa que se perderam. Mas após a rebelião, por meio do Jornal Correio da Victória, Frei Gregório pede que publiquem seu juramento realizado em 25 de março de 1849: “[...]juro, repito de novo, que eu não fui causa, nem a conselhei a eles no motim, que fiserão no dia de São José 19 do corrente[...]”.<sup>124</sup>

Por outro lado, o ofício do Presidente da Província, Sr. Felipe José Pereira Leal, em resposta a dois requerimentos de Frei Gregório, em meados de 1849, descreve sobre a atitude do sacerdote:

[...]sobre dois requerimentos datados de 28 de julho último e de 20 de agosto próximo passado, que V.Rm. fez a este Governo, pedido que se lhe entregue quatro imagens, um cálice com patena, uma alva com amito, uma pedra sagrada, um cerimonial, e uma estante para missal, objetos estes existentes na Matriz dessa Freguesia, e informado, principalmente pela declaração, que V.Rm. juntou ao segundo dos pré-ditos requerimentos, que tais objetos foram por V.Rm. incluídos nas contas, que prestou naquela Administração, os dinheiros que V.Rm. recebeu para a obra da Matriz, já mencionada, nem uma consideração merece, portanto, semelhante pretensão de V.Rm. por certo indecorosa ao caráter do home incumbido da importante missão de pregar os santos princípios da nossa Religião, e que deve simbolizar todas as virtudes.<sup>125</sup>

Sem muitas comprovações documentais, perceber-se que há precedentes que identificam certa impulsividade e fragilidade de conduta do sacerdote. Identifica-se isso ao se analisar seu juramento e a forma como se reporta aos escravos na carta, depois de tê-los convencido anteriormente a ajudar na construção da igreja.

<sup>123</sup> ROSA, op. cit., p.46, nota 90.

<sup>124</sup> BENE, Gregório José Maria de. Publicações a pedido. **Correio da Victória**. Victoria, 21 de abr. de 1849, p.4.

<sup>125</sup> LEAL, apud ROSA, op. cit., p. 136-137, nota 90.

O ofício acima também demonstra como Frei Gregório se portou após a rebelião, enquanto os escravos presos relatavam a sua participação no episódio.

Continuando os relatos da rebelião, segundo Rosa, os ânimos exaltados dos escravos e moradores, fez com que o capitão Inácio Barcelos<sup>XI</sup>, com diplomacia, segundo Rosa, tentasse dissuadir os rebelados do intento. O mesmo conseguiu somente acalmar os rebeldes que respeitavam sua posição, e enviar à capital pedido de ajuda para controlar a situação. Enquanto isso, outros escravos corriam às fazendas de seus donos exigindo a alforria, alguns conseguiram o intento e foram incentivando os que encontravam pelo caminho a fazer o mesmo.<sup>126</sup>

O então Presidente da Província, Sr. Antônio Joaquim de Siqueira, ao receber as informações provenientes de Queimado, no mesmo dia à tarde envia tropa comandada pelo alferes José Cesário Varela França, que acampou em Queimado e no dia 20 de março, interpelou o frei sobre os acontecimentos. Isso se deu na sacristia da Igreja, com os escravos rebeldes acreditando que o sacerdote havia sido preso, e dado a demora do alferes na interpelação do frei, resolveram em reunião seguir em socorro ao mesmo.<sup>127</sup>

Segundo narrativa de Rosa<sup>128</sup>, cansado de esperar que os insurgentes aparecessem na Vila, o Alferes segue em direção aos possíveis posicionamentos dos rebelados, e na estrada chamada de Ladeira de João dos Santos, próximo ao Rio Santa Maria, foram recebidos com fogo pelos amotinados, tendo o Alferes sido ferido e também outro soldado.

Segundo o autor, neste dia, vários escravos que participaram do movimento no dia anterior, 19 de março, com medo dos castigos que poderiam ser vítimas, não compareceram à luta. Contando os rebelados com número menor, diante da investida da tropa em maior número e a informação que um inocente escravo, que caminhava pela estrada, havia sido assassinado, fez com que alguns rebelados fugissem atravessando o rio. Os que ficaram para trás não resistiram muito tempo e adentraram a mata, largando as armas pelo caminho.

---

<sup>XI</sup> Segundo Rosa (1999, p.90) este fazendeiro de nome Inácio de Barcelos Freire era proprietário de uma Sesmaria entre Queimado e Cariacica e muito respeitado pelos escravos. Foi bisavô do historiador Mário Freire.

<sup>126</sup> ROSA, op. cit., p.47, nota 90.

<sup>127</sup> ROSA, op. cit., p.50, nota 90.

<sup>128</sup> ROSA, op. cit., p.51-53, nota 90.



A rebelião foi desmantelada, mas ela teria efeitos devastadores para os cativos, como relata Rosa:

[...] Em nada porém prejudica isso ao valor histórico e social que o fato oferece. Se, como consequência desse feito, recrudescer a tirania que tornou a sorte do escravo muita mais precária, assinalemos também uma vantagem paralela: formou-se no ânimo do escravo mais entranhado ódio contra a opressão.<sup>129</sup>

O então jornal “Correio da Victoria”, editado a partir de 1849, na tipografia de Pedro Azeredo, através de contrato com o Governo com intuito de divulgar notícias institucionais, segundo Rosa<sup>130</sup>, publica em 21 de março de 1849, em seu *Post Scriptum*, a seguinte notícia:

[...] No dia 19 do corrente um grande grupo de escravos armados invadiu a igreja da povoação do Queimado na ocasião em que se celebrava o Santo Sacrifício da Missa, e em gritos proclamava a sua liberdade, e alforria, e seguindo para diversas fazendas e alliciando os escravos dellas, e em outras obrigando seus donos á darem á liberdade a seus escravos, engrossou em numero de 300. S. Ex. o Sr. presidente da provincia soube deste triste acontecimento ás 3 horas da tarde, e sem perda de tempo fez seguir para aquella povoação o chefe de policia acompanhado de tropa convenientemente municada.<sup>131</sup>

Sublevada a rebelião que durou dois dias, segundo Rosa, foram despachadas notícias à Vitória informando que a ordem tinha voltado a reinar em Queimado, Cariacica e Itapoca. Apesar disso foram enviados mais soldados para região em perseguição aos refugiados. A esses se juntou um grupo de voluntários e capitães do mato, comandados pelo capitão Antônio, fazendeiro na Serra. Na primeira investida resgataram 30 escravos que “[...] foram justicados particularmente, o que quer dizer que o guerrilheiro entregava aos senhores indignados as vítimas apanhadas a tiro, para ser feita a justiça do *carro* e do *vira-mundo* [...]”.<sup>132</sup>

A história, registrada por Rosa<sup>133</sup>, descreve o tratamento ignóbil dado aos escravos pelos capitães do mato que, na perseguição aos rebelados, iam matando pelo caminho os escravos que encontrassem, tivessem eles feito parte ou não da insurreição. Eram guiados pelo Capitão e fazendeiro Sr. Antônio, já conhecido, segundo Rosa, pela sua truculência e intolerância com os trabalhadores escravizados. Em suas incursões pelas redondezas, investido de autoridade ele

<sup>129</sup> ROSA, op. cit., p.53, nota 90.

<sup>130</sup> ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Historia da Literatura Espirito-Santense**. Porto. Oficinas do “Comercio do Porto” – 1912.p.531.

<sup>131</sup> AZEREDO, Pedro. *Post Scriptum*. **Correio da Victória**. Victoria, 26 de mar. de 1849, p.4.

<sup>132</sup> ROSA, op. cit., p.55, nota 90.

<sup>133</sup> ROSA, op. cit., p.56-57, nota 90.

invadiu, inclusive, as fazendas dos senhores que resistiam a entregar seus escravos em suas mãos. O então capitão conseguiu prender um total de 36 escravos entre os principais chefes da rebelião: João da Viúva, Chico Prego, Elisiário e Carlos.

A notícia da insurreição chegou à capital do Império, no dia 30 de março do mesmo ano, um vapor de guerra, enviado à Província do Espírito Santo para manter a ordem, levou de volta a informação de que a rebelião havia sido subjugada e que a paz reinava em Queimado. Porém, a notícia que chegava à capital do Império, contava histórias dos horrores vividos nessas paragens pelos habitantes, provocados pelos insurretos.<sup>134</sup>

Todo esse aparato de notícias e movimento, de acordo com a história registrada da Insurreição, parece desproporcional em relação ao movimento libertário encabeçado pelos escravos. No entanto, as fugas e a formação de quilombos que vinham, a longo tempo, preocupando as autoridades da Província, fará dessa Insurreição um exemplo, e não foram poupados esforços para que isso ficasse claro.

Presos, os escravos foram enviados à carceragem em Vitória, onde aguardaram sentença. Porém, tendo sido abandonados pelos seus senhores, foram alimentados pelo carcereiro com seus próprios recursos. Assim ficaram até o dia 31 de maio, quando começa o julgamento, tendo o Sr. Rangel<sup>XII</sup> assumido a defesa dos réus, como relata Novaes:

[...] Brilhante, humanitária e gratuita, foi a defesa desenvolvida pelo Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, que responsabilizou Frei Gregório, 'como único capaz de receber a imputação do crime', e pediu a absolvição dos trinta e oito acusados. Reunido o Conselho, as respostas aos quesitos deram como resultado: - seis, absolvidos; quatro, condenados à morte; os outros, a açoites, de mil a trezentos. Sentença formulada, a 2 de junho.<sup>135</sup>

A sentença seguiu critérios expressos pelo Código Criminal do Império, a mesma continha no seu texto informação que a insurreição era considerada um ato grave e a sentença, segundo Assis, foi: "[...] morte, galés perpétuas e quinze anos de galés, aos que não fossem cabeças, açoites ao arbítrio do Juiz, que no artigo 60 do mesmo código, declarava que não se podia sofrer por dia mais de cinquenta"<sup>136</sup>.

<sup>134</sup> NOVAES op. cit., p.206, nota 109.

<sup>XII</sup> Dr. João Clímaco Rangel era também Padre e bacharel. Segundo Rosa (1999, p.89), Carlos e Cândido (absolvido durante o processo) seus escravos, fizeram parte da rebelião. Carlos foi protegido pelo Dr. Rangel até o falecimento do Padre e fica subentendido no livro de Rosa que foi o escravo Carlos que cedeu entrevista ao escritor.

<sup>135</sup> NOVAES op. cit., p.208-209, nota 109.

<sup>136</sup> ASSIS op. cit., p.30, nota 96.

De acordo com relato do autor foi solicitada clemência ao Imperador com relação à pena de morte imposta, e o mesmo recusou.

Segundo Novaes<sup>137</sup>, os açoites atrozes realizados em Vitória, em praça pública, causaram verdadeiro horror na população e desespero nos escravos presos, sendo que alguns deles, sentenciados à morte no dia 7 de dezembro de 1849, conseguiram fugir. Várias foram as hipóteses levantadas: alguns acreditavam que foi um milagre de N. S. da Penha, outros culpavam o carcereiro que havia dormido fora, outros diziam que uma chave falsa, feita por um dos escravos, seria o motivo. Os que ficaram em outra cela responderam, de acordo com Novaes, também pelo sucesso da fuga dos companheiros, tendo sido acorrentados e postos no tronco Chico Prego e João da Viúva.

O que se pode apreender do texto de Novaes diz respeito a não concordância por parte da população com o rigor dos castigos, presenciados em praça pública, daí surgirem os boatos e talvez até ajuda na fuga dos mesmos.

Em seu relatório, o então Presidente da Província Sr. Leal informa sobre as medidas tomadas em relação a fuga empreendida pelos escravos encarcerados à espera da sentença, fazendo também uma observação sobre a existência de homens que, de acordo com interpretação do texto, seriam cúmplices na fuga:

[...] A despeito das prontas providenciais que expedi logo que soube da fuga desses malvados, não foi possível captural-os, e estando este negocio bastante recomendado ao subdelegado do districto, onde se suspeita, que existem homesiados, até esta data nem-uma participação tem sido presente á presidência á respeito. <sup>138</sup>

Segundo Rosa<sup>139</sup>, o Presidente da Província envia cópia com ordens ao chefe de polícia para execução da sentença: Chico Prego seria enforcado na então Vila de Serra, no dia 11 janeiro de 1850, e João da Viúva, no dia 8 de janeiro do mesmo ano, na Freguesia de Queimado, visto serem esses os lugares onde os dois tinham maior ascendência sobre os cativos.

O Jornal “A folha de Victória”, de vinte dois de junho de 1884, descreve, na página três, alguns fatos históricos, entre eles, os acontecimentos vividos em Queimado:

<sup>137</sup> NOVAES op. cit., p. 209-211, nota 109.

<sup>138</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Felipe José Pereira Leal. Victoria, 25 de julho de 1850.p.11.

<sup>139</sup> ROSA, op. cit., p.68-141, nota 90.

[...] Em 1849 eguaes tormentos de suplício se presenciava na freguesia do Queimado e da villa da Serra com a execução por crime de insurreição pacífica de duas penas de morte!!!.<sup>140</sup>

Esse jornal, publicado duas vezes por semana, foi fundado por Aristides Freire em 1883, personagem intelectual da sociedade capixaba e político do partido Conservador, tendo sido seu redator até 1895 segundo Rosa<sup>141</sup>. Percebe-se no texto outra postura diante do ocorrido, talvez já influenciado por posições abolicionistas.

Sobre Frei Gregório de Bene, Novaes relata em seu livro que, em meio à prisão e enforcamento dos principais líderes da insurreição, o frei não dispensou nenhuma ajuda religiosa aos escravos presos, o mesmo permaneceu em Queimado até ser substituído e enviado à corte em julho de 1849. Diante da intensidade dos castigos impingidos aos rebeldes, o povo se revoltou e se voltou contra o frei, considerando-o causador principal da rebelião. Segundo relato de Novaes, de acordo com o Livro do Tombo:

[...] Pretendiam, nesse dia, os moradores do queimado dar-lhes a despedida: 'Fora o frade', certos de que teria sido o autor, ou conselheiro da insurreição. O substituto, porém, evitou esse prêmio ao procedimento passado.<sup>142</sup>

Com relação ao futuro do Frei Gregório de Bene, o Presidente da Província Sr. Felipe José Pereira Leal em ofício ao ministro da Justiça, relata sua decepção com o capuchinho. Esse ofício está transcrito na parte de documentos do livro de Rosa:

[...] Amanhã faço regressar para essa Corte, no vapor Guapiaçu, os Missionários Capuchinhos, Fr. Ubaldo de Civitella de Trento, e Fr. Gregório Maria de Bene, á vista não só do que declara o Vice-Presidente no Relatório com que me passou a Administração Provincial, como também do que hei ouvido a muitas pessoas conceituadas desta Capital. A presença desses Frades nesta Província é muito nociva à tranquilidade pública, e direi com toda a franqueza a V.Exa., que se fossem enviados para fora do Império, nada se perdia, pois que em todas as Províncias, com exceção de algumas cidades, os povos não têm, como a desta, a precisa ilustração para pôr barreira ao desenvolvimento de certas idéias supersticiosas.<sup>143</sup>

Passada a rebelião e transferido o Frei Gregório de Bene, o então Presidente da Província Sr. Nunes<sup>144</sup> relata a ajuda pública que tem dado para algumas paróquias necessitadas, dentre elas a de Queimado, cujo vigário, então responsável,

<sup>140</sup> FREIRE, Aristides. Historiographia. **A Folha da Victoria**. Victoria, 6 de mar. de 1884, p.3.

<sup>141</sup> ROSA, op. cit., p.250, nota 90.

<sup>142</sup> NOVAES, op. cit., p.211, nota 109.

<sup>143</sup> ROSA, op. cit., p.137, nota 90.

<sup>144</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Sebastião Machado Nunes. Victoria, 25 de maio de 1854.p.29.

era o Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte. Ainda na página do relatório do Sr. Nunes, podemos perceber que muito faltava para a finalização da Igreja, visto que o altar somente foi finalizado em seis de março de 1854, com a chegada da imagem de São José vinda de Vitória.

No entanto, não se obteve maiores explicações para o motivo da imagem de São José estar em Vitória, dado que, no texto do livro de Assis<sup>145</sup>, subentende-se que no dia 19 de março 1849, data da insurreição, a Igreja já possuía a imagem.

Para enriquecimento da descrição do episódio da Insurreição de Queimado, não podemos deixar de mencionar a memória oral de algumas pessoas que lá viveram, ou que de alguma forma conviveram próximas às histórias contadas por seus ancestrais ou senhores. Esse é o caso de D. Francisca que, na entrevista cedida ao escritor Miranda<sup>146</sup>, teria relatado que a relação de amizade dos escravos com Frei Gregório de Bene realmente era um fato, e que o mesmo se utilizou desta proximidade para o seu objetivo maior: a construção da igreja. Para ela, a rebelião não aconteceu como foi posteriormente descrita.

Seguindo a narrativa da entrevistada, o escritor relata que os escravos Elisiário, Chico Prego e João da Viúva eram os mais esclarecidos e contavam com a boa relação e prestígio junto ao padre, sendo que essa relação não agradava aos senhores Alvarenga e Monjardim. Relata também que o pároco, no dia da missa, falaria em favor da libertação dos escravos conforme prometido.

Segundo D. Francisca, foram os Monjardim, influentes na capital, que pediram ajuda para debelar a suposta rebelião. A guerrilha armada chegou à região de Queimado e pelo caminho foi, segundo relato, matando escravos que nem sabiam o motivo da suspeição, até porque segundo ela, vários foram indiferentes à causa divulgada pelos três mais importantes cabeças da rebelião: Chico Prego, Elisiário e João da Viúva. E finaliza ter ouvido em segredo do seu senhor na época, que a insurreição:

[...] acabou antes de começar e por um dia de matança, viu-se custar meses de gíngua para comprová-la, para convencer de que houve de fato, não obstante depoimentos dos escravos, ditados pelos senhores interessados na versão do levante, prestados à polícia.<sup>147</sup>

<sup>145</sup> ASSIS, op. cit., p.20, nota 96

<sup>146</sup> MIRANDA, op. cit., p.41-42, nota 85.

<sup>147</sup> MIRANDA, op. cit., p.42, nota 85.

O fato narrado por D. Francisca vai ao encontro do relatado por Rosa ao descrever o avanço das tropas do Alferes, posicionados na Vila, e pelos possíveis lugares onde os rebeldes poderiam estar escondidos, fato que ocorreu no segundo dia da rebelião.

[...]Varela seguiu-os em apressada marcha: ao chegar ao lugar denominado *Morrinho* fez assassinar um escravo de um Mariano de tal, quando o mísero cativo tranquilamente caminhava para casa conduzindo um púcaro aos ombros.<sup>148</sup>

A história da Insurreição tem lacunas sobre os fatos, os documentos e processos foram perdidos ou destruídos e qualquer tentativa de elucidar tais pontos obscuros ficou impossível de solução, segundo Resende, “[...]pois o processo dos insurretos não mais foi encontrado depois do julgamento”.<sup>149</sup>

O texto de Resende<sup>150</sup> nos relata que, tempos após a abolição da escravatura, precisamente em 1891, e diante da vergonha que a escravidão passou a representar para o governo brasileiro, destruiu-se muito dos documentos relativos a essa época. Assim, o autor, em suas reflexões, se questiona se no Espírito Santo documentos relativos ao episódio de Queimado não tiveram o mesmo fim.

Com relação aos presos fugitivos, Elisiário, Carlos, João Pequeno e outros que conseguiram escapar da fúria dos capitães do mato, segundo Novaes, viveram em fuga, criaram quilombos e nada mais se soube dos mesmos. O fato é que, em Cariacica, existe um lugar chamado Morro dos Escravos, que teria sido criado pelos refugiados da rebelião de Queimado perseguidos pelos capitães do mato.<sup>151</sup>

Porém, há outros indícios do surgimento de quilombos após a Insurreição de Queimado, como relatado por Oliveira:

[...]Em 1885: Quilombo descrito pelo relatório de polícia como existente nas proximidades das estradas de Mangarahy, município de Santa Leopoldina. Segundo a memória dos moradores de Retiro e do Una de Santa Maria, os integrantes desses quilombos eram denominados calhambolas, sendo um deles liderado por Bem-Bem, ex-participante da Revolta de Queimado (OLIVEIRA, 2016, p. 197).

[...]Em 1849 a meados do século XX: Quilombo do Morro São José, município de Santa Leopoldina, em que os integrantes eram descendentes dos escravizados que participaram da revolta ocorrida na vila de São José do Queimado. O nome da vila do passado nomeou a nova comunidade e, em meados do século XX, seus integrantes, que, desde então, assinam pelo sobrenome Santana, entraram em processo de miscigenação com

<sup>148</sup> ROSA, op. cit., p.52, nota 90.

<sup>149</sup> RESENDE, op. cit., p.16, nota 108.

<sup>150</sup> RESENDE, op. cit., p.17, nota 108.

<sup>151</sup> NOVAES, op. cit., p.213-214, nota 109.

descendentes de imigrantes alemães, especificamente com os de sobrenome Leppaus.<sup>152</sup>

Embora não seja o propósito da pesquisa, consideramos importante levantar indícios de formação desses quilombos após esta significativa rebelião, dado que houve, durante muito tempo, perseguição aos escravos fugitivos por parte dos capitães do mato. Porém, entendemos que a povoação de Queimado, mesmo com as fugas de escravos, com pequenas rebeliões anteriores à Insurreição de 1849, e pela descrição de sua história, não tenha sido formada originalmente por quilombo.

### **2.3 – Do auge à decadência: As causas que provocaram o desaparecimento da Vila de São José do Queimado.**

Segundo relatório do Presidente da Província, Sr. Pinheiro<sup>153</sup>, na província do Espírito Santo havia 23 freguesias: Victoria, Serra, Carapina, Queimado, Cariacica, Viana, Santa Cruz, São Matheus, Itapemerim, Cachoeiro de Itapemerim, Espírito santo, Nova Almeida, Riacho, Barra de São Matheus, Guarapari, Benevente, São Pedro de Itabapoana, Alegre, Rio Pardo, Santa Leopoldina, Linhares, Itaúnas e Veado.

Ao longo das décadas muitas dessas Vilas e Freguesias mudaram seus nomes, outras deslocaram seus centros urbanos. Nenhuma, entretanto, teve destino tão adverso quanto Queimado, que passou de próspera freguesia, em meados do século XIX, a um distrito hoje pertencente ao Município da Serra, praticamente despovoado e isolado, tendo as ruínas da Igreja e cemitério como único indício da existência da Vila de São José do Queimado.

Freguesia em ascensão em meados do século XIX, Queimado tinha certa estrutura, tais como: delegacia, comércio que abastecia a população e escola, conforme podemos aferir pelo relatório do Sr. Ferraz. A resolução mencionada foi criada em 1846, no Governo do Sr. Joaquim Marcellino da Silva Lima, como descreve o Presidente da Província em 1847:

[...] A resolução n° 1 de 27 de julho do anno passado restaurou a do extinto conselho do governo de 12 de abril de 1828, e creou uma escola na freguesia do Queimado. Quando tomei posse da presidência já a achei provida da pessoa de Manoel da Neves Xavier. O nomeado para ali seguio, mas não encontrando casa, nem para alugar, nem por emprestimo, assim

<sup>152</sup> OLIVEIRA, Oswaldo Martins de. **Quilombos: Territórios e Patrimônio Cultural**. In MACIEL, Cleber [1994]. Oliveira, Oswaldo Martins de (Org). “Negros no Espírito Santo” e estudo de organizações afros, direitos e patrimônio cultural – mais de duas décadas depois. 2° ed. 282 p. Vitória, 2016.p.197.

<sup>153</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro. Vitória, 8 de junho de 1869.p.11.

m'o participou. Officiei ao juiz de paz do districto afim de providenciar a respeito, e espero sua resposta para resolver o que parecer mais conveniente.<sup>154</sup>

Segundo Oliveira<sup>155</sup>, Queimado contava em 1852, de acordo com ofício do Presidente da Província, Sr. José Bonifácio Nascente de Azambuja, enviado ao ministro do Império, com 16 alunos na escola primária. Nesse censo podemos observar que o número de alunos atendidos na primeira classe era proporcional em relação às freguesias vizinhas, como a de Carapina - 18 alunos, Nova Almeida - 14 alunos e até mesmo a Vila do Espírito Santo - 21 alunos.

No entanto, as dificuldades eram muitas, sem estradas que comunicassem as povoações que iam se desenvolvendo em direção ao interior da província, o rio Santa Maria passou a constituir, segundo Borges, o principal meio de comunicação da Serra com o norte do Espírito Santo e Vitória:

[...] Pelo rio Santa Maria da Vitória trafegavam canoas carregadas de café, farinha de mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão. O rio servia como via para o transporte em geral, inclusive para integração de Vitória com a Serra e com o Norte do Espírito Santo.<sup>156</sup>

Na Figura 18 podemos ver o Rio Santa Maria da Victoria, como era chamado, ainda no seu apogeu, enquanto rio caudaloso e de fácil navegação para o transporte de mercadorias das freguesias e das colônias até a capital Vitória.

Figura 18 — Transporte do café efetuado pelo rio Santa Maria da Vitória em 1920. Autor não identificado.



Fonte: Disponível em: <<http://camaraserra.es.gov.br/exibir.aspx?pag=municipio>>. Acesso em: 16.07.2016.

<sup>154</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, op. cit., p. 13, nota 94.

<sup>155</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.399, nota 56.

<sup>156</sup> BORGES, Clério José. **Serra. Colonização de uma cidade História-Folclore-Cultura**. Editora Canela Verde. Serra. 2015.p. 109.



Com relação às estradas existentes, o Presidente da Província Sr. Pinheiro reporta em seu relatório o estado impraticável das estradas, e menciona como o único meio de comunicação o trânsito intenso de pessoas e mercadorias pelos rios:

[...] É tão grande a falta de comunicação na província, que si não fossem os rios navegaveis, essas estradas naturaes, que a cortam em alguns pontos, as suas povoações estariam, por assim dizer, completamente sequestradas umas das outras, pois as estradas existentes são quase intransitáveis.<sup>157</sup>

No mesmo relatório, o Sr. Pinheiro menciona a importância do comércio dos produtos da lavoura como forma de progresso da Província, afirmando ainda ser fundamental melhorar as poucas estradas existentes. Indica também, a relevância para o Espírito Santo da construção de uma estrada que ligasse à Minas Gerais, cujo intuito era de alavancar o progresso através do comércio entre as duas províncias, facilitando com isso a colonização em direção à área mais central da Província.<sup>158</sup>

O relatório do Sr. Pinheiro<sup>159</sup>, Presidente da Província, descreve a necessidade de reparar a estrada que ligava a Vila da Serra ao Porto do Una. Por meio desse relatório podemos apreender o quanto o porto do Una, no rio Santa Maria, serviu de entreposto para abastecimento e venda dos produtos dos fazendeiros e pequenos sitiantes da Vila da Serra, Queimado e arredores.

Segundo Novaes<sup>160</sup>, em meados do século XIX, Queimado vivia seu auge. Ela descreve uma romaria em 1854, que saiu do Porto de Queimado até a capital, chegando ao Porto dos Padres, também chamado de Cais do Queimado ( devido ao grande movimento entre aquela Freguesia e esse porto). Mais pessoas se juntaram em procissão para levarem a imagem de São José, da capital Vitória até à Igreja de mesmo nome em Queimado, onde religiosos, devotos e as autoridades, incluindo o Presidente da Província, já esperavam para a grande festa. Esse relato nos dá um panorama da inserção da Freguesia de Queimado no contexto político da época.

De acordo com Marques<sup>161</sup>, a Paróquia de São José do Queimado contabilizava uma população residente de 3.385 almas, com 400 casas habitadas e 6 desabitadas, tinha uma população de 337 pessoas que sabiam ler, 171 crianças

<sup>157</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro. Vitória, 10 de outubro de 1868. p.18.

<sup>158</sup> SR. PINHEIRO, op. cit., p.19, nota 157

<sup>159</sup> SR. PINHEIRO, op. cit., p.18, nota 153.

<sup>160</sup> NOVAES, op. cit., p.222-223, nota 109.

<sup>161</sup> MARQUES, op. cit., p.202, nota 84.

entre de 6 a 15 anos frequentavam a escola. Analisando o mesmo dicionário, percebe-se que a Freguesia de Queimado tinha uma população considerável no século XIX. Comparada com a população da Serra (4294 almas) e de Vitória (4361 almas), pode-se afirmar que, proporcionalmente, o número de habitantes da freguesia se igualava à população dessas duas cidades.

Com a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, houve perda significativa na lavoura para os senhores de terras, porém tamanho prejuízo econômico também advém do fato de que a mercadoria escrava, enquanto capital, passa a não mais existir.

Por outro lado a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850<sup>162</sup> vai legalizar as terras, que passam a ter valor e a terem documentos registrados em cartório. Conferindo-se, assim, o direito de propriedade de terras devolutas, conforme se depreende no trecho a seguir:

[...] Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

[...]

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous anos de residencia pela fôrma por que o foram os da colônia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município.

Art. 18 . O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colônias nos logares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

[...]

Desse modo, pela redação da Lei, podemos inferir que a mesma teve o intuito de estimular e favorecer a imigração no Brasil neste momento, ao permitir ao colono ser proprietário da terra que cultivava. No entanto, ela vai também contribuir para a cultura dos grandes latifúndios, consolidando-os legalmente a partir de então. Pode-se dizer que o fato contribuiu para o desaparecimento da Vila de Queimado, no final

<sup>162</sup> BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 26.07.2016.

do XIX e início XX, e que, possivelmente, já na sua fase decadente, sofreu com a pressão do grande latifúndio.

Não se pode deixar de colocar que a proibição do tráfico de escravos e as várias leis, como a do Ventre Livre, já vinham diminuindo a mão de obra escrava nas lavouras das fazendas produtoras, cuja derrocada veio com a abolição da escravatura em 1888.

Além desse fato, a cafeicultura, maior produto cultivado até então no Brasil, vai sofrer grande baque com a crise de 1929. A derrubada dos preços do café fez minguar os cofres públicos, como relata em sua mensagem, o Sr. Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo em 1930:

“[...] A crise não surpreendeu somente ao Espírito Santo. Nem somente nós lhe sentimos os duros efeitos. Attingiu o Paiz inteiro, que tem no café a sua principal fonte de arrecadação. E não foi só o café que sofreu. A depressão, oriunda de causas diversas, afetou, póde-se dizer, todos os produtos. O desequilíbrio não se verificou, apenas, no Brasil. Aqui actuou como reflexo inevitável da situação mundial, que culminou no crack violento da Bolsa de Nova York, em outubro do anno passado.”<sup>163</sup>

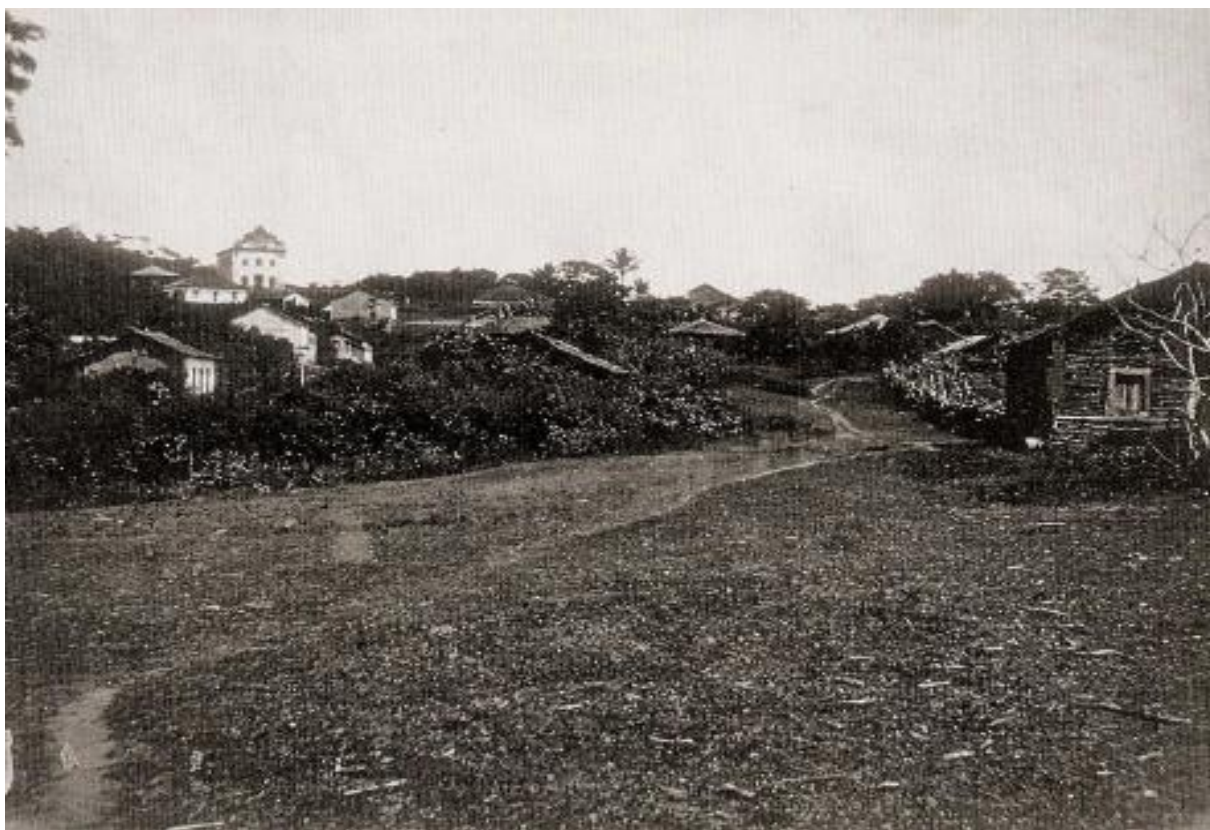
Essa situação econômica possivelmente impactou também a já debilitada Freguesia de Queimado. Dentre outros fatores que propiciaram a decadência deste distrito, encontra-se a construção da estrada de ferro Vitória-Minas, com início em 1903, que desestimulará, no final da primeira década, o tráfego de canoas pelo rio Santa Maria. Os produtos passaram a ser embarcados na estação de Santa Leopoldina, diminuindo drasticamente o movimento no rio Santa Maria e no Porto do Una.<sup>164</sup>

A Figura 19 mostra a Vila de Queimado, em 1870, ainda com várias casas e o caminho da Vila para o Porto de Queimado às margens do Rio Santa Maria. Não se pode dizer ao certo se a vila já existia antes da edificação da igreja na Freguesia de Queimado, isto devido à falta de documentos cartográficos. No entanto, pela foto da Vila de São José do Queimado, observa-se certo alinhamento das casas e o caminho ligando a igreja, possivelmente, em direção ao Rio Santa Maria.

<sup>163</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo Sr. Aristeu Borges de Aguiar. Vitória, 22 de setembro 1930, p. 07.

<sup>164</sup> BARROS, Paulo de. **Memória Fotográfica da Serra**: imagens de um município brasileiro. Vitória: Edição do autor, 2002. p. 69.

Figura 19 — Vista da Vila de São José do Queimado em 1870, foto tirada por Albert Richard Dietze.



Fonte: Lopes (2003, p. 179).

Observamos na Figura 20 a estrada ligando o Município da Serra à Vitória, como mostra a foto de 1926, já com a primeira modificação de traçado três anos após ser inaugurada<sup>165</sup>.

Provavelmente a abertura da estrada deve ter desviado naturalmente a população, não só da vila de Queimado, como também de outras áreas, para às margens desta estrada em razão da maior facilidade de locomoção e transporte dos produtos. Isso pode também ter concorrido para o esvaziamento do distrito, agravando a sua crise econômica.

---

<sup>165</sup> BARROS, op. cit. p. 76, nota 164.

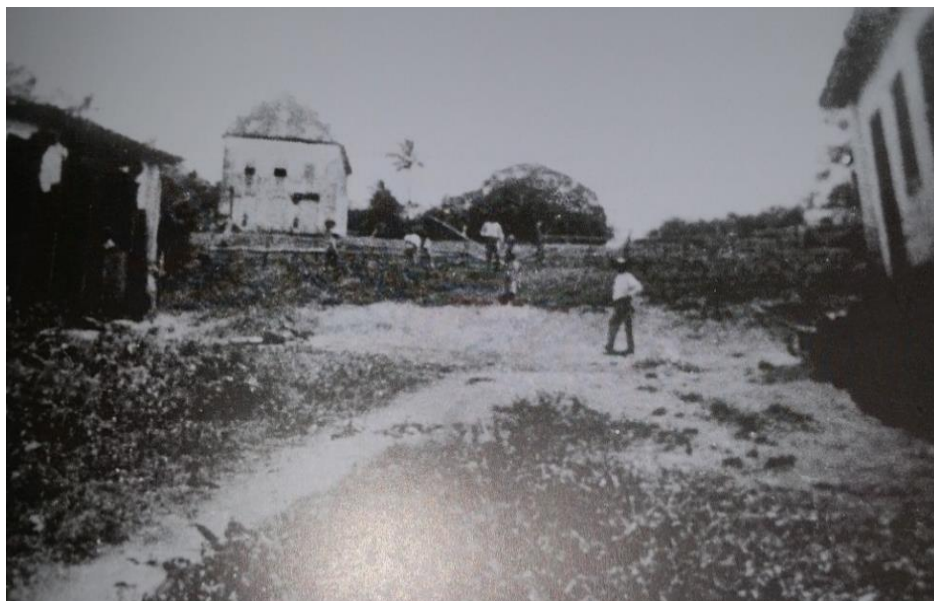
Figura 20 — Estrada Serra a Vitória em 1926. Autor não identificado.



Fonte: Barros (2002, p. 101).

A Igreja de Queimado com delimitação de sua área em madeira, que se supõe fosse para protegê-la enquanto propriedade religiosa, de saques ou da invasão do seu terreno. Não se sabe se o pároco nesta época vivia na Freguesia de Queimado.

Figura 21 — Vila de São José do Queimado em 1908. Autor: Eutychio D'Olivier.



Fonte: Barros (2002, p. 57).



Outros fatores que, poderiam ter concorrido para o despovoamento da Freguesia de Queimado, estão relacionados também à questão da dificuldade econômica no campo e à migração da população do interior para capital. No relatório do governador do Estado, Sr. Bernardino de Souza Monteiro, podemos apreender este fato através da demonstração do quanto isso o preocupava, “[...] Convencido dos malefícios da convergência da população para os centros urbanos, estimulada no injusto pavor da vida dos campos [...]”.<sup>166</sup>

No momento em que há uma ruptura econômica e um desprezo do poder público em relação a Queimado, no início do século XX, o desenvolvimento urbanístico ficou concentrado na cidade de Vitória e arredores. Pela pesquisa realizada percebe-se que as autoridades políticas, à época, centraram esforços em socorrer as colônias e povoados que iam se formando com os imigrantes, principalmente ao longo do rio Santa Maria da Vitória, ao mesmo tempo em que apagavam da memória da população a Insurreição dos escravos e o impacto das mortes provocadas pelos castigos presenciados pela mesma.

Figura 22 — Ruína da Igreja de São José do Queimado em 2012.



Fonte: foto da autora tirada em 12.04.2012

---

<sup>166</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Mensagem do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Bernardino de Souza Monteiro. Vitória, 12 de outubro 1919.p.04.

O distrito de Queimado chega, em pleno século XXI, sem ter seu Sítio Histórico reabilitado e ser dada a devida importância histórica, econômica e cultural que a Vila de São José teve para o Estado do Espírito Santo. As Figuras 23, 24 e 25, mostram a progressiva deterioração da Igreja de São José do Queimado e do cemitério.

Figura 23 — Ruína do cemitério em 2012.



Fonte: Foto da autora tirada em 12.04.2012.

Figura 24 — Lateral da ruína da Igreja em 2012.



Fonte: Foto da autora tirada em 12.04.2012.

Figura 25 — Espaço em frente à ruína da Igreja de São José do Queimado em 2016.



Fonte: Foto da autora tirada durante as celebrações de 2016.

### **CAPÍTULO III - A REPRESENTATIVIDADE SIMBÓLICA DO SÍTIO HISTÓRICO E A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS DA SOCIEDADE CIVIL NA DIVULGAÇÃO HISTÓRICA/CULTURAL DA MEMÓRIA DESSE SÍTIO.**

#### **3.1 A simbologia e religiosidade. Os rituais simbólicos nas Celebrações Macroecumênicas realizadas no Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado.**

É fato que vivemos num século em que a rapidez nas decisões, em todas as áreas da vida humana, ganha proporções, muitas vezes, difíceis de serem mensuradas quanto às consequências advindas das mesmas. No caso específico de patrimônios históricos tombados, critérios técnicos se atêm às questões formais e legais a respeito do legado construtivo e histórico. Entretanto, não se priorizam, ou são relegados a um segundo plano, os aspectos culturais e os ritos simbólicos importantes para a identidade de determinada comunidade, que passam despercebidos ou ignorados.

O caso específico aqui estudado é o Sítio Histórico de São José do Queimado que, através de suas ruínas, mostra a força simbólica contada na história vivida ali em determinada época. Inclusive se sobrepondo em importância às ruínas de uma arquitetura pouco identificável, mas já caracterizada de acordo com a pesquisa iconográfica realizada no capítulo I.

É possível que as práticas culturais e religiosas vivenciadas nesse espaço, tanto os rituais católicos e de outras religiões, tais como os das religiões afro-brasileiras, ao longo do tempo, possam ter servido, até o presente momento, como instrumentos de perpetuação da história desse sítio. Isso por meio de suas práticas religiosas e rituais diferenciados, reafirmando a sacralidade desse espaço em vias de ser revitalizado.

O século XX e o início do século XXI têm sido marcados pelo fortalecimento do homem na procura de uma vivência espiritual. Esse interesse marca o momento de um mundo globalizante em que a arte popular, miscigenada a crenças e religiões, caracteriza grande parte das regiões brasileiras. No entanto, nos dias de hoje, elas perdem força em relação à cultura de massa, imposta pela mídia de modo geral.

Grupos de indivíduos marcados pela imposição da globalização vêm, ao longo do tempo, por questões contextuais econômicas, sociais, políticas ou



religiosas, afastando-se e tornando-se fragilizados com relação às suas crenças, raízes e símbolos que os acompanhavam desde seus antepassados.

Por outro lado, territórios sagrados, carregados de simbolismos que marcaram determinada época, muitas vezes, são mantidos pela memória coletiva de grupos da comunidade que resistem à aculturação globalizante. Entretanto, isso nem sempre é suficiente para a manutenção desses espaços ou edificações, que registram histórias, rituais simbólicos tradicionais e significativos para identidade coletiva de uma comunidade.

A definição de Santos sobre o que representa o território explicita bem o significado do mesmo:

[...].O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.<sup>167</sup>

Portanto, para uma comunidade a necessidade dessa noção de territorialidade importa à medida que a faz compreender o seu lugar no mundo, a importância de suas relações afetivas, e a continuidade de suas tradições simbólicas, mantendo-as interligadas.

A resistência à aculturação, muitas vezes, passa por posturas mais conscientes e atuais em relação à sustentabilidade sócio ambiental, e às novas posturas e práticas espirituais, que se mesclam indo ao encontro das necessidades de vínculos sociais e culturais.

O resgate da herança religiosa/cultural passa pela manutenção, vivência da religiosidade, da prática dos ritos essenciais à sua compreensão, e também pela inserção de outros elementos com novos significados. Como também pela conscientização da importância do conjunto desses valores, para união e preservação da identidade da comunidade.

Esse resgate diz respeito à manifestação da hierofania pelo homem, ou seja, à necessidade de manifestar seu sentimento religioso/místico, por meio de determinado objeto simbolizando algo sagrado que, por meio dos ritos, fazem a conexão entre o homem e o cosmos. Este resgate também está sintonizado com as raízes culturais religiosas de seus antepassados, segundo Rosendahl:

---

<sup>167</sup> SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.p.96.

[...] O espaço sagrado é um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade.<sup>168</sup>

A religiosidade, para o homem, está relacionada à representação de suas divindades através de seus símbolos sagrados. Esses símbolos, para alguns autores mencionados abaixo, são objetos de significados próprios, porém carregados de complexos sentimentos místicos e diferenciados de acordo com a cultura religiosa a qual se relaciona.

Os ritos simbólicos, por sua vez, fazem parte da humanidade desde sempre, a sacralidade dos espaços, fossem nas residências ou nas cidades da antiguidade, davam sentido à vida e à morte dos indivíduos.

As cidades eram fundadas, desenhadas e marcadas segundo suas crenças, mitos e ritos de passagem importantes para seu nascimento e sua continuação, como também para sua destruição, conforme se depreende do seguinte trecho de Rykwert<sup>169</sup> “[...] Uma vez tomada e destruída a cidade, seu lugar tinha que ser arado ou, melhor, ‘desarado’ [...]”. O autor explica que, quando arado no sentido anti-horário, em volta do lugar da cidade, era o arado fundador. No sentido horário, o desarado significava que a cidade deixava de existir legalmente.

É interessante fazermos uma correlação simbólica entre esses rituais descritos por Rykwert e o que aconteceu à Vila de Queimado. A pedra fundamental como símbolo do fundador da Vila é a igreja. A vila, após o episódio da insurreição, aos poucos e por vários motivos é desarada, ou seja, largada à própria sorte e aos saques como outrora.

A partir da colocação da pedra fundamental dá-se início à construção da Igreja em 1845, segundo Marques<sup>170</sup>. Símbolo religioso implantado no ponto mais alto do terreno, ato político de conotação simbólica-espiritual, que proporcionava à Vila uma hierarquia religiosa típica dos desenhos urbanos de traçado Português no século XIX.

<sup>168</sup> ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996. p.30.

<sup>169</sup> RYKWERT, Joseph. **A idéia de cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2006.p.69.

<sup>170</sup> MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo**. Typografia Nacional. Rio de Janeiro, 1878.p.201.

### Segundo Ribeiro:

[...] na maior parte das demais vilas do Brasil colonial, observa-se que o espaço público foi fundamentalmente conformado pelas instituições religiosas, são elas que estabeleceram os limites da cidade, influenciaram o traçado de suas ruas e praças, impuseram uma hierarquia nos percursos viários e investiram de significados simbólicos os ambientes e os artefatos da topografia urbana.<sup>171</sup>

A religiosidade, nas construções e no conceito da arquitetura de igrejas, na primeira fase do renascimento, foi marcada por símbolos de forte conotação mística religiosa. Durante o século XV, “[...] fueron abandonando progresivamente la tradicional planta de cruz latina formada por una larga nave, un transcepto y un coro. En su lugar, abogaron por las iglesias de planta central [...]”, segundo WittKower<sup>172</sup>.

A forma circular, presente harmonicamente na natureza, começa a atrair a atenção pela harmonia e pelas possibilidades de outras formas que se extraem do círculo, como o quadrado, ou octógono, inscritos ou circunscritos no círculo.

Esses estudos influenciaram muito as plantas baixas das Igrejas projetadas pelos construtores humanistas. Apesar do caráter um tanto “laico” dessa arquitetura, segundo WittKower<sup>173</sup>, ela também aproxima o homem dos rituais litúrgicos ao incorporar o círculo na planta centrada, como símbolo de uma ordem cósmica, perfeita e análoga a um Deus verdadeiramente único e onipresente.

Mesmo hoje, o círculo faz parte de rituais e celebrações religiosas de diversos grupos, por exemplo, das religiões de matrizes africanas que se utilizam da forma circular para aproximação de suas divindades nos rituais de invocação de seus Deuses, nas orações e nos pedidos de proteção. Enfim, o círculo é o início e fechamento dos trabalhos de comunhão com suas divindades.

<sup>171</sup> RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Aspectos da vida Urbana e de seus significados simbólicos na Vila de Vitória ao longo do século XIX**. In SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org). *Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. 200-223 p.208.

<sup>172</sup> WITTKOWER, Rudolf. **Los fundamentos de la arquitectura en la edad del humanismo**. Madrid, Alianza, 1995.p.15.

<sup>173</sup> WITTKOWER, op. cit., p.26, nota 172.

Figura 26 — Celebrações em frente à ruína da Igreja de São José do Queimado em 2012.



Figura 27 — Celebrações na estrada em frente à ruína da Igreja de São José do Queimado em 2012.



Fonte: TV Gazeta G1 Espírito Santo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/03/revolta-historica-de-escravos-do-es-completa-163-anos-com-festejos.html>>. Acesso em: 19.01.2016.

Na Figura 26 podemos ver um tecido em forma de círculo no chão, como se fosse um altar e ao lado, na Figura 27, observa-se novamente o círculo.

Conforme Santos e Gonçalves, os rituais simbólicos das religiões de matrizes africanas têm nos quatro elementos da natureza como água, terra, fogo e ar, importante representação religiosa de suas divindades. Portanto, o respeito, a utilização e a substituição do que foi retirado da natureza são fundamentais numa dinâmica de vida-morte-vida, numa sistemática que tem como premissa o equilíbrio. Isto fica claro quando os autores comentam que “[...]é a ideia do presente, da oferenda, como parte da dinâmica de reciprocidade, a contra-dádiva que responde à dádiva inicial ofertada pela natureza”.<sup>174</sup>

De modo geral, a natureza para o homem, segundo Eliade, nunca é totalmente isenta de religiosidade, dado que o mundo é uma criação divina, a natureza para o homem religioso é sobrenatural, portanto ela transcende algo que está além de sua capacidade de respostas.

Apesar de pequenos grupos da sociedade contemporânea se definirem como não religiosos, o homem contemporâneo ainda tem uma relação de respeito com a

<sup>174</sup> SANTOS, R. O. dos; GONÇALVES, A.G.B. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH – Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n. 9, jan de 2011.p.2-7.

natureza. Identificamos isso neste trecho do texto de Eliade<sup>175</sup>: “[...] Para o resto das pessoas, a Natureza apresenta ainda um ‘encanto’, um ‘mistério’, uma ‘majestade’, onde se podem decifrar os traços dos antigos valores religiosos”.

Apesar da dessacralização do homem moderno, há resquícios guardados dessa religiosidade, portanto não é só pela estética da natureza que ele se relaciona com a mesma, mas também por um sentimento religioso ancestral difícil e confuso de explicar, mas que ainda pertence a ele enquanto experiência já alterada ou degradada.

A leitura dos autores acima nos faz entender que não é só o simbolismo implícito inserido no sítio histórico, seja pela igreja ou pela sua história, muitas vezes desconhecida, que levam as mais diversas pessoas ao local, e sim algo que transcende tudo isso, como diz o autor acima, por um sentimento de religiosidade interiorizado e oculto que ainda a atrai.

Aqui faremos uma reflexão sobre as celebrações das culturas religiosas, principalmente de matrizes africanas, e suas relações com o espaço simbólico do Sítio Histórico de São José do Queimado. A importância das celebrações macroecumênicas que acontecem a cada 19 de março, data da Insurreição do Queimado, marcam posições políticas importantes na desigualdade racial.

Fato histórico que marcou a resistência escravista no Espírito Santo, entre outras tantas que aconteceram pelo Brasil, por um povo que aqui viveu escravizado e que contribuiu com as suas manifestações inseridas e adaptadas à cultura nacional brasileira.

Dentro do contexto histórico da escravidão, debates importantes no que diz respeito à inclusão, igualdade, visibilidade e justiça precisam de espaço para o seu fortalecimento e reconhecimento, tendo significativa contribuição nas celebrações a cada ano.

A celebração tem a participação de vários grupos identificados: igrejas católicas, evangélicas, grupos de religiões afrobrasileiras, grupos de estudantes de escolas municipais e outras pessoas que vão para conhecer e também participar, de alguma forma, dos debates relacionados acima.

Em 2016, a programação começou em 12 de março, uma semana antes, quando foi realizada a tradicional *Caminhada Noturna dos Zumbis Contemporâneos*.

---

<sup>175</sup> ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.p.126.

Esta aconteceu, segundo um ritual, a partir da meia noite: grupos de pessoas, que mantêm ligação com o Sítio Histórico, se inscreveram de várias partes do Estado e se encontraram em frente à igreja de N. S. da Conceição, em Serra Sede, onde começaram dando uma volta no centro da cidade. Após esta volta, se dirigiram à Rodovia Chico Prego em direção ao Sítio Histórico de Queimado, chegando por volta das oito horas da manhã, quando se deu o início das festividades e celebrações e foram homenageados os mártires da Insurreição. Segundo o Diretor do Departamento de Igualdade Racial – SEDIR (informação verbal),<sup>XIII</sup> estes rituais são abertos a todos que queiram prestar suas homenagens, independente da religião.

As figuras 28/29 nos dão uma ideia da programação das celebrações em 2016:

Figura 28 — Peça de Teatro “Um grito de liberdade” apresentada no dia 19 de março de 2016, em Serra Sede. Cena provável da celebração da missa pelo Frei Gregório de Bene.



Fonte: TV Gazeta, G1 Espírito Santo. Disponível em: <  
<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/no-dia-da-insurreicao-de-queimado-serra-recebe-peca-sobre-chico-prego.html>>. Acesso em: 02.06.2016.

---

<sup>XIII</sup> Estas informações foram obtidas in loco pelo Diretor do Departamento de Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania-SEDIR em 2016.

Figura 29— Peça de Teatro “Um grito de liberdade”. Cena mostrando a capoeira como forma de luta dos escravos, mas também socialização política na época. Foto de 2016.



Fonte: Espírito Santo TV Gazeta, G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/03/no-dia-da-insurreicao-de-queimado-serra-recebe-peca-sobre-chico-prego.html>>. Acesso em: 02.06.2016.

Em 2016 a autora participou como observadora e pesquisadora, dos rituais da celebração no Sítio Histórico de Queimado, que foram realizados domingo, no dia 20 de março pela manhã. Neste dia, em vários pontos específicos nos municípios da Serra, Vitória, Cariacica e Vila Velha, transportes fretados fizeram o deslocamento das pessoas, a partir das 6:30h, com trajeto direto à Queimado, num total de aproximadamente 13 ônibus, contando com os escolares. A partir de 2016, devido à fragilidade das ruínas, as celebrações e rituais foram realizados na estrada que dá acesso à Igreja de São José do Queimado (informação verbal).<sup>XIV</sup>

Figura 30 — Apresentação de Bandas de Congo durante celebração macro ecumênica no aniversário de 167 anos da Insurreição do Queimado, em 2016.



Fonte: foto da autora em 20.03.2016.

<sup>XIV</sup> Estas informações foram obtidas durante as celebrações pela Diretora do Departamento de Cultura da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - SETUR em 2016.



Foram constatados que, nas celebrações, os rituais são basicamente os mesmos. Porém as programações culturais e festivas que marcam a data, em dias anteriores e subsequentes, variam de acordo com as condições políticas, financeiras e, por questões de saúde pública, há mudanças muitas vezes importantes.

Em 2017, a febre amarela foi definidora do espaço onde foram realizadas as celebrações, que não puderam ser no Sítio Histórico de São José do Queimado. Local de mata pouco indicado pelo aumento do surto de febre amarela em todo o Estado do Espírito Santo. Devido a isso, as celebrações aconteceram em frente à estátua de Chico Pregó, inaugurada em 2006, um dos heróis da Insurreição.

Todo ano um tema a ser trabalhado acompanha a celebração. Em 2017, quando completou 168 anos, o tema escolhido foi – *Ecoa Queimado: Vida, Memória, Fé e Resistência na Contemporaneidade*. Para melhor descrever os rituais observados da 18ª celebração, segue abaixo a programação<sup>176</sup> deste ano:

Figura 31 — Folheto contendo a programação da celebração de 2017, com os cânticos que acompanham os rituais.

**FÓRUM CHICO PREGO DA SERRA**

Celebração Afro Popular Macro Ecumênica do Queimado 2017 “ECOa Queimado: Vida, Memória, Fé e Resistência na Contemporaneidade em Serra Sede

<p>Companheira, guerreira, mãe mulher. (bis)</p> <p>5. Imã negra na luta e na cor, ô, ô, ô, ô Peregrina, menina Yao. (bis)</p> <p>6. No seu canto alegria dos pequenos, aê, aê, Anuncia feliz: nós já vencemos. (bis)</p> <p><i>Final</i></p> <p><b>11 - Reza pra Agradecer</b></p> <p>Reza Para dona do mar, nos abençoar. Reza Para o amor florescer Para o bem imperar Reza</p> <p>Reza pra quem não crer Reza pra conquistar Reza pra agradecer O dia que vai chegar Reza E para quem tem fé Nas lendas que vem de lá Reza Para proteger tudo nesse lugar. INAIÁ, INAE, INAE IDÊ, INAE, INAE, INAE, INÁ, INAE, INAE, INAE</p> <p>Reza</p> <p>Para dona do mar nos abençoar Reza Para o amor florescer Para o bem imperar Reza</p> <p>Reza pra quem não crer Reza pra conquistar</p>	<p>Reza pra agradecer O dia que vai chegar Reza É para quem tem fé Nas lendas que vem de lá Reza pra proteger tudo nesse lugar. INAIÁ, INAE, INAE IDÊ, INAE, INAE, INÁ, INAE, INAE, INAE</p> <p>Reza Para dona do mar, nos abençoar. Reza Para o amor florescer Para o bem imperar Reza</p> <p><b>12 - PARTILHA DAS OFERENDAS</b> <b>Sorriso Negro</b> Um sorriso negro, um abraço negro Traz felicidade Negro sem emprego, fica sem sossego Negro é a raiz da liberdade</p> <p>Negro é uma cor de respeito Negro é inspiração Negro é silêncio, é luto negro é a solidão</p> <p>Negro que já foi escravo Negro é a voz da verdade</p>	<p>Negro é destino é amor Negro também é saúde. (um sorriso negro!)</p> <p><b>19 DE MARÇO DIA DA ANEMIA FALCIFORME</b></p> <p><b>LEI 3429 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009</b></p> <p><b>INSTITUI O DIA DO FALCÊMICO NO MUNICÍPIO DA SERRA</b></p> <p><i>"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, pode ser ensinado a amar."</i></p> <p><b>Nelson Mandela</b></p>
---	--	--

**FÓRUM CHICO PREGO DA SERRA**


Celebração Afro Popular Macro Ecumênica do Queimado 2017 “ECOa Queimado: Vida, Memória, Fé e Resistência na Contemporaneidade em Serra Sede



**18ª Celebração  
Afro Popular Macro  
Ecumênica  
dos 168 Anos da  
Insurreição de Queimado**

*ECOa Queimado: Vida,  
Memória, Fé e Resistência  
na contemporaneidade.*



Fonte: Forum Chico Pregó da Serra. Este folheto foi distribuído durante as celebrações em 19.03.2017.

<sup>176</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. Programação: **Celebração Afro-popular Macroecumênica do Queimado**. Forum Chico Pregó. Serra, 2017.



Figura 32 — Continuação da programação dos cânticos que acompanha os rituais.

FÓRUM CHICO PREGO DA SERRA			FÓRUM CHICO PREGO DA SERRA		
Celebração Afro Popular Macro Eclética do Queimado 2017 "ECOa Queimado: Vida, Memória, Fé e Resistência na Contemporaneidade em Serra Sede			Celebração Afro Popular Macro Eclética do Queimado 2017 "ECOa Queimado: Vida, Memória, Fé e Resistência na Contemporaneidade em Serra Sede		
<b>Acolhida</b>	Um clamor da gente Um clamor da memória comovente Despertando a história do Brasil (Bis) ÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓ	Ó INÁ, Ó INÁ, Ó INÁ, Ó INÁ, A HISTÓRIA DE QUEIMADO NOSSO CONGO VAI CANTA – BIS	<b>Ofertas</b> <i>Cariacica – Ar – Preto</i>	<b>8 – Pai Nosso dos Mártires</b>	Deus dos oprimidos O, o, o, o, O, o, o, o
<b>1 - Meu Quilombo tá lindo.</b> Meu Quilombo tá lindo como o que, Vou chamar Chico Prego, Eliziário, João da Viúva pra vim ver. Meu Quilombo tá lindo como que Vou chamar os mais Velhos pra vim ver. Meu Quilombo tá lindo como o que. Vou chamar as Mulheres pra vim ver. Meu Quilombo tá lindo como o que. Vou chamar as Crianças pra vim ver. Meu Quilombo tá lindo como o que. Quem não veio vai se arrepender).	Uma flor na terra Uma flor no céu Uma flor semente Com as cores e axés da negra gente Perfumando o futuro do Brasil (Bis) ÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓ	Foi erguido um Santuário Frei Gregório que rezou a promessa prometida ela não se confirmou  Triste dia, minha gente, quando o padre anunciou que a Carta de Alforria tão sonhada não chegou.  Chico Prego e Eliziário da um <b>Grito de Liberdade</b> a Revolta de Queimado é a História da Cidade	<b>7- Quem disse que não somos nada.</b>  Quem disse que não somos nada e que não temos nada para oferecer  Repare as nossas mãos abertas trazendo as ofertas do nosso viver (bis)  A fé do homem nordestino que busca um destino e um pedaço de chão.  A luta do povo oprimido que abre caminho e transforma a nação. Ô, ô, ô, ô, recebe Senhor.  Retalhos de nossa história bonitas vitórias que meu povo tem.  Palmares, Canudos, Cabanais são lutas de ontem e de hoje também. Ô, ô, ô, recebe Senhor.  Aqui trazemos a semente sangue desta gente que fecunda o chão.  Do gringo e tantos lavradores, Santo e operários em libertação. Ô, ô, ô, recebe Senhor.  Coragem de quem dá a vida seja oferecida com este vinho e pão.  É força que destrói a morte e muda nossa sorte é ressurreição. Ô, ô, ô, ô recebe Senhor.	<b>Agradecimento</b> Vila Velha – Fogo – Vermelho  <b>9- Que povo é esse</b>  Que povo é esse Que ao som dos atabaques e na batida do tambor Cantam e dançam seu lamento a sua dor? (bis) Linda raça, Linda negra, Linda raça negra (bis)  <b>Momentos de Nossa Senhora Aparecida Serra – Terra – Verde</b>  <b>10 – Senhora Negra YÁ querida</b>  <b>Senhora negra Senhora negra Yá querida, Soberana quilombola Mãe de Deus Aparecida!</b>	
<b>2 - Os Tambores dos Negros de Palmares</b>  Os tambores dos negros de Palmares Os tambores do povo de Zumbi (Bis) Os clamores dos negros de Palmares Os clamores do povo de Zumbi (Bis)  Coração da terra Coração do céu Coração da gente Coração desse afro continente Batucando no peito do Brasil (Bis) ÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓÓ	<b>3 - Ô QUE COISA BONITA!</b>  Ô que coisa bonita! (Bis) Deus Pai libertador criar negra cor. Ô que coisa bonita! Ô que coisa bonita! (Bis) Jesus é nosso irmão, sem separação. Ô que coisa bonita!  Ô que coisa bonita! (Bis) O Espírito, a fé, a força, o axé. Ô que coisa bonita! Ô que coisa bonita! (Bis) Mãe por Deus escolhida, Negra Aparecida. Ô que coisa bonita!  Ô que coisa bonita! (Bis) Celebrar Deus da vida com festa, comida. Ô que coisa bonita! Ô que coisa bonita! (Bis) Esta reza, esta festa, clamor de justiça. Ô que coisa bonita.	<b>Momento da Palavra</b> <i>Vitória - Água - Amarelo</i>  <b>5 - Água de Cheiro</b> Água de cheiro misturada com canção. Seu canto lindo soa mesmo que oração. Não é miragem venha ver como é que é. É o povo livre cultuando sua fé.  <b>6- Fazel Ressoar</b> Fazel ressoar (ressoar) A palavra de Deus em todo lugar! (bis) 1. Na cultura, na história, vamos expressar. Levando a palavra de Deus em todo lugar. Vamos lá! 2. O evangelho é a palavra que Deus proclamou. Só ele é o caminho, a verdade, a vida e o amor. Vamos lá!	<b>Perdoai-nos quando por medo ficamos calados diante da morte, Perdoai e destrói os reinos em que a corrupção é a lei mais forte. Protege-nos da crueldade, Do esquadrão da morte, Dos prevalecidos Pai nosso revolucionário, Parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos Pai nosso, revolucionário, Parceiro dos pobres,</b>	<b>1. Preta pobre, Maria mãe Yayá, aé, aé, . Fé com Deus nosso Pai vem ensinar. (bis)</b>  <b>2. Com seu Filho Jesus vamos seguir, é, é, é, é Seu quilombo Oxalá vai ressurgir. (bis)</b>  <b>3. Padroeira dos negros do Brasil, é, é, é, é Olorum nosso Deus nos preferiu. (bis)</b>  <b>4. Na partilha do amor e do Axé, é é é é</b>	
Um clamor da terra Um clamor do céu	<b>4 – Banda de Congo</b>  Ó INÁ, Ó INÁ				

Fonte: Forum Chico Prego da Serra. Este folheto foi distribuído durante as celebrações em 19.03.2017.

Torna-se importante descrever o cerimonial dos rituais da 18ª celebração de Queimado,<sup>xv</sup> para entendermos melhor os mitos e ritos em si e percebermos as necessidades físicas e estruturais, necessárias a sua realização. Esses aspectos poderão ser contemplados por ações na área de gestão do sítio histórico, com a execução do projeto de revitalização do Sítio Histórico.

Foram colocados toldos, próximos da estátua do Chico Prego, para logística da festa religiosa, assim como banheiros químicos, segurança, fechamento de rua e outras estruturas organizadas pela PMS.

Um toldo maior foi decorado pelos diversos grupos participantes, com tecidos de várias cores, representando as cores do povo negro. Isto ocorreu no chão, em forma circular, representando um santuário para as celebrações. Em volta desses tecidos, no chão, foram realizados vários rituais, acompanhados por visitantes.

<sup>xv</sup> As informações relatadas acima são fruto da observação da pesquisadora durante a Celebração de 2017, em conjunto com a programação oficial, da programação do cerimonial dos rituais recebidos que serão apresentados no final da dissertação, em anexos.

**Tema:** *Ecoa Queimado: vida, Memória, Fé e Resistência na contemporaneidade.*

- Neste momento a representante do Forum Chico Prego dá início à celebração com as boas vindas a todos os presentes, de todos os credos e religiões: “[...] para que possamos mais uma vez celebrar a Vida de tantos e tantas que aqui viveram, lutaram e até hoje nos conclamam a buscar o Grito de Liberdade”.<sup>177</sup>

- **Padê de Exu:** este ritual é o momento em que um grupo religioso, de matriz africana da Serra pede licença à divindade, para dar começo aos trabalhos da celebração. É realizada uma roda com 4 representantes do grupo, cada qual com uma vestimenta específica, que cantam e dançam em volta das oferendas, colocadas após finalização, em um dos cantos da tenda .

- Em seguida a esta cerimônia, a oradora faz um pedido a todos para acolherem os vários grupos ali presentes: religiosos, políticos, entidades de direitos humanos e a Banda de Congo<sup>XVI</sup> Konshaça, que é chamada a entrar com suas músicas de forte teor religioso, estandartes com os Santos que os representa (São José e N. S. da Conceição) e o nome da cidade de origem, no caso da Serra.

- Após é entoado o canto de acolhida número 1.

- Logo após o canto há um momento importante da celebração que é o *Eco do Tambores*: “[...]os Tambores estarão localizados em 4 pontos da floresta, onde cada um fará um toque próprio da seguinte ordem: Capoeira/Congo/Religiões de Matrizes Africanas/Tambores urbanos”. Após este ritual os tambores se dirigem para o centro da celebração onde tocarão juntos durante todo o ritual de celebração.

É importante lembrar que esta celebração deveria ter acontecido no Sítio Histórico, mas por razões já descritas acima teve que ser adaptada no centro de Serra Sede, porém a narradora mantém a fala acima, como se estivessem na floresta.

- Neste momento há uma invocação na seguinte ordem:

[...] Em nome de Deus de todos os nomes...; Em nome de Deus – Pai e Mãe de toda a humanidade, de todas as raças e cores; criador de todo o Universo, toda a natureza; com sua graça, mistério e beleza; que se manifestou na história humana; e foi reconhecido pelas diferentes tradições religiosas...Em nome do povo – nossos povos – em geral discriminados e marginalizados; tratados como seres de segunda categoria; no jeito do

<sup>177</sup> FORUM CHICO PREGO (Org. da Sociedade Civil). **Ecoa Queimado: vida, Memória, Fé e Resistência na contemporaneidade.** Texto do cerimonial. Serra 19 de março de 2017.n.p.

<sup>XVI</sup> Segundo Novaes no dia 6 de março de 1854 durante os festejos com a chegada da imagem de São José a igreja em Queimado: “[...] Houve uma missa e, à noite, representou-se um Congo”. NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo.** Fundo Editorial do Espírito Santo (FEES). Vitória, 1969. p. 223.

corpo...Em nome de nossa gente, que espera e se mobiliza, que luta e se organiza, que sofre e se sensibiliza...Em nome dos nossos ancestrais, exemplo de sabedoria, de simplicidade, de resistência, de amor à causa da justiça...Em nome das coisas mais belas...do respeito e da dignidade, da justiça e da verdade, do amor e da liberdade... Aqui nos reunimos e seguimos fazendo história.<sup>178</sup>

- Na programação seguinte, três moças de turbantes coloridos e roupas brancas entram na tenda e se colocam em volta da roda de tecidos, tendo uma delas um tambor sendo tocado em ritmo cadenciado, enquanto cada uma delas relata, em forma de poesia, a história da Insurreição de Queimado.

Na introdução da etapa acima é explicado que a História deve ser reavivada na memória dos que já a conhecem e contada para aqueles que ainda não a conhecem e que participam, pela primeira vez, das celebrações.

**- Entrada da Bíblia: Vitória - água – cor Amarela – Ancestralidade.**

Canto número 5.

Leitura do Salmo 137 e um verso contando sobre a chegada dos escravos, no rio Cricaré ao Norte do Espírito Santo, e sobre as saudades da África, lembrando que, livres, cantavam ao som dos tambores, mas que agora estão silenciosos.

- Leitura da Bíblia com homília realizada por sacerdotes das diferentes religiões. Este é um momento ecumênico.

**- Oferendas: Cariacica- Ar – Preto – Ecologia**

Canto número 7.

Momento aberto aos discursos dos vários representantes que participaram da celebração, de acordo com temas como: as injustiças políticas e sociais; os direitos do povo em geral; luta contra a discriminação racial e religiosa; a necessidade de execução do projeto de revitalização do Sítio Histórico de Queimado pela Prefeitura. Enfim, esse também é um momento político de conscientização para tudo que envolva não só o povo negro, mas a sociedade como um todo. Também há pedidos de mais amor, paz, dignidade e respeito entre todas as raças.

[...] Vamos ofertar ao Deus Pai que tem o comando de todo o universo de toda a natureza o que aqui trazemos o trabalho de homens e mulheres, as nossas vidas de negros e negras tão sofridos, mas que ao toque dos tambores e na dança transmitem a nossa alegria.<sup>179</sup>

Neste momento outro canto. Hora do agradecimento:

<sup>178</sup> FORUM CHICO PREGO, op. cit., n.p., nota 177.

<sup>179</sup> FORUM CHICO PREGO, op. cit., n.p., nota 177.

### **Vila Velha: Fogo – Vermelho – liberdade.**

Canto número 9.

Entra um rapaz segurando uma tocha acesa, envolto em um pano vermelho, que vai desenrolando e colocando em volta do círculo de tecidos existentes. Este tecido vermelho, ao ser desenrolado, representa, entre outras coisas, o sangue jorrado pela liberdade.

É realizada uma oração do Pai Nosso dos mártires.

### **Saudação a N.S. da Aparecida: Serra – Terra - Verde- Resistência.**

Canto número 10.

É realizada uma saudação à santa de tantos nomes, às divindades femininas e às mulheres que lutam e lutaram pela justiça. É entoado o canto número 10. Logo após é realizada uma benção de todas as religiões presentes, em seguida se faz a partilha dos alimentos.

[...] É preciso que o fruto seja repartido que não seja desperdiçado que não seja acumulado. Para que a vida seja bendita. Deus quer que haja partilha, que não haja acúmulo nem desperdício. Então festejemos cantando, dançando e nos alimentando como o necessário.<sup>180</sup>

Após a partilha dos alimentos, é entoado os cânticos número 11 e 12. Dança-se ao som dos tambores e da banda de Congo. Os rituais da Celebração chegam ao fim.

Figura 33 — Decoração para celebração. Os tecidos representam simbolicamente o altar.



Fonte: Fotos da autora no dia 19 de março de 2017.

<sup>180</sup> FORUM CHICO PREGO, op. cit., n.p., nota 177.



Figura 34 — Imagem de Chico Prego erguida na praça no centro de Serra Sede em 2006.



Fonte: Fotos da autora no dia 19 de março de 2017.

Figura 35 — Momento do Padê de Exu, cerimônia de pedido de licença para iniciação dos rituais da celebração.



Fonte: Fotos da autora no dia 19 de março de 2017.

Figura 36 — Entrada da Banda de Congo Konshaça do Município da Serra.



Fonte: Fotos da autora no dia 19 de março de 2017.

Figura 37 — Casaca instrumento típico das bandas de Congo.



Fonte: Fotos da autora 9/03/2017.

Figura 38 — Momento da celebração mostrando uma das três moças de branco que contam em versos a história da Insurreição de Queimado.



Fonte: Fotos da autora no dia 19 de março de 2017.

Figura 39 — Imagem do sincretismo religioso: leitura da Bíblia e oração africana.



Fonte: Fotos da autora no dia 19 de março de 2017.

Figura 40 — Saudação a N.S. da Aparecida. Parte final da celebração com os alimentos colocados para serem partilhados.



Fonte: Fotos da autora no dia 19 de março de 2017.

Não se pretende aqui fazer um relato histórico das celebrações que marcam a data da Insurreição de Queimado, mas sim descrevê-las para apreender a importância simbólica e religiosa que esta homenagem aos escravos, participantes do levante, tem nos dias de hoje para a população de afrodescendentes. Importante ressaltar que estas celebrações são o ponto alto de uma programação com música, teatro e outras atividades culturais pela cidade.

Embora possamos reconhecer a importância das celebrações como marco cultural/religioso que consagra este importante sítio histórico, no tocante às celebrações realizadas, observou-se um maior tempo de participação dos rituais das religiões afro-brasileiras. Seja devido à ligação entre a religião original do africano aqui escravizado, adaptada as circunstâncias vividas, tornando-se mais preponderante que as demais religiões participantes; seja pela confirmação do que vemos no dia a dia de nossa sociedade: uma intolerância enraizada, politicamente mais evidenciada hoje, que impede outras religiões de participarem mais efetivamente.

Entretanto, como exposto nos textos acima, observa-se a importância destas celebrações, que independentemente das religiões presentes está enraizada na cultura local e que vem ao longo do tempo mantendo estas ruínas em evidência, para que as mesmas sejam inseridas em projetos e políticas públicas.

### **3.2 Contribuição cultural: O Forum Chico Prego e o CONEGRO.**

Patrimônios históricos materiais e imateriais são fontes constantes de preocupações de grupos e associações organizadas, autônomas e públicas, que procuram resguardar fontes inesgotáveis de referências culturais, tradições simbólicas, antes que as mesmas desapareçam, para que possam dar ao homem moderno o entendimento, através de suas raízes, de onde veio e para onde está indo.

No caso do Sítio Histórico de São José do Queimado as celebrações religiosas e culturais vêm acontecendo há pelo menos 18 anos, de acordo com o Jornal A Gazeta, 28 de janeiro de 1999<sup>181</sup>. É possível afirmar que as manifestações religiosas sempre tiveram um caráter ecumênico, conforme o Jornal A Tribuna

---

<sup>181</sup> PEREIRA, Marcelo. Drama de Queimado faz 150 anos. **A Gazeta**. Vitória: quinta-feira, 28.01.1999.p. 03.

expõe, em 2001, com a matéria “Católicos, evangélicos e umbandistas se reúnem para celebrar os 152 anos da Insurreição de Queimado na Serra”.<sup>182</sup>

Além disso, a cada ano as celebrações se avolumam em importância, arregimentando vários grupos, principalmente descendentes diretos dos negros e escravos que ali viveram, divulgando a história deste Patrimônio, como também fortalecendo os símbolos de identidade religiosa e cultural destes grupos.

As festividades da data histórica da Insurreição de Queimado (19 de março) são organizadas pelo Forum Chico Prego, CONEGRO, dentre outras entidades da sociedade civil que, juntamente com o apoio logístico da Prefeitura da Serra, preparam o calendário com a programação das celebrações e homenagens. Cada ano e de forma política e contextual, a comemoração toma como base um tema, como já relatado anteriormente.

O Forum Chico Prego é um fórum da sociedade civil criado em 1998, onde participam em torno de 5 coordenadores distribuídos pelos Municípios de Serra e Cariacica, com endereço fixo na cidade da Serra, porém com espaço de articulação e apoio na Secretaria de Direitos Humanos (SEDIR). É um movimento de valorização da cultura negra que leva o nome de um dos mártires da Insurreição (informação verbal).<sup>XVII</sup>

Outro movimento bastante importante e ativo nas discussões envolvendo também o Sítio histórico é o CONEGRO (Conselho do Negro) que, juntamente com o Forum Chico Prego, Fórum das entidades Religiosas de Matrizes Africanas, Movimento das Mulheres Negras Organizadas e outros grupos afins, vêm ao longo do tempo, organizando as celebrações e participando dos debates sobre ações que envolvam o Sítio Histórico, e demais assuntos políticos sobre a conscientização da posição do negro na sociedade atual.

Criado por Lei nº 3.167<sup>183</sup>, de 11 de dezembro de 2007, o CONEGRO está vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SEDIR), da qual

<sup>182</sup> CATÓLICOS, evangélicos e umbandistas se reúnem para celebrar os 152 anos da Insurreição de Queimado na Serra. **A Tribuna**. Vitória, p. 06, segunda-feira, 19.03. 2001.

<sup>XVII</sup> As informações a respeito da composição do Forum Chico Prego e como funciona foram obtidas através da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

<sup>183</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 3.167 de 11 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a criação e organização do Conselho Municipal do Negro - CONEGRO e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L31672007.html>>. Acesso em: 18.06. 2016.



depende financeiramente, sendo designado um servidor para exercer a função de Secretário Executivo. Este tem, dentre suas competências; os seguintes objetivos:

[...]

II – Promover e desenvolver estudos, projetos, debates, seminários e congressos com o objetivo de formular planos e ações de combate às discriminações e ampliação dos direitos da população negra em busca de sua cidadania.

[...]

X – Apoiar e fortalecer os grupos e entidades negras, assim como suas iniciativas e ações voltadas para a promoção da igualdade racial.

[...]

XII - Criar comissão permanente no Conselho com o objetivo de atuar para diminuir a intolerância religiosa.

[...]

Este conselho é formado por oito representantes do Poder Público Municipal e dez representantes da Sociedade Civil. Sua estrutura é composta por comissão executiva através de um coordenador, um 1º secretário e um 2º secretário, que serão escolhidos pelos conselheiros.

Apesar da participação ativa do Conegro, percebe-se que o Forum Chico Pregó é a entidade civil catalisadora das ações, projetos e debates voltados para questões de políticas raciais e para a visibilidade do Sítio Histórico.

Um dos representantes do Forum e Diretor do Departamento de Igualdade Racial nos informa que, entre os vários debates com os grupos relacionados acima, está o questionamento da Lagoa das Almas ter ficado de fora do inventário tombado pela CEC – SECULT (informação verbal).<sup>xviii</sup> Local onde foram jogados os negros mortos na Insurreição de Queimado, que ocorreu em 19 de março de 1849.<sup>184</sup>

Com relação a esta lagoa, a entrevista do Jornal Tempo Novo de 10 de abril de 2015, realizada por Bruno Lyra com o pintor Walter Francisco de Assis, nos revela a possibilidade de ser A Lagoa das Almas a mesma Lagoa dos Mortos relacionada abaixo:

**[...]Quais relatos ouviu de seus familiares sobre a vila de Queimado?**

Não cheguei a conhecer a vila. Ouvi muitas histórias de parentes e de professores que haviam dado aula lá. Uma das histórias era a de que os corpos dos escravos não eram enterrados no cemitério, mas jogados numa

<sup>xviii</sup> Estas informações foram obtidas in loco pelo Diretor do Departamento de Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania-SEDIR em 2016.

<sup>184</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Fundo Editorial do Espírito Santo (FEES). Vitória, 1969. p. 201.

lagoa que fica lá perto. Essa lagoa era chamada de Lagoa dos Mortos. Se forem lá hoje vão encontrar ossadas daquele tempo [...].<sup>185</sup>

As primeiras celebrações no Sítio de Queimado, de acordo com as informações obtidas pelo diretor da SEDIR (informação verbal)<sup>XIX</sup>, se caracterizavam por um ritual católico, onde a missa era a celebração maior. Segundo ele, com o tempo foram introduzidos rituais das várias vertentes das religiões afro-brasileiras, já que as homenagens, além do Santo Católico São José, também deveriam ser feitas com a religião praticada/adaptada pelos escravos. Porém, ele também deixa claro, que a intenção de grupos como o Forum Chico Prego, CONEGRO, dentre outros participantes, refere-se a uma reunião macroecumênica, onde todos se sintam à vontade para prestar suas homenagens.

Apesar da comemoração se designar *Celebração Afropopular Macroecumênica*, nos dias de hoje são os rituais simbólicos das religiões de matrizes africanas que mais marcam presença. Na avaliação do Diretor do Departamento de Promoção e Igualdade Racial - SEDIR, já algum tempo, há uma separação provocada em razão da intolerância religiosa (informação verbal).<sup>XX</sup>

No entanto, o Sítio Histórico em si já é um espaço sagrado, independente da religiosidade simbólica das pessoas que ali chegam, sejam para reverenciar o Santo Católico que dá nome à Igreja, São José, sejam os descendentes dos escravos que pertencem a outras religiões, mas que também reivindicam conhecer um pouco da sua história.

Apesar da importância deste espaço e das celebrações que ali acontecem todo 19 de março de cada ano, a data histórica da Insurreição só foi instituída pela Lei nº 2.497/2002<sup>186</sup> – INSTITUI O DIA DA INSURREIÇÃO DE QUEIMADO.

No entanto, as celebrações já ocorriam bem antes desta data, como informa a redação do Jornal A Gazeta, 28 de janeiro de 1999, cuja matéria, intitulada “Drama de Queimado faz 150 anos”, expõe que a Prefeitura da Serra pretendia, através de uma programação extensa, reunir a população para comemorar a data histórica.

<sup>185</sup> LYRA, Bruno. “A Serra precisa de um teatro e espaço para exposição de artes”. **Tempo Novo**. Nº 1.117 – ano XXXI. Serra, 20 a 27 de março de 2015.p.03.

<sup>XIX</sup> Estas informações foram obtidas in loco pelo Diretor do Departamento de Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania-SEDIR em 2016.

<sup>XX</sup> Estas informações foram obtidas in loco pelo Diretor do Departamento de Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania-SEDIR em 2016.

<sup>186</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 2.497 de 7 de maio de 2002**. Institui o dia da Insurreição de Queimado. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/>>. Acesso em: 18.07.2016.

Esta matéria tratava também da realização da licitação para execução de projeto de consolidação das paredes com cabos de aço (lembrando que esta estrutura permanece até os dias atuais em péssimo estado, de acordo com visita realizada pela autora em 19 de março de 2016), para melhor estruturação das mesmas, além de outras intervenções necessárias:

[...] Manter tudo isso de pé é meta para as comemorações que a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da Serra pretende realizar em março. Uma vasta programação, ao longo de todo o mês, inclui lançamentos de livros sobre Queimado, estudos recentes sobre os personagens do fato histórico, além de um amplo trabalho de divulgação nas escolas municipais.<sup>187</sup>

Nesta mesma reportagem, em relação ao lançamento de livros, foram encontradas somente referências sobre o livro de poesia que narra a trajetória de Elisiário e de seus companheiros, participantes da insurreição. Este livro estava programado para ser lançado em março de 1999, pela Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer-SETUR, durante as celebrações dos 150 anos da Insurreição de Queimado.

No entanto, no processo de pesquisa sobre simbolismo e sobre as informações obtidas no departamento de direito humanos, a importância simbólica cultural e religiosa deste sítio, nos dias de hoje, vai além de se passar para as futuras gerações a história de uma rebelião realizada por escravos em busca da liberdade. Ela serve também para manter a identidade cultural local, agregando as comunidades, viabilizando debates em torno da concretização de políticas públicas com relação a questões que hoje estão em pauta, como a violência que o povo negro ainda sofre, devido ao racismo e preconceitos religiosos.

Toda a história, contradições, simbolismo, paisagem cultural e outras informações relatadas nestes capítulos, até o momento, poderão de alguma forma sofrer impactos importantes, tanto positivos como é o caso do Plano de reabilitação e revitalização do Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado, pautado pelo Plano Diretor Municipal (PDM), como impactos negativos, como a construção da rodovia do contorno do Mestre Álvaro, que serão relatados no capítulo IV.

---

<sup>187</sup> PEREIRA, Marcelo, op. cit. p. 03, nota 181.

### 3.3 Paisagem cultural e a memória coletiva.

Vamos buscar, também, o conceito de paisagem que envolve este Sítio histórico inserido em área rural do município. Ao frisar esta localização em área rural, chama-nos a atenção para o fato das mudanças que estão previstas, mencionadas no capítulo IV, e que poderão provocar importantes modificações na paisagem cultural, e porque não dizer, da memória coletiva da população que mantém vínculos afetivos com este espaço.

A paisagem natural que se descortina, a partir do Sítio Histórico de Queimado, como o monte Mestre Álvaro, Rio Santa Maria e monte Mochuara (que pertence ao Município de Cariacica) faz parte de todo um contexto histórico, simbólico e paisagístico deste sítio e deve ser objeto de preocupação quanto a sua continuidade, através de ações e legislação adequada, e quanto à condição de monumento histórico por parte dos diversos atores da sociedade e do poder público.

A Figura 41 nos mostra o porquê da preservação desta paisagem cultural, que se descortina logo na entrada do Sítio Histórico.

Figura 41 — Paisagem próxima à entrada do Sítio Histórico, na rodovia Chico Pregó. Ao fundo Rio Santa Maria da Vitória.



Fonte: Foto da autora tirada em abril de 2011.

Dentro do contexto da paisagem vamos situar o quão representativa ela se torna para o homem contemporâneo que tem, hoje, outro vínculo bem diferente dos homens da antiguidade, tendo com a natureza uma relação mística. Toda essa relação de sacralidade vinha do respeito às dádivas recebidas, entre outras, pelos alimentos que tiravam da terra.

Hoje, o homem contemporâneo entende a perenidade da natureza como consequência da destruição causada pela sua própria necessidade moderna de consumo, porém acredita na ciência para resolver estes dilemas. Apesar da consciência da sua responsabilidade diante deste fato, em sua maioria ainda coloca a natureza numa condição de mera paisagem a ser admirada ou a ser refletida.

Quanto às alterações na natureza, estas reflexões, segundo Simmel, dizem respeito mais ao valor estético do que à interferência benéfica ou não que a natureza possa trazer para sua rotina, para o seu dia-a-dia. Porém, para o autor, o conceito filosófico do que é paisagem diz mais sobre a diferença do conceito de natureza:

[...]Pelo termo natureza entendemos a cadeia sem fim das coisas, o nascimento e o aniquilamento ininterruptos das formas, a unidade fluida do vir-a-ser, exprimindo-se através da continuidade da existência espacial e temporal[...] 'Um pedaço de natureza' é, na verdade, uma contradição em si; a natureza não tem pedaços; ela é a unidade de um todo, e se lhe destaca um fragmento, este não será mais inteiramente natureza, porque não pode valer como tal no seio dessa unidade sem fronteira, como uma onda desse fluxo global a que chamamos natureza.<sup>188</sup>

Esse olhar duradouro que o autor se refere é carregado de uma memória afetiva, de complexidade subjetiva, fazendo dessa unidade limitada pelo campo visual, uma paisagem, como mostra a Figura 42.

---

<sup>188</sup> SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. [1913]. Tradução Simone Carneiro Maldonado. In: **Política & trabalho**. Universidade Federal da Paraíba. ed. 12. Paraíba: set. de 1996. p.15.

Figura 42 — Paisagem do trajeto próximo a entrada do Sítio Histórico.



Fonte: Foto da autora tirada em março de 2016.

Por outro lado Assunto<sup>189</sup> afirma que ambiente é o território qualificado tanto biologicamente, quanto historicamente, sendo o território uma simples representação do espaço. Portanto, para o autor, não existe ambiente sem território. Assim, o ambiente vivido cotidianamente, carregado de conteúdo e função, representa nada mais nada menos do que a paisagem. Pois, a paisagem é o produto da transformação humana dentro de um ambiente físico, cognitivo, político e cultural.

Neste contexto, para o autor, o importante é analisar e estudar a paisagem como forma de intervenção, de mudanças somente dentro dessa perspectiva, dado que tanto o ambiente e o território necessariamente estão presentes.

Para avaliar a natureza no entorno do Sítio Histórico de Queimado, podemos utilizar a definição de Simmel quando separa o que é a natureza, unidade contínua e ilimitada, da paisagem, que resulta de um olhar atento de um espaço delimitado.

No entanto, a definição de Assunto nos remete mais diretamente ao nosso estudo de caso, dado que o Sítio Histórico em questão está inserido na paisagem de um ambiente de forte conteúdo simbólico, relacionado a um passado, mas também a um presente, de forte cunho sagrado, de mudanças temporais e físicas, em uma constante resignificação de acordo com o momento em questão. Isso resulta em

---

<sup>189</sup> ASSUNTO, Rosario. Paisagem - Ambiente - Território. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). **Filosofia da Paisagem, Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p.128-129.

uma paisagem mutável que, neste sentido, pode ou não trazer consequências importantes a este patrimônio histórico.

Para corroborar com estes conceitos filosóficos sobre a paisagem podemos citar Maderuelo:

[...]El paisaje, encuanto idea que representa al médio físico, es lo otro, algo que se encuentra fuera de nosotros y nos rodea, pero encuanto constructo cultural es algo que concierne muy, diretamente al individuo, ya que no existe paisaje sin interpretación.<sup>190</sup>

E por fim, Maderuelo nos incentiva a refletir que, ao abstrairmos do meio físico que forma a paisagem, é a subjetividade cultural de cada indivíduo que faz com que cada um veja a paisagem e a interprete de forma particular, de forma singular e, portanto, diferente apesar da transformação humana da qual se reporta Assunto.

No entanto, sobre as mudanças possíveis na paisagem formada pelo entorno deste ambiente sagrado e carregado de história, pretende-se avaliar o quanto tais mudanças serão significativas para este patrimônio. Analisaremos como as políticas urbanas podem interferir na dinâmica do Sítio Histórico revitalizado, e se as mesmas são capazes de gerar benefícios a este patrimônio.

Dentro do contexto de aproximação da cidade com seu patrimônio, é possível manter as gerações futuras comprometidas com a preservação da história e o espaço a ela relacionado, diante de um debate com representantes da população visando o fortalecimento da sua cultura e a de seus ancestrais, traduzindo-se na passagem da memória de sua história de geração para geração.

Segundo Halbwachs, a memória individual por vezes necessita das lembranças de outras memórias para dar sentido ou continuidade à mesma. Assim por vezes se recorre à memória social ou coletiva, sendo que partes dessas lembranças individuais são marcadas por experiências vividas de forma pessoal e influenciada pela personalidade e subjetividade de cada um. No entanto, Halbwachs nos informa que:

[...] A memória coletiva, por outro lado, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nelas, mudam de figura

<sup>190</sup> MADERUELO, Javier. Aquello que llamamos paisaje. **Revista Farol**. Vitória, ano 09, n. 9, p.23, jul. 2013. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes. PPGA/UFES. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/farol/article/view/11359>. Acesso em: 02 de jun. 2016.



assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.<sup>191</sup>

Porém, há uma fragilidade exposta na medida em que esta memória individual passa a fazer parte da memória coletiva, mudando, como afirmado acima, sua *consciência pessoal*.

Aqui faremos um apêndice para ilustrar a importância para a historiografia da memória oral a partir de trechos de entrevistas retirados de alguns jornais, que agregarão informações interessantes à presente pesquisa.

O jornal A Gazeta, domingo dia 22 de dezembro de 1974, traz uma reportagem de Rogério Lugon, intitulada - *A cidade de Queimado ressurge nas lembranças do último morador*. Nesta entrevista, podemos identificar fatos ocorridos nas lembranças do Sr. Francisco Monteiro do Nascimento, também chamado de Chico Gato, que nasceu no ano de 1888, quatro meses antes da abolição. Ele relata que “[...]A cidade de Queimado era muito grande. tinha a igreja, o quiosque, padaria e quatro vendas: do Zé Alfredo, Luís Gonçalves, Lourenço e do Sebastião. Enricou muita gente aqui. A do Zé Alfredo era a maior delas [...]”<sup>192</sup>

O pai do Sr. Chico Gato morreu aos 105 anos e deixou histórias registradas na memória do filho:

[...] Pra mim ele contava tudo, mas muita coisa esqueci, sabe? Só me alembro que aqui no Queimado tinha 402 casas. Por esse morro todo era só casinha [...]. A cidade acabou porque o pessoal velho foi morrendo, e os moços indo embora pra capital, ou pra outras cidades maiores.<sup>193</sup>

Dona Alzira, esposa do Sr. Chico gato, lembra histórias que sua avó contava do tempo da escravidão, onde muitos escravos eram maltratados por seus donos. Ela relata também sobre uma fazenda que tinha uma “velha da casa” que:

[...] Quando as escravas estavam esperando criança, a velha deixava os filhos das escravas nascer e ia depois pra senzala, lavar as crianças. Mas se os nascidos fossem brancos, ela matava, porque eram filhos dos filhos delas. Matava e enterrava no quintal. Se era preta a criança, podia crescer. Por isso não houve muita mistura naquela fazenda.<sup>194</sup>

Outro relato interessante foi realizado por ocasião do aniversário de 166 anos da Insurreição de Queimado, em uma matéria da jornalista Clarice Poltronieri, do

<sup>191</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. [1968]. Edições Vértice. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais LTDA. 1990.p.36.

<sup>192</sup> LUGON, Rogério. A cidade de Queimado ressurge nas lembranças do ultimo morador. **A Gazeta**. 3º Caderno. Vitória: domingo, 22 de dez. de 1976. Disponibilizado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

<sup>193</sup> LUGON, Rogério, op. cit., n.p., nota 192.

<sup>194</sup> LUGON, Rogério, op. cit., n.p., nota 192.



jornal Tempo Novo, intitulada: *História de quem viveu na antiga vila de Queimado*. Aqui são entrevistadas duas ex-moradoras da Vila de Queimado: Analia Raimundo Santana de 98 anos e Marilda Luiza da Boa Morte Fraga de 67 anos.

D. Marilda relata na entrevista a jornalista:

[...] Eu era criança quando mudei pra lá com meus pais em uma canoa pelo Canal dos Escravos. Cresci, casei e tive 4 dos meus 12 filhos lá. Moravam umas 20 famílias naquele local que tinha padaria e até uma fábrica de tecidos. As missas eram rezadas na Igreja do Queimado e eu vi muitas. Mas depois que apareceram os Larica e começaram a pressionar o povo para vender os terrenos, todo mundo foi indo embora e a igreja começou a ruir. Nós viemos pra Serra-sede.<sup>195</sup>

D. Anália relata na entrevista a jornalista:

[...] 'Meu pai, Raimundo Pinto, era negro bonito e forte e virou escravo de regalia, não apanhava, só tinha que fazer escravinhos. Ele contava que quando ele era jovem, a Princesa Isabel assinou a liberdade e os negros largavam a enxada e iam embora. Foi uma festa só. Mas antes era muito sofrido. Tinha caso de senhor que jogava as crianças na fôrnalha pra não atrapalhar o trabalho da mãe. Diz que os escravos maltratados pelos senhores jogavam as enxadas em cima deles no dia da liberdade'.<sup>196</sup>

A família Larica, que dona Marilda se refere, é proprietária da Fazenda Serra Mururon e foram os mesmos que doaram em 2015, à PMS, à área do Sítio Histórico, condicionada à execução do projeto no prazo de cinco anos.

O jornal Notícia Agora, de segunda-feira 18 de março de 2002 publicou matéria de Daniele Bolonha intitulada - *Festa lembra a luta dos escravos*-, esta matéria foi realizada na comemoração dos 153 anos da Insurreição de Queimado, cujo tema neste ano foi "Beleza e resistência negra". A celebração ecumênica teve a participação de evangélicos, católicos e de religiões afro-brasileiras, com leituras bíblicas, cânticos em louvor a Nossa Senhora da Aparecida e apresentação da banda de congo Konshaça. Há entrevistas na matéria que acrescentam detalhes historiográficos sobre a Vila de Queimado:

[...] Aos 94 anos, Maria da Conceição Fraga conta que sua avó, Efigênia, trabalhou na construção da igreja. 'Ela era escrava e trabalhava à noite e aos domingos para conseguir a liberdade' disse, Já Cléria da Vitória, 71 anos, afirma que parentes dela também trabalharam na igreja 'Sempre que venho nas ruínas, a emoção é muito grande'.<sup>197</sup>

<sup>195</sup> POLTRONIERI, Clarice. Histórias de quem viveu na antiga vila de Queimado. **Tempo Novo**. Nº 1.117 – ano XXXI. Serra, 20 a 27 de março de 2015.p.11.

<sup>196</sup> POLTRONIERI, Clarice, op. cit., p.11, nota 195.

<sup>197</sup> BOLONHA, Daniele. Festa lembra a luta dos escravos. **Na! Notícia agora**. Vitória: 2002. p.11.

Para Abreu<sup>198</sup>, a memória individual pode ser ponte construtora da memória de um modo de vida social e da espacialidade de uma cidade que já não existe. E coloca a importância, para identidade de determinada comunidade local, do registro oral, que traz relevância e proximidade com os fatos, condição necessária para que esta comunidade se sinta inserida na sua história.

Estas afirmações trazem para a nossa pesquisa a necessidade destes registros enquanto “instituições da memória”, como chama Abreu, de modo que a história da Vila de Queimado não se perca, na medida em que, com o passar do tempo, aliada à passividade da sociedade e à inconstância na continuidade das políticas públicas, vá dificultando os registros orais de sua história.

Com relação à rebelião ocorrida na Vila de Queimado, podemos supor o quanto esse episódio trouxe de impacto à comunidade na época. Segundo Halbwachs, situações exteriores que não fazem parte do cotidiano de uma comunidade podem afetar a mesma quando este espaço sofre qualquer alteração abrupta. Para o autor, a estabilidade do grupo encontra-se no equilíbrio de sua história social e individual, como relata abaixo:

[...] um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, seja porque modificou o grupo em sua extensão, por exemplo, uma morte, ou um casamento, seja porque modificou o lugar, quer a família enriqueça ou empobreça, quer o chefe da família seja convocado para um outro posto, ou passe a ter outra ocupação. A partir deste momento, não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo.<sup>199</sup>

Estas premissas, do autor, nos reportam a questões levantadas, hoje, sobre o desaparecimento da Vila de São José do Queimado. Talvez, possamos explicar também, por esta abordagem teórica, o quanto o fato histórico da insurreição escravista pode ter rompido, aliado a outros fatores, com as relações sociais que existiam à época.

No livro de Le Goff, no capítulo sobre *Memória*<sup>200</sup>, o autor nos apresenta a evolução das diversas formas de memória que as civilizações, ao longo do tempo, vêm utilizando para registros de suas histórias, seja através de seus mitos e rituais, de forma oral ou escrita já na antiguidade, seja por outra forma de memória coletiva,

<sup>198</sup> ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia I, série, Vol. XIV, Porto, 1998. p. 83.

<sup>199</sup> HALBWACHS, op. cit., p.93, nota 191.

<sup>200</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. [1924]. Tradução de Bernardo Leitão... [et al.]. 3ª ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1994. p.423-477.

que, segundo ele, marcou o século XIX e início do XX. Trata-se da fotografia que permitiu a multiplicação da memória, através da imagem eternizada, de forma democrática e cronológica. Como também, o surgimento do monumento aos mortos depois da Primeira Guerra Mundial, tornando a morte do indivíduo desconhecido parte da memória coletiva de uma nação.

Há que se levar em conta que uma comunidade como a Vila do Queimado, mesmo no seu auge, era formada na sua maioria por uma população cuja maior economia provinha do cultivo da terra, sem grandes bens materiais, impossibilitando imagens documentadas através de fotos, do cotidiano da Vila. Assim, são poucas ou quase nenhuma, as contribuições em termos de objetos móveis e imóveis com relação à história da sua passagem.

Ainda de acordo com Le Goff, o resgate da memória oral individual e coletiva torna-se contributivo da história formal e traz um reforço identitário, na medida em que a memória de um grupo pode se formar através da memória coletiva de outro grupo pertencente ao fato histórico. Este grupo, então, forma uma nova memória coletiva, pois ela vai se construindo e dando continuidade, recontando a história através de cada celebração acrescentando novas propostas culturais, no mesmo espaço, para as gerações futuras.

A reabilitação do SHA de São José do queimado é fundamental para proporcionar fluidez a este processo, por que segundo Halbwachs<sup>201</sup> “[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”.

Entender a forma como a população em vários lugares do Brasil e do mundo vem, aos poucos, se unindo e sentindo a necessidade de se apropriar das suas referências culturais, diante do ritmo ditado por um sistema globalizante que produz uma dissociação destas referências, traz a certeza que, o caminho para caracterização de determinado grupo passa pela busca de suas referências culturais. Porém, para melhor esclarecimento do que seriam estas referências podemos ressaltar este texto do IPHAN de 2000:

[...] *Referências* são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reapproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, *referências* são objetos, práticas e lugares apropriados pela

<sup>201</sup> HALBWACHS, op. cit., p.99, nota 191.

cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de *raiz* de uma cultura.<sup>202</sup>

Estudos teóricos nos mostram a importância de se passar às gerações a memória desses sítios, com tudo que permeia afetividade, fortalecendo vínculos e trazendo a participação efetiva da população, na divulgação da história e preservação do patrimônio cultural. Tudo isso diz respeito ao conhecimento através da educação patrimonial que é passada para comunidade.

Segundo a educadora do IPHAN, Sônia Regina, educação patrimonial requer uma postura diferenciada: “[...] a gente não acredita naquela postura instrucionista onde os técnicos vão dizer para a comunidade o que é Patrimônio e como eles devem preservar o Patrimônio. O trabalho é uma construção coletiva [...]”.<sup>203</sup>

Esta fala traz uma reflexão no sentido de que nada deve ser imposto, mas trabalhado de diferentes maneiras, projetos, ações para a comunidade. Para que a mesma possa se sentir inserida no debate, introduzindo e valorizando o Patrimônio cultural em suas vidas.

Estes debates entre sociedade e poder público é que irão contribuir na construção de uma política-cultural de valoração do patrimônio histórico, ensejando outras falas importantes de empoderamento dos diversos grupos ligados a este patrimônio.

<sup>202</sup> ALVES, Ana Claudia Lima e (Coord.). **Inventário Nacional de Referências Culturais**. INCR. IPHAN. Ministério da Cultura (MinC). Brasília, 2000.p.29.

<sup>203</sup> FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. (vídeo – parte 1 - 5 min. 41 seg.). Ouro Preto – Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/lphangovbr>>. Acesso em: 23. 07. 2016.

## CAPÍTULO IV – INTERFERÊNCIAS PREVISTAS PARA O SÍTIO HISTÓRICO E SEU ENTORNO.

### 4.1 O projeto de Revitalização do Sítio Histórico.

Há um processo em andamento para execução do projeto<sup>204</sup>, realizado em 2007, de reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado. Este projeto ressalta as ruínas existentes, Igreja e cemitério, valorizando o espaço através de um paisagismo, iluminação e calçamento visando à interação do visitante, no seu caminhar, com a história desse espaço.

Projetos de restauro e preservação na área de patrimônio são complexos por si só, tanto em relação às variáveis físicas das edificações estudadas quanto em relação ao levantamento da historiografia e da simbologia nelas inseridas, tornando todo projeto nesta área da arquitetura passível de êxito ou não. Isso vai dependendo do olhar que se tem para o universo simbólico ali existente e do diálogo com a comunidade, para conhecer e entender suas ligações afetivas, religiosas e culturais com o espaço.

Mesmo nos projetos da área de arquitetura e urbanismo, segundo Rykwert, há uma transgressão ao se olhar as edificações como meros elementos físicos, sendo relegados a segundo plano aspectos psicológicos, religiosos e simbólicos tão importantes quanto:

[...] as soluções propostas, devido à sua presença material, violam o universo simbólico dos cidadãos: e vias de regra, as formas arbitrárias impostas por alguns urbanistas e arquitetos [...] contribui para intensificar a instabilidade da comunidade, correndo inclusive o risco de estabelecer um esquema de interação entre a comunidade e sua carapaça externa que será desastrosa para ambas.<sup>205</sup>

Pode-se dizer que há situações passíveis de ocorrer, conforme citado acima por Rykwert, também em projetos na área de patrimônio histórico, que nem sempre são acompanhados, na sua totalidade, pela comunidade nele inserida. A falta de conhecimento da comunidade envolvida nos procedimentos legais, que restringem e limitam o restauro, faz com que o projeto não seja compreendido mais amplamente pela mesma. Percebe-se assim, que não há, por vezes, relação entre o projeto e a

<sup>204</sup> ALMEIDA, Renata Hermann de et al. **Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado – PR-SHAQ**. Vitória, 2007. Fundação Ceciliano Abel de Almeida – FCAA. Disponibilizado pelo Departamento de Projetos de Obras Públicas (DPO-SEOB). Serra, 2016.

<sup>205</sup> RYKWERT, Joseph. **A idéia de cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2006.p.XLIII.

comunidade no que tange suas crenças e rituais importantes, e que nem sempre é dada a importância devida a esse universo simbólico.

Por outro lado, analisando os aspectos técnicos de um projeto de restauração, há que se atender aos princípios inseridos nas cartas patrimoniais que orientam a medida da intervenção a ser feita em um bem patrimonial. Aqui poderemos citar a Carta de Veneza<sup>206</sup>, que esclarece bem o limite do que deve ser restaurado para ter resguardado seu aspecto original;

[...]

Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

[...]

A citação à Carta de Veneza vem ratificar o restauro do Sítio Histórico de São José do Queimado, que através de sua história e processos de estudo arqueológico revelarão uma vila que ali existiu, fundamentada em pesquisa histórica e iconográfica. Porém, os aspectos de arruinamento em que se encontra e a impossibilidade de reconstituição lançam um desafio para seu restauro na medida em que, como relata a carta, há um limite imposto entre o restauro com sua materialidade original e uma nova e contemporânea materialidade que será inserida. Como nos revela Pallazo:

[...] O aspecto exterior que uma intervenção em sítio histórico oferece pode contemplar os requisitos de autenticidade expostos nas cartas patrimoniais de diversas maneiras. Entretanto, a degradação do sítio apresenta desafios que não têm sido discutidos, como o da recomposição formal as áreas com novas construções. Este sítio não será a reconstrução conjectural de um cenário 'original', nem uma paisagem descontextualizada, que desvalorize o monumento, mas uma criação contemporânea, inserida no curso da história, sem medo de infringir tabus ideológicos e concepções antiquadas acerca da modernidade.<sup>207</sup>

Avaliando aspectos simbólicos de identidade cultural da comunidade envolvida, constantes ou não do projeto, e aspectos arquitetônicos de restauro

<sup>206</sup> ICOMOS. Carta de Veneza. **II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos**. Veneza (Itália), maio de 1964. p. 2.

<sup>207</sup> PALAZZO, Pedro Paulo. **Patrimônio edificado e Ideologia modernista**: Problemas de intervenção em sítios históricos degradados. In CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Org). Patrimônio Cultural: Políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012, p.201.

baseados no texto acima, apresentaremos aqui, de forma sucinta, o Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico do Queimado (PR-SHAQ) como uma das intervenções positivas, que foi entregue à Prefeitura da Serra em dezembro de 2007.

Com relação às intervenções na ruína da Igreja de São José do Queimado, percebe-se no projeto que foram ressaltados aspectos revelados por detalhada pesquisa histórica e análise técnica, atestando todo um procedimento construtivo que marcou uma época. O projeto enquanto intervenção, segundo a autora:

[...] adota um posicionamento metodológico pautado no reconhecimento do material histórico existente como ponto de partida para uma operação estética arbitrária e livre. [...] Contudo, é importante ressaltar, a intervenção adota como diretriz preliminar permitir e facilitar, sob nova perspectiva funcional, o usufruto da espacialidade exterior, mas, sobretudo, interior das ruínas da igreja e do cemitério de São José do Queimado.<sup>208</sup>

Desta forma, para a utilização relatada acima, primeiramente os resquícios da construção encontrados no interior e exterior da igreja significativos serão colocados em uma Caixa de Pedras, no centro da nave, cercado por cabos de aço e estrutura, de forma a protegê-las, evidenciá-las e garantir a manutenção.<sup>209</sup>

O projeto pontuou quatro principais elementos que orientam as intervenções: o frontão, que teve como referência documentação fotográfica para sua reconstituição, não exatamente minuciosa do passado, mas reavivado em aço cortén; o arco cruzeiro entre a nave e a capela-mor, também em aço cortén, assim como duas chapas de aço que fazem às vezes de parede fazendo uma amarração com este arco; por último uma escada, estruturada com montantes do mesmo material e cabos de aço, ligando o piso nivelado e acessível a um novo coro, passando por cima da caixa de pedras.

Nas palavras da arquiteta, esta formação tem como objetivo: “[...] Atravessar com a escada a nave em diagonal, ‘sobrevoando’ ou ‘sobre-passando’ a Caixa de pedras, tem a intenção de re-situar a história, conferindo-lhe sua dimensão positiva inalienável de sentinela luminosa do porvir”.<sup>210</sup>

O material entregue a PMS foi dividido em quatro volumes:

<sup>208</sup> ALMEIDA. Renata Hermannny, op. cit., p. 93, nota 204.

<sup>209</sup> ALMEIDA. Renata Hermannny, op. cit., p. 93, nota 204.

<sup>210</sup> ALMEIDA. Renata Hermannny, op. cit., p. 94, nota 204.

**O volume I<sup>211</sup>** – Trata da localização do Sítio Histórico, descrevendo sua condição socioeconômica, geográfica e sua inserção em documentos, tais como o PDM (1998) e a Agenda 21. Faz um levantamento da parte histórica mais relevante para o desenvolvimento do trabalho, e também uma caracterização arquitetônica das ruínas, com uma análise patológica, analítica e arqueológica das ruínas da igreja e do cemitério.

Este primeiro volume vai descrever o *Plano de Reabilitação*<sup>212</sup>, as potencialidades e fragilidades do Sítio histórico e seu entorno, descrevendo as medidas necessárias para o sucesso da intervenção física na área do sítio histórico, como ações que abrangem todo o entorno de influência do sítio.

Estruturado em quatro eixos de ações principais e importantes, o PR-SHAQ será aqui descrito de forma sucinta:

- *Eixo de caráter patrimonial*: diz respeito ao projeto de consolidação e revitalização das ruínas da igreja e cemitério com conceito mencionado acima. Revitalização do espaço do sítio histórico e reabilitação do seu entorno, abarcando uma série de ações para além do projeto arquitetônico em si.

- *Eixo de caráter social*: vinculado aqui à necessidade de criação de um *Núcleo de Arte e Cultura Contemporânea da Serra* que, além de proporcionar segurança ao local em razão do movimento natural de turistas e da comunidade local, este espaço abará uma série de funções ligadas ao desenvolvimento cultural e social da população, através de oficinas, exposições etc.

- *Eixo de caráter econômico*: este eixo diz respeito à geração de renda que o projeto do Núcleo proporcionará, além das possibilidades de parcerias que serão realizadas com a sociedade civil e parcerias público-privadas.

Tudo isso bem estruturado nas suas intenções, como o exemplo do circuito turístico Histórico/religioso<sup>213</sup> que consta no plano de reabilitação. Um circuito envolvendo as principais igrejas: aquelas protegidas pelo PDM do município, a de N.S. da Conceição (Distrito de Serra Sede); as tombadas pelo estado, como a de São João Batista (Distrito de Carapina) e a Igreja de São José do Queimado (Distrito de Queimado); e a Igreja e Residência de Reis Magos (Distrito de Nova Almeida), tombada pelo IPHAN, importantes bens culturais e fonte de turismo e renda.

<sup>211</sup> ALMEIDA. Renata Hermannny, op. cit., p. 01-22, nota 204.

<sup>212</sup> ALMEIDA. Renata Hermannny, op. cit., p. 23-37, nota 204.

<sup>213</sup> ALMEIDA. Renata Hermannny, op. cit., p. 33, nota 204.



Figura 43 — O mapa mostra os bens patrimoniais religiosos tombados e protegidos mais significativos do Município da Serra.



Fonte: Serra em números 2016. Departamento de Geoprocessamento  
Elaboração: PMS/SEPLAE/DGEO. Imagem modificada pela autora, 2017.

Há também, neste Plano, Circuito Ambiental (das águas e da terra) e Circuito Cultural que, no entanto, não entraremos aqui em detalhes. Vamos nos ater apenas ao projeto de revitalização do Sítio Histórico com consolidação das ruínas.

Porém, como muito bem colocado no Plano de reabilitação, para ações como essas, que envolvem o turismo em pontos religiosos/culturais e distantes, a acessibilidade é fundamental, bem como uma estrutura de transporte público eficiente.

- *Eixo de caráter jurídico-legal*: diz respeito aos vários instrumentos legais (PDM e agenda 21) de uso e ocupação do solo que poderão, se bem orientados, proporcionar à região, onde se localiza o Sítio Histórico, condições não só para sua preservação física como também para seu entorno.

Segundo a equipe que desenvolveu o plano de reabilitação, há uma preocupação com o mesmo na medida em que não haja investimentos na divulgação, visibilidade e comprometimento com as ações inseridas no PR (Plano de Reabilitação), nas escalas municipais e regionais. Um bom exemplo seria o

programa de comunicação visual em pontos estratégicos: quiosques de informação, melhorias nas vias de acesso ao sítio.<sup>214</sup>

**O Volume II**<sup>215</sup> - vai tratar dos conceitos do projeto que levaram ao desenvolvimento do mesmo, conforme já relatados. Na implantação sugere-se: paginação de piso, paisagismo e iluminação. Este volume apresenta, além da parte teórica, as pranchas arquitetônicas das intervenções nas ruínas e de implantação.

**O Volume III**<sup>216</sup> – vai desenvolver o projeto do *Núcleo de Arte Contemporânea da Serra*, projeto de paisagismo, referências utilizadas e o relatório com o DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA VILA DE QUEIMADO – realizado pela empresa Rhea Estudos e Projetos.

O relatório arqueológico foi realizado pela empresa Rhea<sup>217</sup> como etapa importante do diagnóstico arqueológico a ser realizado em sítios históricos como o de Queimado, de acordo com os parâmetros legais: federais, estaduais, municipais e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Os objetivos foram levantar aspectos arqueológicos da região e da área de estudo, caracterizando os achados, e propor programas de pesquisa de preservação desses achados arqueológicos, dando continuidade posteriormente ao projeto de prospecção arqueológica (autorizado pelo IPHAN), condição necessária para execução do projeto de revitalização e reabilitação deste sítio histórico.

Segundo equipe da empresa Rhea, durante os trabalhos de diagnóstico foram identificados alguns vestígios, conforme relatado a seguir:

[...] Percorrendo a estrada de acesso às ruínas da igreja, observou-se (por cerca de 250 metros a partir da igreja) diversos vestígios relacionados às edificações anteriormente existentes. Fragmentos de telhas, cerâmica e faiança, além de diversas bases de pedras, são aparentes nos perfis formados pela estrada e na superfície. Entrando na mata, também são observados vestígios construtivos em superfície, relacionados às casas da antiga Vila.<sup>218</sup>

Através de todo trabalho histórico levantado na região, visitas de campo, e análise de achados encontrados na Vila de Queimado a empresa recomenda que, antes de qualquer atividade que possa revolver o terreno, tal como terraplanagem,

<sup>214</sup> ALMEIDA. Renata Hermann, op. cit., p.35, nota 204.

<sup>215</sup> ALMEIDA. Renata Hermann, op. cit., p.92-101, nota 204.

<sup>216</sup> ALMEIDA. Renata Hermann, op. cit., p.102-110, nota 204.

<sup>217</sup> MACHADO, Christiane Lopes. **Diagnóstico arqueológico na área da Vila de Queimado**. Rhea estudo e projetos. In: ALMEIDA. Renata Hermann de et al. **Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado – PR-SHAQ**. Vitória, 2007. Fundação Ciciliano Abel de Almeida – FCAA. Disponibilizado pelo Departamento de Projetos de Obras Públicas (DPO-SEOB). Serra, 2016.

<sup>218</sup> MACHADO, Christiane Lopes, op. cit., p. 37, nota 217.

aterramento, obras de infraestrutura etc., é importante “[...]um programa de prospecção que investigue de forma sistemática os locais onde serão implantadas obras para infraestrutura, caso existentes, antes da execução das mesmas”.<sup>219</sup> Porém antes de qualquer coisa o projeto de prospecção arqueológica deve ser submetido à autorização do IPHAN.

A equipe sugere a delimitação de sítios, não só na área da vila (ruínas escondidas na mata), como também na área do porto de Queimado, onde através de visitas e pesquisas de campo identificou-se estruturas de construções da época, sendo algumas apontadas por moradores:

[...] Segundo o Sr. Vavá, quando morou em Queimado, a área habitada praticamente se restringia ao longo do rio Santa Maria [...] Seus pais e avós, entretanto, contavam que antes era mais movimentado, com delegacia e comércio. [...] Outra moradora era Maria Caxim, que servia café aos canoieiros. Ao longo da estrada, podem ser observadas bases em pedra das casas, algumas ainda com fragmentos de estuque e pintura, além de fragmentos de telhas e porcelana. Próximo a entrada da Cesan, há uma mangueira onde ficava a casa do sr. Antero Rosa, local também da escola onde estudou o Sr. Vavá.<sup>220</sup>

**O Volume IV**<sup>221</sup> - diz respeito aos projetos complementares: hidro sanitário, de lógica, de comunicação, elétrico, estrutural e projeto de drenagem da área de implantação do paisagismo, piso e iluminação.

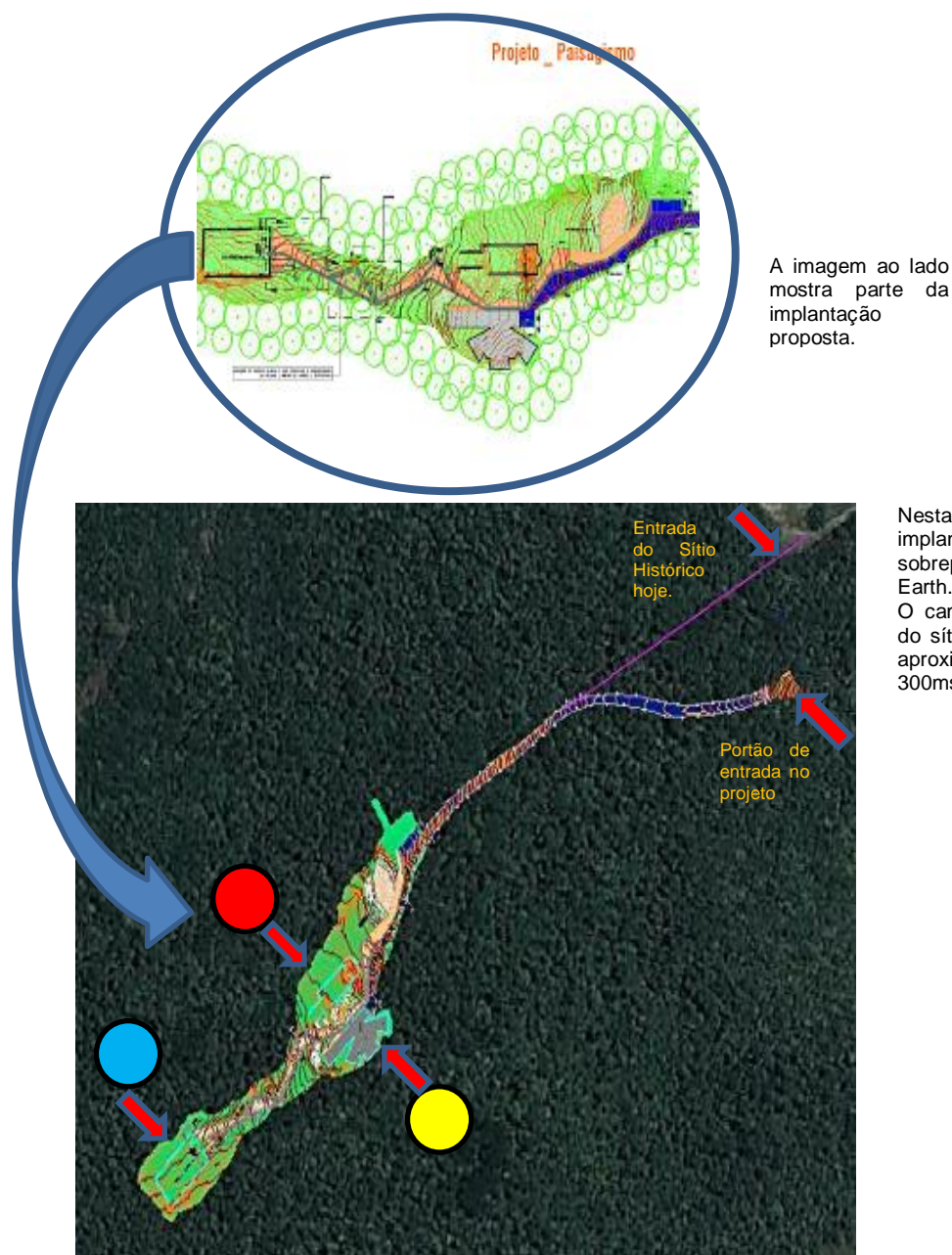
A imagem abaixo mostra o projeto de implantação: em vermelho a consolidação com revitalização da igreja, em azul do cemitério, em amarelo o projeto do *Núcleo de Arte Contemporânea da Serra*. É importante informar que a estrada não era pavimentada no ano de execução do projeto.

<sup>219</sup> MACHADO, Christiane Lopes, op. cit., p. 43, nota 217.

<sup>220</sup> MACHADO, Christiane Lopes, op. cit., p. 35, nota 217.

<sup>221</sup> ALMEIDA. Renata Hermann, op. cit., p. 118, nota 204.

Figura 44 — Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado – PR-SHAQ. Projeto de Implantação.



Fonte: Projeto PR-SHAQ. Projeto de Reabilitação (implantação) sobreposto à imagem Google Earth, 2015. Desenho modificado pela autora. em 2016.

As perspectivas abaixo fazem parte da segunda etapa dos projetos contratados, em 2015, pela Prefeitura da Serra.

Figura 45 — Perspectiva mostrando a implantação: paisagismo, paginação do piso, iluminação, anfiteatro e elementos de estar. Ao fundo vê-se o cemitério



Fonte: Perspectiva realizada pela empresa contratada para realização dos projetos complementares – 2016. Disponibilizadas pela PMS, 2017.

Figura 46 — Perspectiva do portão de entrada no Sítio Histórico localizado onde termina a estrada asfaltada. Do lado interno a iluminação do caminho.



Fonte: Perspectiva realizada pela empresa contratada para realização dos projetos complementares – 2016. Disponibilizadas pela PMS, 2017.



Figura 47— Perspectiva da Igreja de São José do Queimado, após sua consolidação e revitalização com materiais contemporâneos.



Fonte: Perspectiva realizada pela empresa contratada para realização dos projetos complementares – 2016. Disponibilizadas pela PMS, 2017.

Figura 48 – Aspecto do interior da igreja. Escada para chegada ao piso do coro, reprodução contemporânea do coro que ali existia. Um pouco acima do nível do solo uma caixa de pedras das ruínas dentro de um contexto simbólico.



Fonte: Perspectiva realizada pela empresa contratada para realização dos projetos complementares – 2016. Disponibilizadas pela PMS, 2017.

Figura 49 - Perspectiva do trecho do caminho entre a igreja e o cemitério e requalificação sítio histórico com espaços de lazer.



Fonte: Perspectiva realizada pela empresa contratada para realização dos projetos complementares – 2016. Disponibilizadas pela PMS, 2017.

Os projetos de estrutura, elétrico, drenagem, assim como as planilhas orçamentárias e perspectivas acima foram revisadas por empresa contratada pela Prefeitura Municipal da Serra em 2015 (informação verbal).<sup>XXI</sup>

Aqui faremos algumas considerações que nos parecem importantes na avaliação do PR\_SHAQ. Nos chama a atenção, logo de início do interessante trabalho da equipe técnica, a afirmação de que a condição de arruinamento que se encontra a Igreja e o cemitério da antiga Vila de São José do Queimado “[...] é manifestação da ação humana e não do abandono e consequente deterioração promovida pelo envelhecimento de sua matéria”.<sup>222</sup>

É fato que, abandonado à sorte até seu tombamento em 1992 pelo Estado do Espírito Santo, este patrimônio já apresentava aspectos relacionados a vandalismos, tal como as escavações realizadas próximas à fundação de suas paredes na procura por ouro. Segundo o Projeto de reabilitação, isto prejudicou bastante a estabilidade da edificação, principalmente após seu destelhamento.

No entanto, o projeto foi desenvolvido com este patrimônio pertencente ainda à propriedade privada, como foi relatado em item anterior, a doação se realizou em

<sup>XXI</sup> As informações sobre os projetos complementares atualizados e disponibilização das perspectivas foram colhidas no Departamento de Projetos e Obras Públicas- (DPO/SEOB) em 2017.

<sup>222</sup> ALMEIDA. Renata Hermann, op. cit. p.1 nota 204.

2015, e o tombamento desde 1992. Isto nos coloca uma reflexão em relação ao compromisso pela preservação, estabilização e/ou reabilitação por parte do poder público estadual, dado que somente, em 1998, este bem patrimonial foi registrado no Plano Diretor Municipal da Serra (PDM) pela Lei nº 2.100/1998.<sup>223</sup>

Percebe-se, pela leitura da Lei Estadual Nº 2.947<sup>224</sup> de dezembro de 1974, que a responsabilidade quanto à proteção deste patrimônio não necessariamente diz respeito somente ao poder público Municipal.

[...]

**Art. 15** - A coisa tombada não poderá em caso nenhum, ser destruída, demolida ou mutilada, nem sem prévia autorização especial do Conselho Estadual de Cultura, ser reparada, pintada ou restaurada, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da coisa.

[...]

**Art. 17** - O proprietário da coisa tombada que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requer, levará ao conhecimento do Conselho Estadual de Cultura a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

**§ 1º** - Recebida a comunicação e consideradas necessárias as obras, o Conselho Estadual de Cultura oficiará ao secretário de Educação e Cultura para efeito de execução de reparos ou desapropriação da coisa.

**§ 2º** - A falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

[...]

Assim, podemos considerar que a degradação deste patrimônio foi sim em decorrência do vandalismo praticado, mas também do total descaso do poder público estadual e municipal, responsáveis por este patrimônio e que nada fizeram durante os anos subsequentes para interromper o vandalismo nas ruínas. Em 2007, a LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 421<sup>XXII</sup> vai relacionar como uma das competências do CEC justamente:

[...]

VI - fiscalizar, promover a defesa e proteger o patrimônio cultural do Estado do Espírito Santo, por intermédio de ações que objetivem a vigilância

<sup>223</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº2100 DE 3 DE JULHO DE 1998. Revogada pela Lei nº 3.820 de 11 de janeiro de 2012.** Dispõe sobre o planejamento urbano do município da serra, institui o plano diretor urbano e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.serra.es.gov.br/site/download/1434394623295-l.pdf>>.

Acesso em: 21 de abr. de 2017.

<sup>224</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). **LEI Nº 2.947 de dezembro de 1974.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 26 de jul. de 2016.

<sup>XXII</sup> Esta Lei saiu no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo no dia 4 de dez. de 2007. Dentre outras providências reorganiza o Conselho Estadual de Cultura- CEC. Disponível em: [http://secult.es.gov.br/\\_midias/pdf/1721-49c3c29acbd17.pdf](http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/1721-49c3c29acbd17.pdf).. Acessado em 10/3 /2017.



permanente, a preservação, o registro, o inventário, a tutela e o tombamento de bens materiais e imateriais, nos termos da lei;  
 VII - apreciar e aprovar, previamente, projetos de restauração, conservação, manutenção ou relativos a quaisquer interferências físicas em bens  
 [...]

Mesmo após esta Lei complementar, e até o presente momento, não foi encontrado nenhum relatório de fiscalização anexado ou apensado ao processo de tombamento, descrevendo seu estado ou as providências a serem tomadas junto ao antigo proprietário ou junto ao atual proprietário, que é a PMS.

Outra importante consideração a ser feita está relacionada ao local de implantação da edificação do *Núcleo de Arte e Cultura Contemporânea da Serra – NACC*.

Os membros da Câmara do Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos (PABMA), vinculada ao CEC, relatam no parecer escrito, quando da visita ao Sítio, o estado lastimável das ruínas e comentam, também, a respeito do projeto de revitalização do Sítio Histórico apresentado ao plenário do Conselho, na 14ª reunião ordinária de 03.12.2009. No parecer a respeito do projeto:

[...] Em que pese alguns detalhes do projeto que, particularmente, não me agradam (proximidade excessiva das ruínas e a 'restauração virtual' da fachada da igreja, além de achar complicada a utilização do complexo a ser construído como está exposto), a Câmara é favorável a aprovação do projeto, mais como instrumento de preservação do ainda resta, posto que o descaso com o monumento fez com que chegasse a tal ponto de degradação [...]. Indicamos acompanhamento constante, tanto da Secult, quanto do Conselho, durante todo o desenrolar da execução das obras.<sup>225</sup>

Levado o projeto ao conhecimento da Câmara para parecer do mesmo, percebe-se a nítida preocupação da proximidade do projeto - Núcleo de Arte e Cultura Contemporânea da Serra - NACC com as ruínas. Esta preocupação, provavelmente, está relacionada à magnitude da estrutura física necessária para sua fundação, com possibilidades de abalos na já tão frágil estrutura dessas ruínas, além de toda logística necessária à edificação para seu funcionamento.

Por outro lado, há que se reconhecer que a concepção do projeto do NACC é bastante interessante e fundamental para a dinâmica histórico-cultural do Sítio revitalizado, como também para o suporte necessário à segurança do patrimônio revitalizado.

<sup>225</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Cultura (SECULT). Conselho Estadual de Cultura (CEC). **Processo n ° 46431454**. f. n ° 212. Vitória, 2010. Disponibilizado pela SECULT em dez. de 2016.

No entanto, e apesar de ser um projeto bastante interessante em suas proposições, tanto para o entorno, quanto para a revitalização da igreja, cemitério e edificação do anexo do Centro Cultural, percebe-se uma lacuna no projeto. Talvez não esteja suficientemente claro o local para as realizações das celebrações e dos rituais, descritos no capítulo III, e que carecem de uma estrutura espacial e logística para acontecerem a cada 19 de março, marco importante de cunho religioso/ cultural que faz parte das programações festivas do município.

Devido aos altos custos do projeto de revitalização, a prefeitura resolveu dividir em duas etapas a execução do projeto: a primeira etapa constitui a execução do projeto de implantação, paisagismo, paginação de piso, iluminação, consolidação da igreja e cemitério; a segunda etapa configura-se na execução do Núcleo de Arte e Cultura Contemporânea da Serra – NACC (informação verbal).<sup>XXIII</sup>

#### 4.2 O PDM no que concerne o Sítio Histórico e seu entorno.

A Constituição Brasileira de 1988<sup>226</sup> descreve no capítulo das políticas urbanas, artigo 182, a necessidade de cidades com mais de 20 mil habitantes terem um Plano Diretor Municipal como instrumento, aprovado pela câmara municipal, de controle, expansão e desenvolvimento urbano.

Logo após o Estatuto da Cidade<sup>227</sup> vai ampliar e definir mais detalhadamente as funções e as finalidades, com um enfoque mais criterioso na fiscalização de sua implantação. De acordo com o crescimento urbano e conseqüentemente o número de habitantes, o Estatuto em sua redação afirma que a Lei que cria o Plano diretor das cidades seja revista pelo menos a cada 10 anos. Assim, o plano acompanha a dinâmica no uso, ocupação e valor do solo, controlando os adensamentos e compartilhando informações importantes para o plano plurianual e outros orçamentos municipais, que se refiram às possibilidades de uso do solo.

<sup>XXIII</sup> De acordo com relato da Secretaria de Obras Públicas – SEOB.

<sup>226</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 43ª ed. atual. e ampl.. Ed. Saraiva. São Paulo, 2009.

<sup>227</sup> BRASIL. Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 14.04.2017.

O primeiro PDM do município da Serra, decretado por Lei municipal nº 2100/98<sup>228</sup>, propôs na sua redação alguns imóveis para registro de preservação:

**Art. 93.** Ficam desde logo identificadas e declaradas como edificações, obras e monumentos de interesse de preservação, pelo só efeito desta Lei, os seguintes imóveis:

[...]

IV - Conjunto da Igreja de São José de Queimado, situada no distrito de Queimado;

[...]

Desta forma, o Plano Diretor Municipal se constituiu num primeiro documento que trouxe à tona a necessidade de explicitar políticas destinadas à preservação de bens históricos.

Este é o caso do Sítio Histórico de São José do Queimado, situado no morro do Muroron, Distrito de Queimado a sudoeste do Município de Serra - Estado do Espírito Santo. Segundo o PDM<sup>229</sup> da Serra atualizado, este sítio está localizado em Zona de Interesse Histórico (ZIH) e situado na Macrozona de Integração Turística.

Cabe aqui tecer algumas considerações sobre o estudo urbanístico realizado pelo escritório do arquiteto Jaime Lerner<sup>230</sup>, dado que a revisão do Plano Diretor Urbano, finalizado em 2012, pode ter sido influenciado por algumas leituras globais do estudo por ele realizado em 2010, uma vez que os debates dentro do processo do plano diretor estavam sendo realizados.

Intitulado – *Contribuições ao Desenvolvimento Sustentável do Município de Serra* – resumidamente este foi um estudo de grandes propostas de intervenção, gerando impactos visuais positivos bastante significativos para o município.

Dividido em: *os Caminhos da Terra, o Arco de Proteção do Mestre Álvaro, o Circuito dos Parques, os Caminhos das Águas e do Verde*, este estudo abrangeu boa parte do município com uma leitura envolvendo questões relacionadas à mobilidade urbana, meio ambiente, identidade sociocultural, educação, segurança e outros.

Em atrativos históricos da Serra, o estudo em sua primeira parte vai discorrer sobre o Sítio de Queimado e sua história. Vai tratar o sítio como um dos importantes

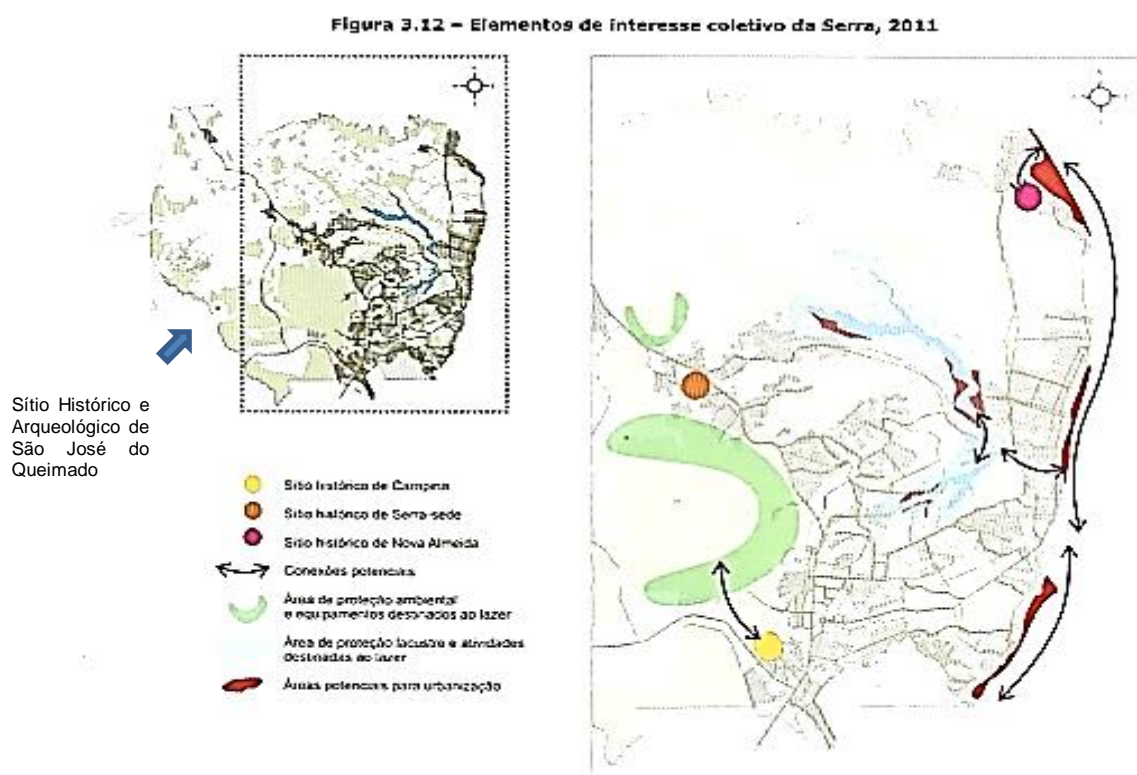
<sup>228</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei N° 2.100/1998**, op. cit., p.36, nota 223.

<sup>229</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 3.820 de 11 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a organização do espaço territorial do Município da Serra. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L38202012.html>>. Acesso em 01 de abr. de 2017.

<sup>230</sup> LERNER, Jaime. **Contribuições ao Desenvolvimento Sustentável de Serra**. Relatório 4 - Final – Parte 01/02. Curitiba, 2010. Disponibilizado pela Prefeitura Municipal da Serra.

elos de identidade cultural do Município e incluirá o Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado como um dos atrativos culturais da cidade. No entanto, diante de toda a análise realizada, onde por várias vezes cita este patrimônio cultural, não foram encontradas respostas à falta de conectividade e integração, do citado estudo, ao projeto de revitalização do Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado.<sup>231</sup>

Figura 50 — O mapa abaixo consta do estudo realizado do arquiteto Jaime Lerner para o Município da Serra. No mapa menor o Sítio de São José do Queimado (ponto preto) ficou de fora do retângulo de estudo dos elementos de interesse coletivo.



Fonte: Contribuições ao Desenvolvimento Sustentável do município da Serra, JLA – Jaime Lerner Arquitetos Associados, 2010

Fonte: Serra Agenda do futuro 2012-2032. 2012.p.216. Modificado pela autora em 2017.

É importante ressaltar que todos os Sítios históricos do município, de alguma forma, foram contemplados com sugestões de projeto, ou simplesmente inseridos nos estudos de Lerner, com exceção do Sítio de Queimado. No entanto, vamos nos ater às propostas para o *Arco de Proteção do Mestre Álvaro*, dada a proximidade com a região, a fim de averiguar a situação em relação ao Sítio Histórico de São José do Queimado.

Neste estudo do *Arco de Proteção do Mestre Álvaro*, Lerner toma como parâmetro, para organização de uma nova estrutura urbana, anéis de construção e

<sup>231</sup> LERNER, Jaime, op. cit., p.37- 41, nota 230.

proteção do símbolo maior (geográfico) da cidade que é o morro Mestre Álvaro. Isto de forma a proteger este patrimônio ambiental de diretrizes de ordenamento e ocupação do território. Novos ambientes de preservação/recuperação ambiental e espaços públicos se formam a partir desse desenho, criando o *Circuito de Parques*, que se configura como um corredor ambiental que interliga espaços existentes tais como: APA de Mestre Álvaro, em desenvolvimento; o Parque Histórico Ambiental de São João de Carapina; Praia de Grama e habitações de baixa densidade; o Parque-Lagoa, o Parque das Pedreiras e a Via Parque.<sup>232</sup>

Figura 51 — O mapa faz um estudo da estrutura urbana existente de acordo com PDM.



Fonte: Contribuições ao Desenvolvimento Sustentável de Serra, Curitiba 2010.p. 15. Modificado pela autora em 2017.

Tudo isso está interligado através de vários pontos com a Avenida Mestre Álvaro, trecho da BR 101 que corta o município e que será municipalizado com a execução da Rodovia do Contorno do Mestre Álvaro.

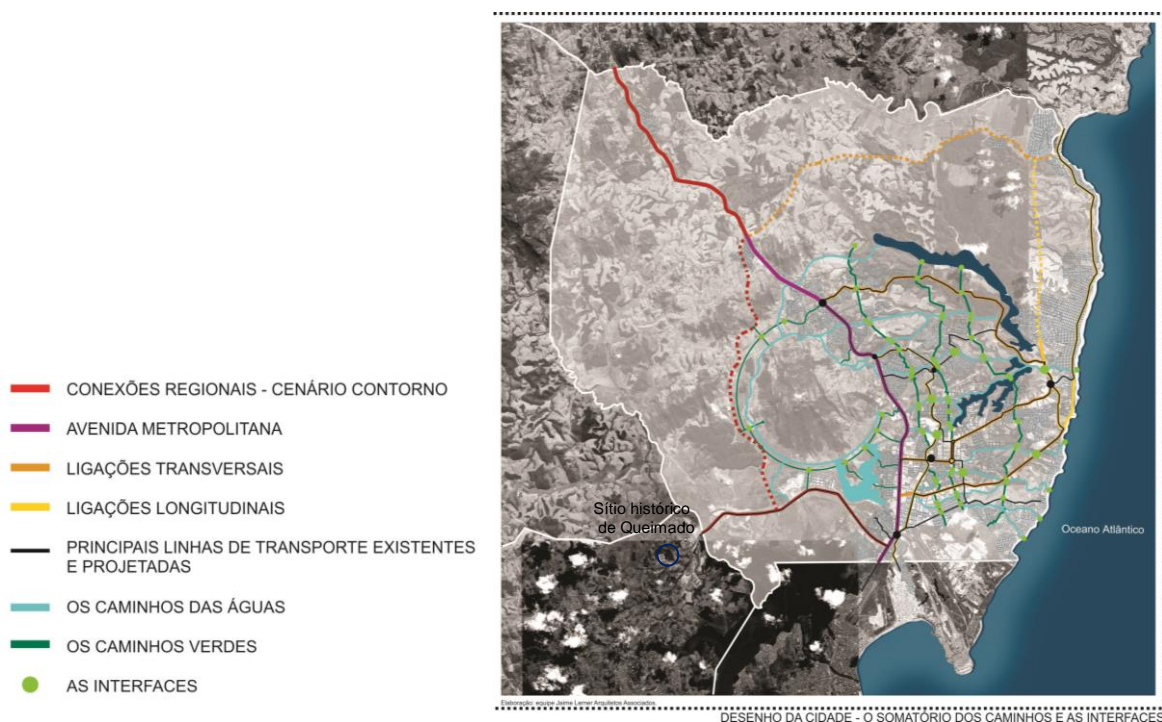
Lerner trabalha o arco metropolitano fechado conceitualmente à área rural de Agroturismo de Garanhuns e ao Sítio Histórico e Arqueológico do Queimado, embora tenha incorporado o Sítio Histórico de São João de Carapina ao projeto *Parque das Pedreiras*, porém não há referências de interface do Sítio Histórico de Queimado em alguma de suas propostas, o que nos parece bastante curioso, dado

<sup>232</sup> LERNER, Jaime, op. cit., p.32, nota 230.



a avaliação no texto do projeto sobre a importância do Sítio de Queimado para identidade cultural do município.

Figura 52 — O mapa mostra o estudo em suas diversas interfaces com a estrutura existente. Vemos que o Sítio Histórico apesar de próximo não é integrado ao projeto do Jaime Lerner. A linha tracejada é o projeto da Rodovia do Contorno do Mestre Álvaro.

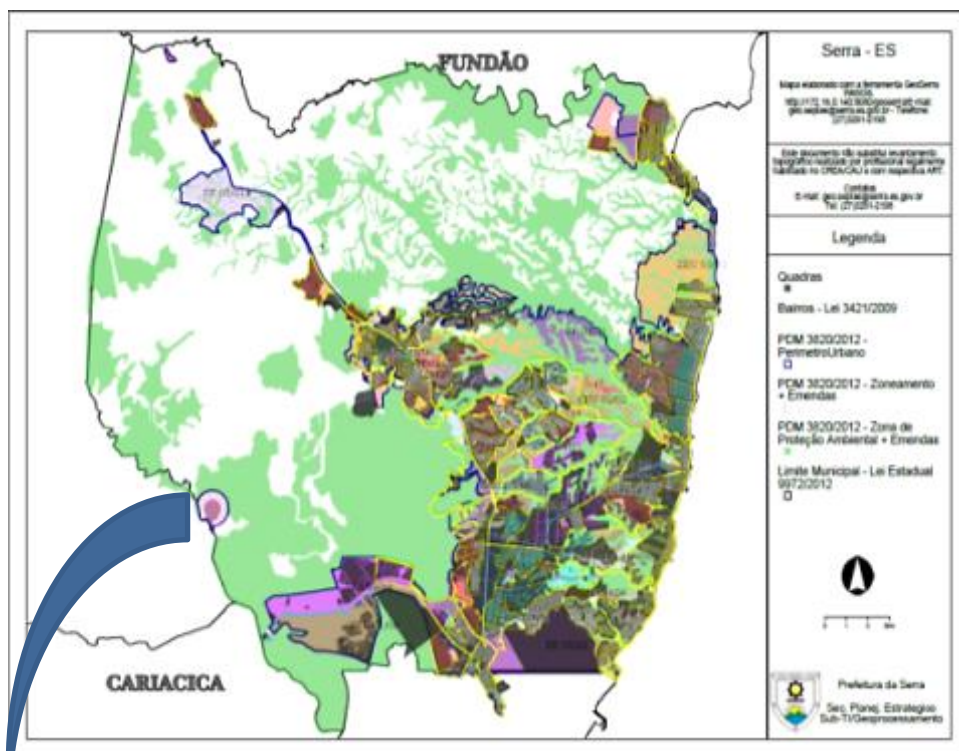


Fonte: Contribuições ao Desenvolvimento Sustentável de Serra, Curitiba 2010.p. 23. Alterado pela autora em 2017.

Considerando que uma nova rodovia passará pelas mediações do Sítio Histórico e as possibilidades mercadológicas que isso pode provocar, pesquisaremos no plano diretor de 2012 todas as diretrizes importantes para ocupação desta área.

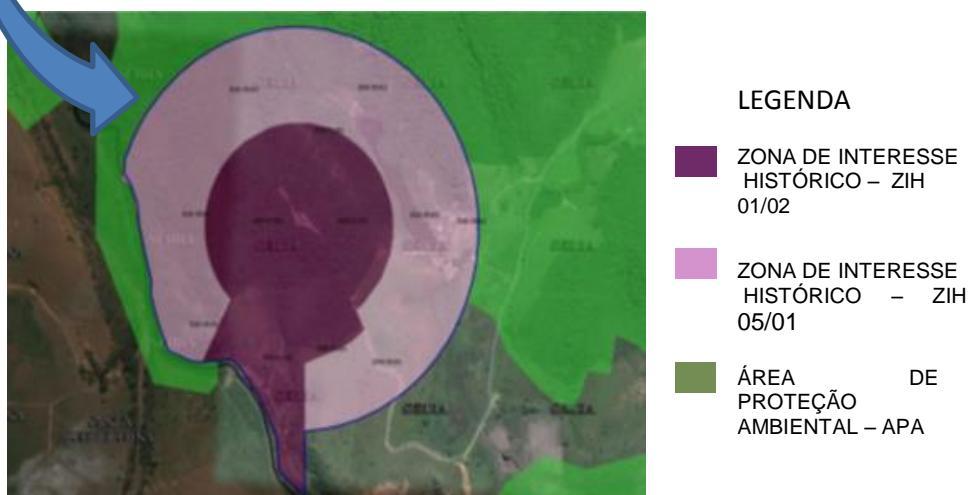
O Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado se encontra na Lei Nº 3820 de 12 de janeiro de 2012 – Plano Diretor Municipal da Serra - nas Zonas de Interesse Histórico, definidas: ZIH 01/02 e ZIH 05/01 como mostra a Figura 53:

Figura 53 — Mapa do PDM da Serra, mostrando o zoneamento atualizado de acordo com a Lei Nº 3820/2012.



Fonte: Departamento de Geoprocessamento- SEPLAE (PMS). Disponibilizado em: 17.06.2016.

Figura 54 — Mostra o zoneamento ao qual pertence o Sítio Histórico e entorno imediato de acordo com o atual PDM da Serra.



Fonte: Departamento de Geoprocessamento- SEPLAE (PMS). Disponibilizado em: 17.06.2016. Modificado pela autora em 2017.



O PDM em seu Artigo 115<sup>233</sup> define o que são Zonas de Interesse Histórico como aquelas: “[...] que possuam referência social, espaço-temporal e apropriação de seu entorno pelo grupo social a ele relacionado, localizadas dentro do perímetro urbano[...]”, e o Artigo 116 vai relacionar os objetivos principais das ZIHs que são:

[...]

II – promover a identidade cultural dos diversos bairros a partir do incentivo ao resgate da memória;

III – incentivar o desenvolvimento sócioeconômico das áreas de concentração do patrimônio histórico, arquitetônico, paisagístico, ambiental, arqueológico e cultural;

IV – identificar os sítios arqueológicos, a fim de instigar a pesquisa e o conhecimento da sociedade através dos seus vestígios materiais, além de atrair o público e se tornar uma área de interesse turístico.

[...]

No Artigo 117 ficam definidas as Zonas de Interesse Histórico, onde identificaremos aquelas relacionadas com nosso objeto de estudo. A área ZIH 01/02 e ZIH 05/01, neste caso o 02 e 05 significam a ordem no mapa de zoneamento. Vejamos o texto das mesmas:

[...]

a) A Zona de Interesse Histórico 01 as áreas com elevado potencial histórico, cultural e paisagístico, devendo ser protegida e não edificada[...];

b) As Zonas de Interesse Histórico 01 possuem como objetivo específico impedir a descaracterização e a destruição dos elementos de valor patrimonial.

c) As Zonas de Interesse Histórico 02 compreende áreas com ambiência de significativa homogeneidade histórico-estética, com controle rígido do uso e da ocupação do solo[...].

d) As Zonas de Interesse Histórico 05 compreende as áreas com elevado potencial histórico, cultural e paisagístico, das ruínas da Igreja e do Cemitério de São José do Queimado, com objetivo específico de atenuar o impacto da urbanização sobre o patrimônio e a manutenção das características topográficas e do ecossistema do sítio sendo que as intervenções na zona devem estar em consonância com a Política de Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e o Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico do Queimado.

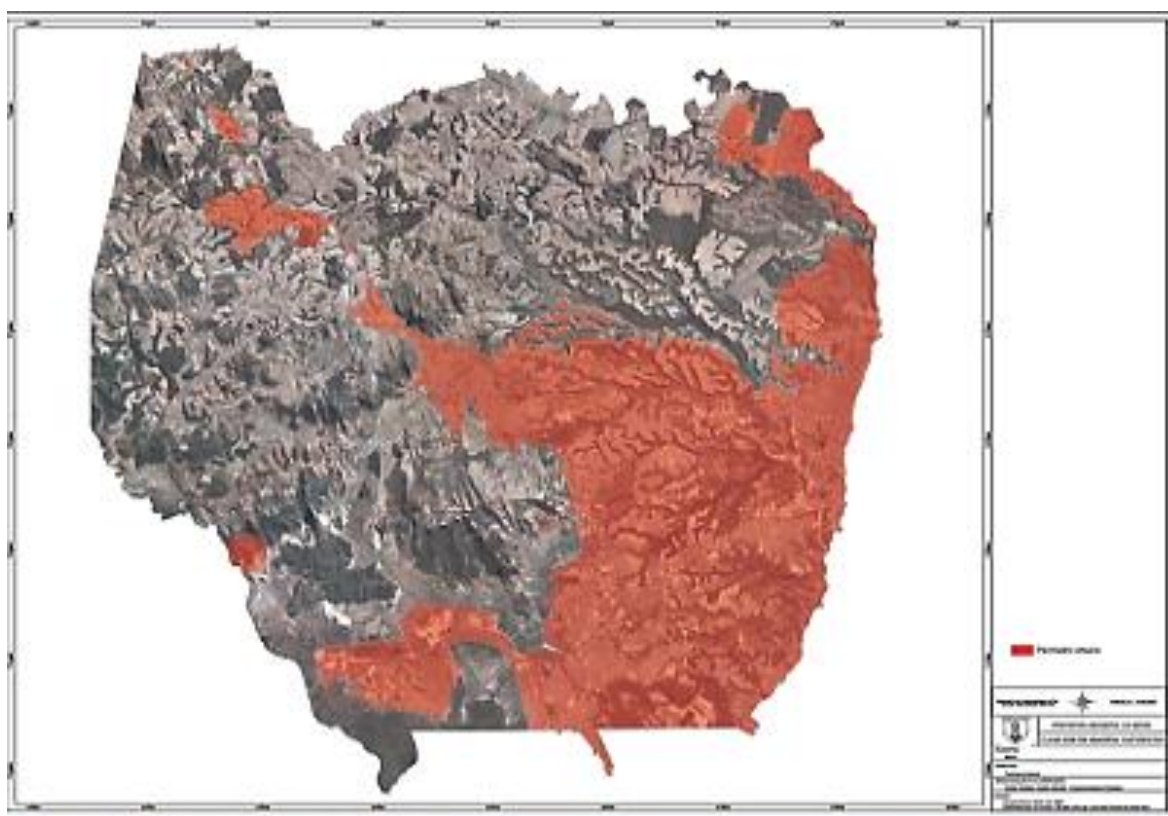
[...]

O sítio está situado numa Macrozona de Integração Turística e dentro do perímetro urbano do município conforme delimitação abaixo (Figura 55). No entanto, está isolado na região rural. O objetivo da delimitação é o de viabilizar projetos

<sup>233</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 3.820 de 11 de janeiro de 2012**, op. cit., nota 229.

dentro dos seus limites, de acordo com as diretrizes do plano diretor para áreas urbanas (informação verbal).<sup>xxiv</sup>

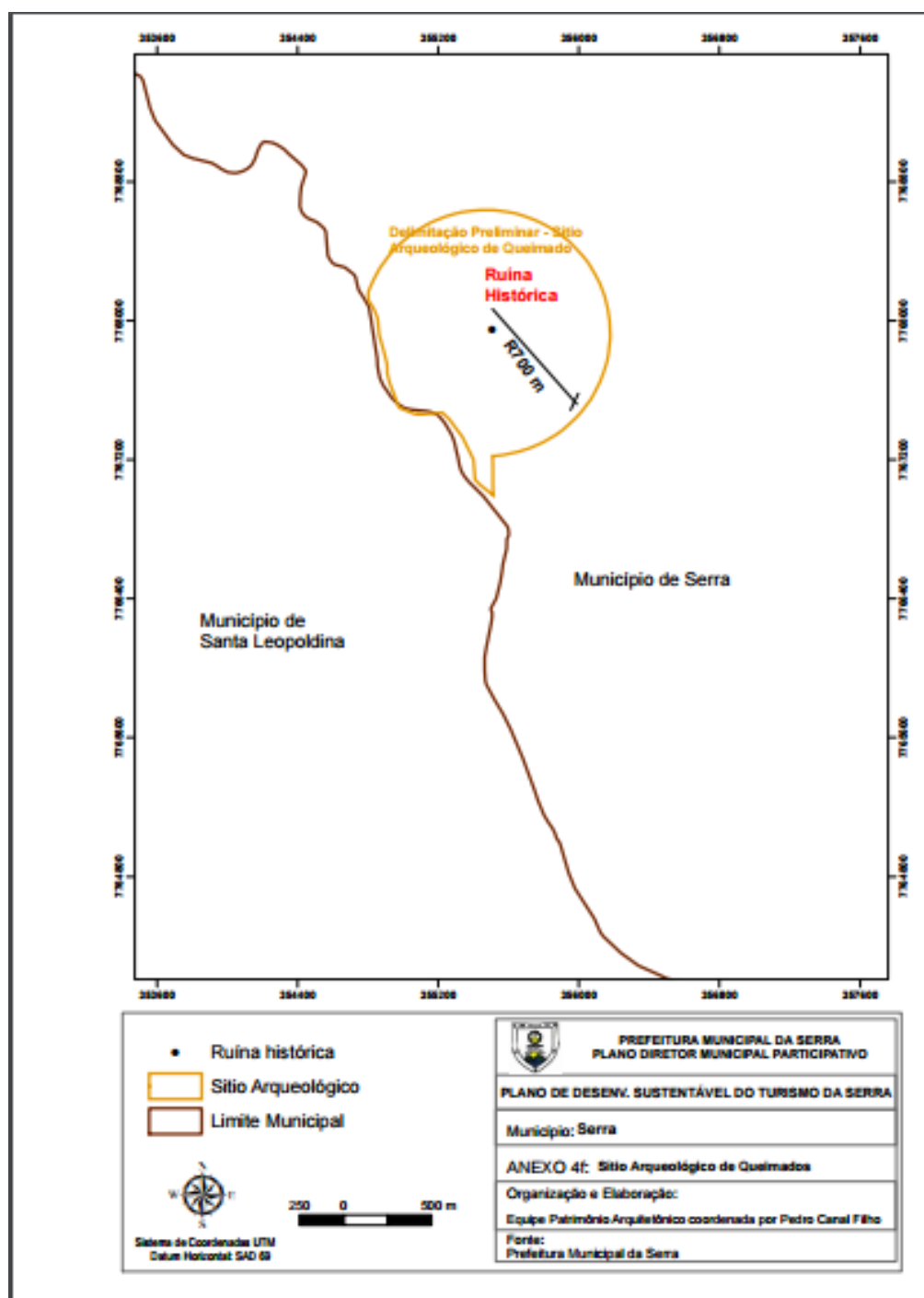
Figura 55 — Mapa mostrando área urbana do Município da Serra. Utilizando a delimitação preliminar arqueológica do Sítio Histórico de São José do Queimado.



Fonte: Plano Diretor Municipal- PDM da Serra. Disponível em: <http://www.serra.es.gov.br/site/download/1439578304779-anexo-1--permetro-urbano.pdf>. Acesso em 07/04/2017.

<sup>xxiv</sup> Segundo informações da Diretora do Departamento de Planejamento Urbano- DPU (SEDUR) a delimitação do Sítio Histórico de Queimado em área urbana justificasse pela ampliação dos usos e também para captação de recursos que viabilizem o Projeto de Reabilitação.

Figura 56 — Anexo do PDM da Serra, mostrando a delimitação preliminar arqueológica do Sítio Histórico de São José do Queimado.



Fonte: Plano Diretor Municipal- PDM da Serra. Disponível em: <http://www.serra.es.gov.br/site/download/1439579209884-anexo-4f--stio-arqueologico-.pdf>. Acesso em 07/04/2017.

### 4.3 O projeto de passagem da Rodovia do Contorno nas imediações do Sítio Histórico Queimado.

Ao se avaliar o projeto da Rodovia do Contorno do Mestre Álvaro, pretende-se entender quais as consequências com relação às mudanças que se farão sentir na sua paisagem e na condição socioeconômica da região.

Primeiramente podemos citar a visão da equipe que desenvolveu o projeto do PR-SRAQ, que em sua apresentação faz uma referência a respeito da obra do contorno do Mestre Álvaro, com a seguinte observação:

[...] A Agenda 21 indica uma nova ligação entre o trecho de contorno da BR-101 e a BR-101 Norte após Serra-Sede, passando pelas regiões de Muribeca e Queimado. O entorno dessa nova rodovia é apontado como novo pólo de expansão industrial do município, o que gerará importantes impactos na região. Nesse sentido, uma preocupação sobre o processo de planejamento dessa área de extensão urbana se coloca frente à possibilidade de um impacto negativo sobre o Sítio Histórico e Arqueológico do Queimado.<sup>234</sup>

O projeto da rodovia de 2013 é uma parceria com o governo Federal através do DNIT e do DER-ES, que ficará a cargo da execução das obras com previsão de término em 2019<sup>235</sup>. Enquanto projeto de grande proporção e complexidade sendo executado em uma área de delicada paisagem, flora e fauna possivelmente impactarão de forma positiva ou negativa o seu entorno, do qual faz parte o Sítio Histórico de São José do Queimado.

A justificativa do projeto baseia-se no desvio do transporte de mercadorias pesadas realizado, hoje, pela BR 101, que liga as regiões sul e norte do País. Esse trecho, que corta regiões urbanizadas da cidade de Serra, apresenta dificuldades hoje na mobilidade urbana, produzindo engarrafamentos e acidentes. Dado que não há no referido trecho pontos de travessia, sejam subterrâneas ou passarelas, somente sinais de trânsito em alguns cruzamentos de bairros. Dessa forma, o trecho da BR 101 atual será municipalizado, o que garantirá maior fluidez e segurança aos bairros fronteiriços (informação verbal).<sup>xxv</sup>

<sup>234</sup> ALMEIDA. Renata Hermann, op. cit. p.4, nota 204.

<sup>235</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estadual de Transporte e Obras Públicas-SETOP. **Anteprojeto de Engenharia para Implantação/Pavimentação da Rodovia BR 101/ES**. Subtrecho: Contorno da Serra (Variante de mestre Álvaro). Disponibilizado pela Prefeitura da Serra em 9 de fev. de 2017.n.p.

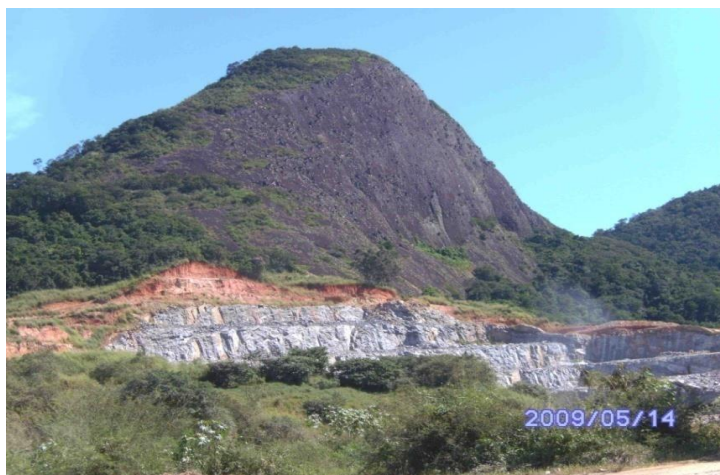
<sup>xxv</sup> Esta informação foi obtida no Departamento de Mobilidade Urbana da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR/PMS.

Por conta da complexidade da obra foi necessário o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que, através de condicionantes para prevenção e mitigação de impactos ambientais, recomendou revisão do traçado original, acarretando uma nova extensão de 18,26 km e com isso maior proximidade com o Centro de Detenção Provisória - CDP e com o Sítio Histórico de Queimado.

Além da paradoxal proximidade do Presídio com o sítio histórico, há também a pedreira Ibrata em atividade e contígua ao sítio e ao CDP, causando impactos preocupantes na extração do seu material. Consta no projeto que, devido às características de seus agregados, a pedreira poderá ser utilizada para construção da rodovia, acrescentando-se também que há um “[...] maciço rochoso à montante da Pedreira com grande potencial para futuras explorações”.<sup>236</sup>

A Figura 57 mostra o maciço considerado pelo anteprojeto, o que nos dá um panorama das alterações que podem advir na biodiversidade existente no local, com mudanças na sua paisagem cultural, aparentemente bastante grave.

Figura 57 — Foto mostrando um maciço de grandes proporções sendo considerado pelo projeto da Rodovia do Contorno do Mestre Álvaro, como potencial fornecedor de matéria prima. Pedreira pertencente à IBRATA Mineração LTDA.



Fonte: Foto do projeto da rodovia do contorno, tirada em 2014.

---

<sup>236</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado), op. cit. p. 89, nota 235.



Para execução deste projeto foram realizadas 31 desapropriações, cujas faixas de terra vão de 110,704 m<sup>2</sup> até 189.474,374 m<sup>2</sup><sup>237</sup>. Ao analisarmos as pranchas com o resumo das desapropriações podemos verificar que das 31 propriedades a maioria é de grandes latifúndios.

Ao longo do tempo, como citado no capítulo II desta pesquisa, a área de Queimado foi aos poucos sendo despovoada. A parcela da população remanescente dos escravos, negra e pobre, que vivia no local, habitantes da Vila de São José do Queimado e redondezas foi gradativamente vendendo seus terrenos aos grandes latifúndios, e possivelmente este processo foi fragilizando o tecido cultural local existente.

Contudo não há informações quanto à produtividade destas terras, ou seja se as mesmas produziam no momento da desapropriação ou somente serviam de estoque mercadológico à espera de grandes empreendimentos, como o Alfhaville Jacuhy, próximo a uma das fazendas de mesmo nome.

Tudo isso nos coloca diante de vários questionamentos com relação aos impactos na região que a construção desta rodovia poderá trazer ao meio ambiente. Outra preocupação são os futuros empreendimentos que este projeto do contorno já traz em seu bojo, tais como: postos de gasolina, implantação de empresas diversas e de logística, além da especulação do mercado imobiliário que de alguma forma estará presente, podendo transformar esta paisagem cultural de forma definitiva.

Segundo o Jornal Folha Vitória de 15 de julho de 2016, na reportagem intitulada: *Contorno do Mestre Álvaro terá pista dupla, passagens de fauna e viadutos*, ocorrerão projetos residenciais e comerciais que beneficiarão a região com emprego e renda. Segundo entrevista com o presidente da ASES (Associação dos Empresários da Serra) esta via irá melhorar a mobilidade urbana na região e atrairá um novo nicho de mercado. Parece haver um consenso geral entre empresários e mesmo profissionais do ramo de arquitetura, com atuação na Serra, sobre os benefícios que a construção do Contorno do Mestre Álvaro irá trazer para esta zona rural. Conforme se depreende no seguinte trecho:

[...]O Arquiteto e Urbanista, Planejador Urbano e membro do Conselho Operacional da Associação dos Empresários da Serra (Ases), Desil Moreira Henrique, o novo Contorno pode transformar a rodovia num grande trecho de desenvolvimento urbano. 'O local poderá gerar grandes

<sup>237</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado), op. cit. p. 246, nota 235.



empreendimentos, centros empresariais, shoppings e hipermercados. Além disso, o Plano Diretor Municipal (PDM) já prevê uso residencial da via e os primeiros pavimentos'.<sup>238</sup>

Percebe-se, pela leitura do projeto do contorno do Mestre Álvaro, que no processo de seu desenvolvimento pouco ou quase nenhum aspecto de proteção ambiental e preservação da paisagem serão contemplados. Sequer menciona-se o Sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado, tão próximo ao conjunto de empreendimentos relatados acima.

Porém no relatório EIA/RIMA<sup>239</sup>, quando menciona os impactos produzidos durante a execução da rodovia e utilização posterior, há certa preocupação com os efeitos negativos que poderão resultar, dentre eles aquele relacionado à paisagem.

Podemos verificar isso diante do quadro abaixo, Figura 60, onde se observa que na coluna “Alterações paisagísticas” foram consideradas as interferências relacionadas à retirada de vegetação; execução de aterros; retirada de material de empréstimo (aqui considerado como possibilidade a retirada do material da pedreira Ibrata, conforme já mencionado); obras de arte e pavimentação.

Com relação aos aspectos relacionados a ações mitigadoras e compensatórias, no quadro do EIA/RIMA<sup>240</sup>, Figura 59, não observamos medidas que poderiam amenizar o impacto provocado na paisagem. Não foi observada na leitura, tanto do relatório de impacto ambiental, quanto do projeto do Contorno Mestre Álvaro, qualquer medida com relação, por exemplo, ao replantio de vegetação existente que será subtraída na região ou de outras espécies similares que possam amenizar tal impacto.

O Quadro abaixo coloca como um dos impactos negativos à desapropriação com a construção da rodovia em relação à valorização das terras.

Figura 60 — A imagem mostra o quadro dos impactos negativos e os positivos que poderão ocorrer na região onde está situado o Sítio Histórico de Queimado.

<sup>238</sup> FOLHA VITÓRIA. **Jornal da Rede Vitória de TV**. Somente pode ser lido na internet. Disponível em: <<http://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/2016/07/contorno-do-mestre-alvaro-tera-pista-dupla-passagens-de-fauna-e-viadutos.html>>. Acesso em: 29.11.2016.

<sup>239</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório de Impacto Ambiental – Rima**. Implantação do Contorno do Mestre Álvaro. Trecho Rodovia ES-120- Via Norte. Vitória, abr. de 2013. p. 34.

<sup>240</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório de Impacto Ambiental – Rima**, op. cit., p.37-43, nota 239.

Figura 60 — A imagem mostra o quadro dos impactos negativos e os positivos que poderão ocorrer na região onde está situado o Sítio Histórico de Queimado.

Quadro 6.1.1: Matriz de Integração de Leopold – Impactos Ambientais durante a fase de Implantação e Operação da Rodovia.

COMPONENTES AMBIENTAIS	MÉDIO FÍSICO				MÉDIO BIÓTICO				MÉDIO ANTRÓPICO									
	RECURSOS HÍDRICOS	RECURSOS GEOLÓGICOS, GEOMORFOLÓGICOS E PEDOLÓGICOS	FLORA	FAUNA	FLORA	FAUNA	FLORA	FAUNA	FLORA	FAUNA	FLORA	FAUNA	FLORA	FAUNA	FLORA	FAUNA	FLORA	FAUNA
IMPACTOS AMBIENTAIS	RELAÇÃO DO NÍVEL DO RÍDIO	VALIAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE PARTÍCULAS NA ATMOSFERA	ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA	ALTERAÇÃO DO CICLO DE VIDA DA ÁGUA	ALTERAÇÃO DAS MORFOLÓGICAS	NÍVEL E/OU ACUMULAÇÃO DE INOCULOS	ALTERAÇÃO DAS PARASITÓTIAS	SUPRESSÃO VEGETAL	INTERRUPÇÃO DE AMBIENTES ALAGADOS	ESTO DE BORDA	FRAGMENTAÇÃO	CONEXÃO DA BORDA DE RESERVA LOCAL	ALTERAÇÃO NO MANEJO DAS RESERVAS	APROPRIAÇÃO DA BORDA	ATROFIAÇÃO DAS ÁREAS	AUMENTO DA CAÇA	CONEXÃO DE HABITAÇÃO DE BORDA	CONEXÃO DE HABITAÇÃO DE BORDA
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
FASE	IMPLANTAÇÃO										OPERAÇÃO							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1																		
2																		
3																		
4																		
5																		
6																		
7																		
8																		
9																		
10																		
11																		
12																		
13																		
14																		
15																		
16																		
17																		
18																		
19																		
20																		
21																		
22																		
23																		
24																		
25																		
26																		
27																		
28																		
29																		
30																		
31																		
32																		
33																		
34																		
35																		
36																		
37																		
38																		
39																		
40																		
41																		
42																		
43																		
44																		
45																		
46																		
47																		
48																		
49																		
50																		
51																		
52																		
53																		
54																		
55																		
56																		
57																		
58																		
59																		
60																		
61																		
62																		
63																		
64																		
65																		
66																		
67																		
68																		
69																		
70																		
71																		
72																		
73																		
74																		
75																		
76																		
77																		
78																		
79																		
80																		
81																		
82																		
83																		
84																		
85																		
86																		
87																		
88																		
89																		
90																		
91																		
92																		
93																		
94																		
95																		
96																		
97																		
98																		
99																		
100																		

Foi realizada Audiência Pública sobre a Implantação do Contorno do Mestre Álvaro - ES-120. Serra/ES, em 04 de Julho de 2013, onde participaram, além de representantes da sociedade civil, também os gestores municipais e estaduais das diversas áreas relacionadas ao meio ambiente. Ficou claro para a maioria dos participantes da audiência que o empreendimento traz mais benefícios do que malefícios à região. Com relação à ciclovia e iluminação desta rodovia, que corta o município, foi relatado em ata o seguinte:

[...] Lê-se a pergunta do Sr. Carlos Augusto, sobre ciclovias e iluminação. O Sr. Octacílio Chamon do DER, comenta que será uma auto-pista, não prioriza o pedestre. O Sr. Miguel Salim diz que não está prevista a iluminação; que é interessante a sugestão de ter iluminação nas interseções.<sup>241</sup>

Importante lembrar que o atual trecho da BR 101, a ser municipalizado, tem iluminação e ciclovia em parte dele, e que a proposta do plano Diretor motivada pelo Projeto do Arquiteto Jaime Lerner para a Serra contempla a urbanização do entorno do Mestre Álvaro.

Estas interseções, ao qual a Ata se refere, são as ligações ao longo da rodovia com as estradas vicinais, como a Rodovia Chico Prego e o acesso a pontos estratégicos, tal como o Sítio Histórico de Queimado, CDP e outros.

Há uma preocupação do Secretário de Meio ambiente com o sítio histórico, colocada em ata de 2013, conforme exposto no trecho a seguir: “[...] a questão do Sítio Histórico de Queimado, que farão uma proposta nesse sentido. O Sr. Octacílio Chamon coloca que a prefeitura poderá procurar o DER-ES para tratar do tema”.<sup>242</sup>

Com relação ao Sítio Histórico ou qual seria a proposta enviada ao DER-ES, até o presente momento, não foi encontrado qualquer registro sobre a mesma.

No entanto, com relação ao mercado imobiliário na região, este debate torna-se bastante interessante, dado que terras em zonas rurais, sem equipamentos públicos e comunitários têm preços baixos em relação às terras equipadas com infraestrutura urbana.

Possivelmente o boom que a rodovia poderá trazer diante da perspectiva, relatada na entrevista ao Jornal citado acima, vai de encontro às inquietações colocadas no artigo do professor Zanotelli. Trata-se da preocupação com relação a

<sup>241</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- IEMA. **Ata da Audiência Pública do Licenciamento da Implantação do Contorno do Mestre Álvaro - ES-120**. Serra, 4.07. 2013.p. 7

<sup>242</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado), op. cit., p. 8, nota 241.

condomínios fechados, como Alphaville Jacuhy, implantado na região da atual Estrada do Contorno. Segundo o texto há, sobre este assunto, algumas preocupações quanto ao ativo ambiental e o desequilíbrio sócio-econômico produzido, dado que são geralmente implantados em regiões vizinhas às áreas de fragilidade ambiental e social, porém de grande beleza paisagística:

[...]Há uma fazenda onde está localizado o empreendimento Alphaville tão vasta que se estende da região histórica de Queimado até ao Contorno metropolitano da BR 101: cerca de 10Km em linha reta! Desse modo, com todos os projetos previstos na região, como a estrada do contorno da Área de Proteção Ambiental do Mestre Álvaro, a área será privilegiada, com a modificação da afetação das terras, que poderão se inscrever no perímetro urbano e, conseqüentemente, se valorizar.<sup>243</sup>

A parte da fazenda Jacuhy, ao qual o artigo se refere, está dentro das 31 desapropriações relacionadas no projeto do Contorno do Mestre Álvaro.

Uma questão a ser pensada e debatida será como coadunar os projetos de revitalização do Sítio Histórico de Queimado com mudanças tão próximas a este patrimônio, sem um plano de gestão que possa preservá-lo de forma sustentável e ao mesmo tempo inseri-lo de forma benéfica em termos turísticos culturais, minimizando os impactos sociais e ambientais que estas transformações trarão.

---

<sup>243</sup> ZANOTELLI, C., ANTÔNIO, L. M., FERREIRA, F. C., e SILVA, B. **A Explosão dos Condomínios Fechados na Região Metropolitana da Grande Vitória – Espírito Santo – Brasil.** In: Geo-Uerj, nº 2, semestre 2 de 2012. p. 630.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa sobre o objeto de estudo proposto procurou trazer visibilidade, valoração cultural e enfatizar a importância da recuperação e revitalização do Sítio Histórico de São José do Queimado. Para isso, conhecer os aspectos jurídicos da salvaguarda deste patrimônio foi extremamente relevante e mostrou o quanto há pontos fracos por parte da legislação estadual de tombamento, principalmente no que diz respeito à fiscalização, que necessita ser revisitada. Inserir os atores da comunidade mais envolvidos com os debates do legado histórico do patrimônio a ser tombado traz a conscientização necessária para sua preservação e sustentabilidade. Assim, nada do seu inventário será esquecido ou relegado a um segundo plano.

Relacionar hoje todos os projetos e ações do poder público municipal que dizem respeito ao Sítio Histórico de Queimado contribui para um conhecimento mais amplo das possibilidades existentes, constituindo também ponto de partida para outras propostas concebidas em conjunto com o poder público, comunidade e setor privado, tendo sempre como premissa o respeito à identidade cultural da comunidade beneficiada. Evita-se assim que a descontinuidade política possa alterar cronogramas de debates, e assegura-se a continuidade de projetos já idealizados.

Hoje, a perda de bens patrimoniais muitas vezes está relacionada à falta de compromisso e prioridade por conta da troca de mandatos políticos, causando prejuízos relevantes para a historiografia brasileira.

Trazer à tona a história da Vila de São José do Queimado nesta pesquisa, que está intrinsicamente ligada ao episódio da Insurreição de Queimado, permite estimular as gerações atuais, que não a conhecem, a darem a devida importância a este bem patrimonial através do aprofundamento e valorização de sua história.

Para tanto, além do trabalho desta pesquisa é fundamental uma busca da memória oral e coletiva na participação dessa reconstituição, através da vivência e resgate de uma cultura ancestral e da investigação de fontes documentais importantes na comprovação dos fatos. Consideramos que este trabalho deve ser concretizado para que, no presente e no futuro, todos saibam a importância que representa, tanto para a cidade, quanto para o contexto nacional, a histórica dessa insurreição escravista.

Assim, a insurreição de Queimado ocorrida no passado também inspira, no presente, um exemplo de luta a ser seguido. Exemplo este que pode contribuir, sobremaneira, para a construção de uma política de igualdade de direitos e de cidadania. Tudo isso também proporcionará o resgate da identidade cultural e a visibilidade deste patrimônio histórico, fortalecendo a relação da cidade com o mesmo e possibilitando, através do turismo e inserção da economia criativa neste cenário, maior interesse nesse bem cultural.

Vimos na pesquisa que os símbolos e rituais utilizados nas celebrações macroecumênicas, de alguma forma contribuem como instrumentos na integração social de determinados grupos, ajudando-os a se colocarem de forma política e legítima no cenário público. Ao mesmo tempo, o simbolismo dessas celebrações mantém viva a história e o orgulho de pertencer a ela de alguma forma, seja através da religião, seja nas contribuições culturais, seja por uma empatia não bem explicada ou até por mera curiosidade.

Desse modo, todo esse ritual simbólico necessita de um espaço para expressar-se. O projeto de consolidação e revitalização das ruínas do Sítio Histórico de Queimado, se implementado, poderá fortalecer laços culturais e simbólicos. Isto na medida em que direcione o olhar de forma mais significativa, e considere as necessidades logísticas que valorizam a expressão desse simbolismo. Por outro lado, não podemos deixar de reafirmar que, ao se trabalhar em projetos contratados para governos, podem ocorrer modificações. A não participação efetiva, de representantes da comunidade na condução dos trabalhos até o momento, trouxe consequências tais como: o adiamento do projeto de revitalização dessas ruínas, comprometendo-as substancialmente.

Em órgãos públicos as incertezas são muitas e as ações devem ser pautadas em compromissos com os grupos da sociedade civil, criando condições para que eles sejam capazes de participar, fiscalizar e pressionar, no sentido do cumprimento da execução desse projeto, de outros e as ações que tragam em seu escopo.

No entanto, nem todos os projetos para a região de Queimado, ou próximos a este Sítio Histórico, contribuem para reabilitação de seu entorno, para sua utilização turística e fortalecimento da sua economia criativa. Ao contrário, alguns projetos, como a rodovia do contorno do Mestre Álvaro, podem dentro do contexto político e mercadológico acarretar situações nefastas para a região como, por exemplo, as grandes desapropriações necessárias a sua implantação.

Como uma prática comum no Brasil, a cultura mercadológica de terras se expressa pelo monopólio de grandes empreendimentos imobiliários, cuja estratégia se baseia principalmente nas suas relações políticas e, por vezes, desvinculados com as questões sociais, ambientais e culturais do local onde se instalam.

Tanto no passado como nos dias atuais as terras se tornaram moeda de troca e de estabelecimento de poder sobre determinados grupos e, até mesmo, de cidades. Esta característica coloca algumas comunidades a mercê do grande latifúndio que, a qualquer custo, impõe sua vontade. Muitas dessas localidades e a cultura de seus cidadãos se perderam em função dessa prática, tonando povoados inteiros fragilizados e esquecidos socialmente e culturalmente, por vezes de forma intencional pelo poder público interessado em um futuro “desenvolvimento” da região.

É necessário que haja interação entre os diversos atores da sociedade civil e poder público, no sentido de maiores debates sobre as consequências que tal projeto, acima relacionado, não conflite com os interesses da sociedade, no sentido de permitir crescimento com desenvolvimento sustentável e valorização do patrimônio histórico existente.

Contamos com instrumentos públicos urbanos, como o PDM (Plano Diretor Urbano) e Agenda 21 Local, importantes condutores de transformações e de organização do espaço, quando pensado em função da população, do desenvolvimento sustentável da cidade e proteção da identidade cultural dos vários grupos. Para isso o PDM deve estar acima das necessidades políticas de barganha, e as ações e projetos contidos na Agenda 21 local devem sair do papel e serem colocados em prática, o que na maior parte das vezes não acontece.

O Sítio Histórico de São José do Queimado, além de importante patrimônio material e imaterial, é um local de natureza mística e religiosa, exemplo simbólico da comunhão entre a luta pela liberdade de um povo escravizado no passado com a luta pela igualdade racial e social nos dias de hoje, e deve estar inserido em qualquer estudo proposto de desenvolvimento sustentável, seja para a região em que se encontra, seja para a cidade como um todo.

Enfim, torna-se importante um plano de gestão compartilhada que integre ações e projetos que possam abranger todos os conceitos e relatos citados nesta pesquisa, de forma contributiva e participativa, que farão de Sítios Históricos como o de Queimado fonte de cultura e continuidade histórica.



## CAPÍTULO V - BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

### 5.1 Documentos, publicações, relatórios e mensagens governamentais.

AGENDA 21 BRASILEIRA, **Agenda 21 Brasileira**. Resultado da Consulta Nacional. 2ª Edição, 2004. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/consulta2edicao.pdf>>. Acesso em: 06.05. 2016.

ALMEIDA. Renata Hermann de et al. **Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado – PR-SHAQ**. Vitória, 2007. Fundação Ciciliano Abel de Almeida – FCAA. Disponibilizado pelo Departamento de Projetos de Obras Públicas (DPO-SEOB). Serra, 2016.

AZEREDO, Pedro. Post Scriptum. **Correio da Victória**. Victoria, 26 de mar. de 1849, p.4. Disponível no site da Biblioteca Nacional.

BENE, Gregório José Maria de. Publicações a pedido. **Correio da Victória**. Victoria, 21 de abr. de 1849, p.4. Disponível no site da Biblioteca Nacional.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 26.07. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em 31.03.2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 43ª ed. atual. e ampl.. Ed. Saraiva. São Paulo, 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso: 14.04.2017.

BRASIL. Lei Federal nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso: 18.06.2016.

BRASIL. Lei Federal nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e indígena"**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso: 06.05.2017.

CARTA DE CRACÓVIA 2000 **PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO**. Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/guatemala/guatemalacartacracovia2000spaorof.pdf>>. Acesso em: 07.06.2016.

CASTELLANOS, Carolina; DESCAMPS, Françoise. **Conservation management planning**. Putting theory into practice. The case of Joya de Serén. El Salvador, 2008.

DAEMON, B. C. **Província do Espírito-Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Coord. Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2ª ed. Secretaria do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã, vol. 12. Vitória, 2010. (disponível no site do APEES).

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto-Lei nº 9.941 de 11 de novembro de 1938**. Vai dividir o território do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://camaraserra.es.gov.br/exibir.aspx?pag=municipio>>. Acesso em: 18.07.2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **LEI Nº 2.947 de dezembro de 1974**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 26.07.2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Nº 2.100 de dezembro de 1974**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 26.07.2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Cultura (SECULT). Conselho Estadual de Cultura (CEC). **Processo nº 71/1990**. Vitória, 1990. Disponibilizado pela SECULT em dez. de 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Cultura (SECULT). Conselho Estadual de Cultura (CEC). **Processo nº 46431454**. Fl nº 212. Vitória, 2010. Disponibilizado pela SECULT em dez. de 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estadual de Transporte e Obras Públicas-SETOP. **Anteprojeto de Engenharia para Implantação/Pavimentação da Rodovia BR 101/ES**. Subtrecho: Contorno da Serra (Variante de mestre Álvaro). Disponibilizado pela Prefeitura da Serra em 09.02.2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório de Impacto Ambiental – Rima**. Implantação do Contorno do Mestre Álvaro. Trecho Rodovia ES-120- Via Norte. Vitória, abr. de 2013. Disponibilizado pela Prefeitura da Serra em 09.02.2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- IEMA. **Ata da Audiência Pública do Licenciamento da Implantação do Contorno do Mestre Álvaro - ES-120**. Serra, 4 de julh de 2013.. Disponibilizado pela Prefeitura da Serra em 09.02.2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Limites Administrativos - Serra**. Instituto Jones dos Santos Neves. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>>. Acesso em: 08.06.2016.

FREIRE, Aristides. Historiographia. **A Folha da Victoria**. Victoria, 6 de mar. de 1884, p.3. (disponível no site da Biblioteca Nacional).

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Silva Couto. Victoria, 01 de abr. de 1840. (disponível no site da Biblioteca Nacional).

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Joaquim Marcelino da Silva Lima. Victoria, 23 de mai. de 1846. (disponível no site da Biblioteca Nacional).

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Victoria, 23 de maio de 1847. (disponível no site da Biblioteca Nacional).

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Victoria, 01 de março de 1848. (disponível no site do APEES)

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Antonio Pereira Pinto. Victoria, 30 de novembro de 1848. (disponível no site do APEES)

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Felipe José Pereira Leal. Victoria, 25 de julho de 1850. (disponível no site do APEES)

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Sebastião Machado Nunes. Victoria, 25 de maio de 1854. (disponível no site do APEES)

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro. Vitória, 10 de outubro de 1868. (disponível no site do APEES)

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro. Vitória, 8 de junho de 1869. (disponível no site do APEES)

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo Sr. Bernardino de Souza Monteiro. Vitória, 12 de outubro 1919. (disponível no site do APEES)

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo Sr. Aristeu Borges de Aguiar. Vitória, 22 de setembro 1930. (disponível no site do APEES)

ICOMOS. Carta de Veneza. **II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos**. Veneza (Itália), maio de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso: 23.05. 2017.

IPHAN–Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **PORTARIA Nº 299, DE 6 DE JULHO 2004**. Cria o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSH Disponível em:<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_299\\_de\\_6\\_de\\_Julho\\_de\\_2004.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_299_de_6_de_Julho_de_2004.pdf)>. Acesso em: 18.07. 2016.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material. Bens tombados** – Lista dos bens tombados e processos em andamento (1938-2016). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Listabenstombadosatualizada11052016.pdf>>. Acesso em: 18.07. 2016.

LERNER, Jaime. **Contribuições ao Desenvolvimento Sustentável de Serra**. Relatório 4 - Final – Parte 01/02. Curitiba, 2010. Disponibilizado pela Prefeitura Municipal da Serra em 2017.

MACHADO, Christiane Lopes. **Diagnóstico arqueológico na área da Vila de Queimado**. Rhea estudo e projetos. In: ALMEIDA. Renata Hermann de et al. **Plano de Reabilitação do Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado – PR-SHAQ**. Vitória, 2007. Fundação Ciciliano Abel de Almeida – FCAA. Disponibilizado pelo Departamento de Projetos de Obras Públicas (DPO-SEOB). Serra, 2016.

MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo**. Typografia Nacional. Rio de Janeiro, 1878.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 2.497 de 7 de maio de 2002**. Institui o dia da Insurreição de Queimado. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/>>. Acesso em: 18.07.2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 3755 de 4 de agosto de 2011**. Classifica e denomina como Rodovia Chico Preggo a via de acesso às ruínas da Igreja de São José de Queimado. Disponível em:<<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L37552011.html>>. Acesso em: 18.07. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 3.820 de 11 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a organização do espaço territorial do Município da Serra. Disponível em:<<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L38202012.html>>. Acesso em 01.04.2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 2.100 DE 3 DE JULHO DE 1998. Revogada pela Lei nº 3.820 de 11 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre o planejamento urbano do município da serra, institui o plano diretor urbano e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.serra.es.gov.br/site/download/1434394623295-l.pdf>>. Acesso em: 21.04.2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 4.078 de 3 de fevereiro de 2014.** Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/>>. Acesso: 18.06. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 4.341 de 26 março de 2015.** Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/>>. Acesso: 18.06. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 2.204 de 6 de agosto de 1999.** Dispõe sobre a criação do projeto cultural “Chico Prego”. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L22041999.html>>. Acesso em : 18.06. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 3.167 de 11 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre a criação e organização do Conselho Municipal do Negro - CONEGRO e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L31672007.html>>. Acesso em: 18.06. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Serra em Números 2011.** Anuário Municipal de Dados. 4ª ed. Secretaria de Planejamento Estratégico (SEPLAE).

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Estruturação das ruínas da Igreja de São José do Queimado, 1999.** Departamento de projetos de obras públicas (DPO) da Secretaria de obras (SEOB). Serra, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Plano estratégico da cidade 2000-2020:** Agenda 21 Local. 4ª ed. Serra - ES, 2005. 110 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Serra Agenda do Futuro 2012-2032:** Agenda 21 Local. 2ª ed.. Vitória: GSA, 2012.232 p.

VIDA CAPICHABA, Victoria, anno III, nº59, 25 de dez. 1925. (disponível na APEES)

VIDA CAPICHABA, Victoria, anno XXII, nº625, 30 de set. 1945. (disponível na APEES).

## 5.2 Referências bibliográficas – fontes secundárias

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades.** Revista da Faculdade de Letras – Geografia I, série, Vol. XIV, Porto, 1998. p.77-97. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em 10.06. 2016.

ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: Gestão e Resgate de uma História.** Patrimônio de Florianópolis. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 192 p.

ALBERNAZ, Antônio João Teixeira. Mapa da baía de Vitória em 1631. Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/script/resultado.asp%C2%BFparquivo=ita008a&tipo=fonte&fonte=Itamaraty.html>>. Acesso em: 17.05.2017.

ALVES, Ana Claudia Lima e (Coord.). **Inventário Nacional de Referências Culturais**. INCR. IPHAN. Ministério da Cultura (MinC). Brasília, 2000. 156 p. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual\\_do\\_INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf)>. Acesso em: 23.07. 2016.

ASSIS, F. Eugênio de. **Levante dos Escravos no Distrito de São José do Queimado**. Serra: [s.n], 1948.

ASSUNTO, Rosario. Paisagem - Ambiente - Território. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). **Filosofia da Paisagem, Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 126-129.

BARACHO, Anna Sophia Barbosa. **Patrimônio Sustentável**: Reflexões sobre as melhores práticas anglo-saxônicas aplicadas a edificações culturais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

BARROS, Paulo de. **Memória Fotográfica da Serra**: imagens de um município brasileiro. Vitória: Edição do autor, 2002.

BISSOLI, Marcia. **Recomendações para a sustentabilidade da habitação de interesse social**: uma abordagem ao Conjunto Residencial barreiros, Vitória (ES). Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

BOLONHA, Daniele. Festa lembra a luta dos escravos. **Notícia agora**. Vitória: 2002. p.11.

BONELLI, Ana Paula. “Insurreição de Queimado faz 164 anos sob ameaça de perder sítio histórico”. **Tempo Novo**. Ed. 1012 – ano 29. Serra, 15 a 22 de março de 2013.

BORGES, Clério José. **Serra. Colonização de uma cidade História-Folclore-Cultura**. Editora Canela Verde. Serra. 2015.156 p.

CARVALHO, J. A. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CASTRO, Sônia Rabello de. **O estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CATÓLICOS, evangélicos e umbandistas se reúnem para celebrar os 152 anos da Insurreição de Queimado na Serra. **A Tribuna**. Vitória, p. 06, segunda-feira, 19 mar. de 2001.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. 3. ed . São Paulo: Martins Fontes, 2013. 191p.



ESPÍRITO SANTO (Estado). **Arquitetura - Patrimônio Cultural do Espírito Santo**. Secretaria de Estado de Cultura. Conselho Estadual de Cultura. Vitória: SECULT, 2009. 560p.

ESTÉVEZ, Xerardo. **Santiago de Compostela**. Planeamiento y gestión. Páginas 55-112. Retirado do livro: Arte público: naturaleza y ciudad: Javier Maderuelo (ed.); Xerardo Estévez; Gloria Moure; Pierre Restany; Gilles A. Tiberghien. Fundación César Manrique. Madri. 2001. Disponível em: <http://www.fcmanrique.org/recursos/publicacion/artepublico.pdf>. Acesso em: 16.06.2016.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. **I Forum Nacional do Patrimônio Cultural**. (vídeo – parte 1 - 5 min. 41 seg.). Ouro Preto – Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/lphangovbr>>. Acesso em: 23.07.2016.

FOLHA VITÓRIA. **Jornal da Rede Vitória de TV**. Somente pode ser lido na internet. Disponível em: < <http://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/2016/07/contorno-domestre-alvaro-tera-pista-dupla-passagens-de-fauna-e-viadutos.html>>. Acesso em: 29.11.2016.

FORUM CHICO PREGO (Org. da Sociedade civil). **Ecoa Queimado: vida, Memória, Fé e Resistência na contemporaneidade**. Texto do cerimonial. Serra 19de março de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010. 184 p.

GOOGLE EARTH. KMZ. Configuração mínima: Intel Core i5 -2310. Disponibilizado em: <<http://br.ccm.net/download/baixaki-27-google-earth>>. Acesso em: 2015/2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. [1968]. Edições Vértice. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais LTDA. 1990.189p.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/busca?search\\_query=tombamento&do\\_search=y&buscar=buscar](http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=tombamento&do_search=y&buscar=buscar)>. Acesso em: 18.07.2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. [1924]. Tradução de Bernardo Leitão [et al.].3ª ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1994.

LOPES, Almerinda da Silva. **Albert Richard Dietze: Um artista fotógrafo alemão no Brasil do século XIX** Vitória. Gráfica e editora A1. Vitória, 2003. 278 p.

LUGON, Rogério. A cidade de Queimado ressurgue nas lembranças do último morador. **A Gazeta**. 3º Caderno. Vitória: domingo, 22 de dez. de 1976. Disponibilizado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

LYRA, Bruno. “A Serra precisa de um teatro e espaço para exposição de artes”. **Tempo Novo**. Nº 1.117 – ano XXXI. Serra, 20 a 27 de março de 2015.



MADERUELO, Javier. Aquello que llamamos paisaje. **Revista Farol**. Vitória, ano 09, n. 9, jul. 2013. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes. PPGA/UFES. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/farol/article/view/11359>>. Acesso em: 02.06. 2016.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de, “**O campo do Patrimônio Cultural: Uma revisão de premissas**”. Conferência Magna do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural - Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto – Minas Gerais, 2009.

MIRANDA, Naly E. **Reminiscências da Serra 1556-1983**. Serra, [S.l.: s.n., 1984?].

MIRANDA, Naly E. **Comentários históricos da Serra**. Serra, [S.l.: s.n., 19--].

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Fundo Editorial do Espírito Santo (FEES). Vitória, 1969. 455 p.

OLIVEIRA, Oswaldo Martins de. **Quilombos: Territórios e Patrimônio Cultural**. In MACIEL, Cleber [1994]. Oliveira, Oswaldo Martins de (Org). “Negros no Espírito Santo” e estudos de organizações afros, direitos e patrimônio cultural – mais de duas décadas depois. Vitória, 2016. 2º ed. 282 p. (disponível no site do APEES).

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. Coord. Fernando Antônio de Moraes Achiamé. 3ªed. Coleção Canaã, vol. 8. Vitória, 2008. (disponível no site do APEES).

PALAZZO, Pedro Paulo. **Patrimônio edificado e Ideologia modernista: Problemas de intervenção em sítios históricos degradados**. In CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Org). Patrimônio Cultural: Políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012, 191-202 p.

PEREIRA, Marcelo. A cidade de Queimado ressurge nas lembranças do último morador. **A Gazeta**. 3º Caderno. Vitória: domingo 22 de dez. de 1974.

PESTANA, Til. **Sobre o tema da gestão do Patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=54&busca=til+pestana>>. Acesso em: 31.05. 2016.

POLTRONIERI, Clarice. Histórias de quem viveu na antiga vila de Queimado. **Tempo Novo**. Nº 1.117 – ano XXXI. Serra, 20 a 27 de março de 2015.

POLTRONIERI, Clarice. Revolta do Queimado completa 164 anos. **Tempo Novo**. Ed. 1012 – ano 29. Serra, 15 a 22 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Celebração Afro Popular Macro Ecumênica do Queimado**. Forum Chico Prego. Serra, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. Departamento de Geo processamento – SEPLAE. Lei nº 3.820/2012. Disponibilizado em 17.06.2016.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001. 411p.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RESENDE, Wilson Lopes de. **A insurreição e 1849 na província do Espírito Santo**. Cachoeiro de Itapemirim. Edições Itabira. Espírito Santo, 1949.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Aspectos da vida Urbana e de seus significados simbólicos na Vila de Vitória ao longo do século XIX**. In SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org). *Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. 200-223 p.

RYKWERT, Joseph. **A idéia de cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Insurreição do Queimado**. Vitória. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 1999. 147 p.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Historia da Literatura Espírito-Santense**. Porto. Oficinas do “Comercio do Porto” – 1912. (disponível no site do APEES).

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

SANTOS, R. O. dos; GONÇALVES, A.G.B. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH – Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n. 9, jan/2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 04.12.2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SECULT. Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/imoveis/page:2>>. Acesso em 18.07. 2016.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória: 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001.182p.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. **A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX**. In: Cad. Metropolitano. São Paulo, v 12, n 24, pp. 565-584, jul/dez 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/5903-14387-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/5903-14387-2-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 18.09. 2015.

SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. [1913]. Tradução Simone Carneiro Maldonado. In: **Política & trabalho**. Universidade Federal da Paraíba. ed. 12. Paraíba: set. de 1996 – p.15-24. Disponível em: <<http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/A%20filosofia%20da%20paisagem.pdf>>. Acesso em: 23.03.2017.

SOUZA, Luciene Pessotti de. **Vila de Nossa Senhora da Vitória: por uma perspectiva urbana no Brasil Colonial.** In SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org). Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2009. p.163-199 p.

TEIXEIRA, Manuel C. **Os modelos urbanos brasileiros das cidades portuguesas.** In SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org). A Construção da cidade portuguesa na América. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2011. p.151-169.

TEMPO NOVO, Jornal. Fotos da Igreja de Queimado, paisagem e construção da Rodovia Chico Prego. Arquivo digital do jornal entre os anos 2004 a 2011. Serra, 2016. Disponibilizadas para a autora em 21.12.2016.

TV GAZETA, G1. Espírito Santo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/03/revolta-historica-de-escravos-do-es-completa-163-anos-com-festejos.html>>. Acesso em: 19.01.2016.

TV GAZETA, G1. Espírito Santo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/no-dia-da-insurreicao-de-queimado-serra-recebe-peca-sobre-chico-prego.html>>. Acesso em: 02.06.2016.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Os agentes modeladores das cidades coloniais.** In SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org). Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. 10-25 p.


WITTKOWER, Rudolf. **Los fundamentos de la arquitectura en la edad del humanismo.** Madrid, Alianza, 1995.

ZANOTELLI, C., ANTÔNIO, L. M., FERREIRA, F. C., e SILVA, B. **A Explosão dos Condomínios Fechados na Região Metropolitana da Grande Vitória – Espírito Santo – Brasil.** In: Geo-Uerj, nº 23, semestre 2 de 2012. p .619-655. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/4822>>. Acesso: 19.02. 2017.

ZON, Isabela Basílio de Souza. **O templo e a força: a história de uma insurreição imaginada.** Vitória - ES: Pro Texto, 2013. 229 p.

## ANEXOS

Figura 61 – Segue em ordem o Cerimonial da 18ª Celebração Afro popular Macro Ecumênica dos 168 anos da Insurreição de Queimado. Serra Sede, 2017.



**18ª CELEBRAÇÃO DE QUEIMADO**

**TEMA: ECOA QUEIMADO: VIDA, MEMÓRIA, FÉ E RESISTENCIA NA CONTEMPORANEIDADE**

**BOAS VINDAS:** Sejam todos bem-vindos(as) irmãos e irmãs de todos os lugares, de todas as raças, de todos os Santos e Santas, de todos os Deuses e Deusas, para que nesta Floresta que guardam tantas histórias de nossos e nossas ancestrais, possamos mais uma vez celebrar a Vida de tantos e tantas que aqui viveram lutaram e até hoje nos conclamam a buscar o Grito de Liberdade.

**PADÊ DE EXU:** Momento das Religiões de Matrizes Africanas

**ACOLHIDA:** Vamos acolher com todo carinho todos os grupos que aqui estão. Acolher o grupo da Caminhada. Acolher os Grupos, Comunidades, Entidades presentes.

**CANTO DE ACOLHIDA:**

**ECO DOS TAMBORES:** Os Tambores estarão localizados em 4 pontos da Floresta, onde cada um fará um toque próprio na seguinte ordem:

Capoeira / Congo/ Religiões de Matrizes Africanas/ Tambores Urbanos

Todos depois tocarão juntos sairão da Mata e vão para onde está concentrada a celebração

**INVOCAÇÃO:**

Em nome do Deus de todos os nomes...

Em nome de Deus –Pai e Mãe de toda a humanidade,

De todas as raças e cores,

Criador de todo o universo, toda a natureza,

Com sua graça, mistério e beleza,

Que se manifestou na história humana,

E foi reconhecido pelas diferentes tradições religiosas...

E nome do povo – nossos povos -

Em geral discriminados e marginalizados,

Tratados como seres de segunda categoria,

Diferentes na cor da pele, nas formas do rosto,  
No jeito do corpo...

Em nome de nossa gente, que espera e se mobiliza,  
Que luta e se organiza, que sofre e se sensibiliza...  
Em nome dos nossos ancestrais, exemplo de sabedoria,  
De simplicidade, de resistência,  
De amor à causa da justiça...

Em nome das coisas mais belas...  
Do respeito e da dignidade,  
Da justiça e da verdade,  
Do amor e da liberdade...

***Aqui nos reunimos e seguimos fazendo história***

INTRODUÇÃO: É preciso que todos os anos contemos a História de Queimado. Precisamos sempre está reavivando a nossa Memória. Sabemos que muitos já a conhecem. (Levantem as mãos aqueles que celebram conosco todos os anos) e existem outros que estão aqui pela 1ª vez. (Levantem as mãos os que estão aqui pela 1ª vez). É assim que se constrói a nossa história, contando e recontando é que asseguramos as nossas raízes. Vamos ouvir com todo nosso coração, olhos, ouvidos e todo nosso corpo a história d Insurreição de Queimado que hoje faz 168 anos que o fato aconteceu.

Eram nossas ancestrais, nascidos na Mãe África que para cá foram trazido

Arrancados da sua terra para uma terra chamada Brasil

Viajaram nos porões de Navios Negreiros com toda dor e todo pranto para o Estado do Espírito Santo

Comprados por fazendeiros, senhores de engenho, de uma vila chamada Queimado.

Que entre os Município de Santa Leopoldina e Serra estava localizado



A porta de entrada era o Rio Cricaré, onde os senhores de engenho iam comprá-los e traziam todos a pé

Vitória era a cidade grande, capital do estado, de onde viam todas as ordens para todos os trabalhos

Os negros escravizados, pela força da opressão, faziam todos os trabalhos que lhes mandava o patrão.

Eram homens, mulheres e crianças, que já não tinham esperança de voltar a sua terra por isso aqui ficaram nas fazendas da Serra

Mas tinham um grande sonho essa era a verdade, de um dia nesta vida encontrar a liberdade

O padre Gregório de Bene, devoto de São José, chegou da Itália para Queimado para trabalhar a fé;

Pensou em construir uma Igreja em honra a este santo, mas não tinha a mão de obra e os negros eram tantos

Usou do sonho dos negros para alcançar o que queria, prometeu a liberdade para quem a igreja construiria.

Os negros se organizaram para fazer a Igreja. Tinha suas lideranças Chico Prego, Elisiário, João da Viúva e Carlos que não rejeitavam a peleja.

Para construir a igreja não tinham dia de descanso, trabalhavam aos domingos e em noites de lua cheia cantando os seus avanços.

Para os que trabalhassem o padre prometeu a carta de alforria. E os negros trabalhavam duro, mas com muita alegria.

Mas como diz o ditado, Santo quando vê muita reza desconfia. Elisiário desconfiado falou Chico tem alguma coisa errada aqui nesta freguesia.

Chico Prego respondeu: Você acha Elisiário? O padre é autoridade jamais nos enganaria, continuaram a construção embora desconfiados

A igreja ficou pronta, mas as cartas não chegaram, chegou o dia de São José

E a igreja arrumaram, para assistir a Santa Missa os senhores se juntaram

Os negros ficaram na porta esperando o prometido, a Carta de Liberdade que ainda não tinha vindo

E gritavam pelo sonho : Liberdade, Liberdade queremos nossa Carta de Alforria. É o nosso grande sonho que o padre já sabia.

O Padre Gregório de Bene ficou cheio de medo. Fechou a porta da Igreja, chamou um mensageiro e falou-lhe em segredo.

Vá depressa prá Vitória e diga as autoridades que os negros revoltosos em Queimado querem quebrar a cidade.

O Padre já sabia que a Carta de Alforria não era de sua competência, os negros não eram seus como tomar tal providência

E a polícia chegou, armada até os dentes, com toda a violência, atirando e prendendo sem saber qual a vivência.

Conta a História que na grande confusão a polícia matou um negro que não tinha nada a ver, só foi buscar água para o patrão

Foram presos 35 negros e entre eles a liderança, Chico Prego, Elisiário, João da Viúva e o Carlos que não tiveram bonança

Foram condenados à morte, por enforcamento, dizem que Elisiário mandingueiro como era conseguiu sair da prisão como por encantamento

Carlos, devoto de Nossa Senhora da Penha foi colocado em liberdade pela santa padroeira

Chico Prego foi enforcado em frente a Igreja da Imaculada Conceição na Serra o seu corpo esquartejado e fincado em postes manchando toda terra

João da Viúva foi enforcado na Vila de Queimado o seu corpo esquartejado e espalhado por todo lado.

Os outros foram condenados a 300 chibatadas no Pelourinho e dizem que os seus pedaços que caíam no chão eram comidos pelos cachorrinhos.

Foram atendidos em seu sofrimento na Santa Casa de Misericórdia, único hospital existente em Vitória

Por isso estamos aqui para confirmar a nossa história e com toda a resistência, celebrar a nossa luta na espera da Vitória

ENTRADA DA BÍBLIA- Vitória- água- Amarela – Ancestralidade

CANTO:

SALMO 137: Junto ao rio Cricaré sentamos

Numa triste cerimonia choramos

Penduramos nas árvores, cansados,

Nossos tambores e pandeiros, calados.



Com saudades da Mãe África distante  
 Nossa vida era opressão constante  
 Nos pediram para cantar um canto,  
 Mas só tínhamos pra dar o pranto

A tristeza, em nós, tamanha, sangrava,  
 Que cantar em terra estranha não dava.  
 Esperamos no deserto sentir  
 Que o Senhor já está bem perto a agir

E debaixo dessa graça descida  
 cantaremos sem mordaca a vida  
 E debaixo dessa graça descida  
 Cantaremos sem mordaca a vida

LEITURA DA BÍBLIA: Homilia feita pelos sacerdotes das diferentes religiões

OFERENDAS: Cariacica – Ar – Preta – Ecologia

Vamos ofertar ao Deus Pai que tem o comando de todo universo de toda a natureza o que aqui trazemos o trabalho de homens e mulheres, as nossas vidas de negros e negras tão sofridos, mas que ao toque dos tambores e na dança transmitem a nossa alegria.

CANTO:

MOMENTO DE AGRADECIMENTO: Vila Velha- Fogo- Vermelho- Liberdade

Com o fogo agradecemos ao Deus de todos os nomes

CANTO:

PAI NOSSO:

SAUDAÇÃO A NOSSA SENHORA APARECIDA – Serra- Terra- Verde- Resistência

Saudemos na figura da Negra Aparecida a todas as divindades femininas

CANTO:

BENÇÃO: Será feita pelos representantes de religiões

PARTILHA: É preciso que o fruto seja repartido que não seja desperdiçado que não seja acumulado. Para que a vida seja bendita Deus quer que haja partilha, que não haja acúmulo nem desperdício. Então festejemos cantando, dançando e nos alimentando com o necessário.

CANTO:





Figura 63 — Carta do Frei Gregório José Maria de Bene, em 25 de março de 1849, logo após a Insurreição e Queimado.

CORREIO DA VICTORIA.

mo em que uma porção de brasileiros desvaídos têm collocado uma das provincias mais opulentas do imperio, convem que todos os cidadãos se reúnam em um só pensar — a monarchia constitucional representativa — E' o throno do Sr. D. Pedro II. o fanal da salvação publica, e os leaes Catharinenses como em todas as crises, serão do numero de seus mais strenuos defensores.

Com a maior imparcialidade distribuirei justiça para todos indistinctamente, e neste ponto não me sujeitarei a quaesquer considerações.

Em fim, asseguro-vos a completa liberdade de voto nas épocas em que a provincia tiver de pronunciar juizo sobre os candidatos que pleitearem a eleição. Da parte da presidencia só haverá perfeita neutralidade, e se acaso no debate eleitoral se suscitarem duvidas, a sua solução será despidida da menor parcialidade; se ella errar, reputai isso antes defeito da intelligencia que conseqüencia da vontade.

Com este systema espero e conto merecer a inteira adhesão dos illustrados membros desta assembléa; de meu lado serei prompto em ministrar-vos todos a aquellos esclarecimentos que de mim exegir-des com a maior lealdade e franqueza.

Sinto-me cheio de ardor, Srs. membros da assembléa legislativa provincial, em prestar valiosos serviços á provincia que tão dignamente representaes; nem para esse fim pouparei fadigas, pois, além do desejo que alimento de corresponder á confiança que em mim de positou o governo de S. M. o Imperador, accresse a lembrança de que cabe-me hoje a honra de dirigir os destinos de uma provincia onde em mais remotas épocas um de meus ascendentes tambem no alto posto que ora occupo com tanto afan se dedicou á sua prosperidade e grandesa.

Cidade do Desterro, em 6 de março de 1849.  
—Antonio Pereira Pinto.

( *Jornal do Comercio de 28 de março.* )

---

PUBLICAÇÕES A PEDIDO.

Sr. Redactor.

Aqui vai a copia do juramento que fiz no dia 25 do corrente, para defender o meu character sacerdotal na aleive maliciosa e impia que os negros captivos me levantarão para encobrir e defender sua malvada e rebelde conduta V. faça-me o favor d'inseril-a no seu periodico se não houver coisa contraria ás leis de sua typographia.

De V. etc.—O vigário frei Gregorio José Maria de Bene.—Queimado 26 de março de 1849.

Juramento do padre Fr. Gregorio José Maria de Bene vigário encomendado da igreja de São José do Queimado no dia 25 do corrente diante de JESUS CHRISTO SACRAMENTADO depois da elevação da Sagrada Ostia.

Eu Fr. Gregorio indignissimo ministro da Cruz juro diante d'este verdadeiro Deos e verdadeiro homem, e chamo elle em testemunha de minha innocencia (na grande e maliciosa aleive que os negros captivos levantarão-me no Queimado e na

cidade da Victoria diante das auth•vidades) juro, repito de novo, que eu não fui causa, nem a conselhei a elles no motim, que fiserão no dia de São José 19 do corrente.

Digo tambem, que os Srs. Manoel Salles, José Pinto Lima, sacristão, Manoel Correia e João captivo da Sra. D. Maria da Penha Pereira de Unna forão presentes quando os rebeldes captivos constrangerão-me a abrir as portas da propria casa, e ouvirão que eu disse abertamente ao infeliz e impio Elisiario captivo do Sr. Faustino Antonio de Alvarenga Rangel, chefe do motim, que eu não podia, nem devia, nem queria dar-lhes carta de alforria, nem diser-lhes alguma coisa relativamente a quanto exigião de mim em a sua malvada revolta, mais disse-lhes, que obedecessem aos seus Srs. e que voltassem para suas cazas, que eu era prompto para patrocinal-os, digo mais, que por ordem do Sr. João da Victoria Lima juiz de paz d'este districto, e por conselho do Sr. Manoel de Oliveira Campos, eu tinha mandado fechar as portas da igreja, e era resolvido de mais não celebrar o Santo Sacrifício e a largar o Queimado, e por tal effeito já tinha enviado á fechar as portas os Srs. Joaquim Ribeiro, Manoel Correia e José Pinto Lima, sacristão (por causa dor negros rebeldes que cercavão, como me disserão, os matos vizinhos) estavam promptos a executar as minha ordens: quando já estava-se fechando as portas, apresentou-se em minha caza o Sr. professor Manoel Pinto d'Alvarenga Roza e dissuadiu-me da minha firme resolução e a aconselhou-me de não fechal-as, dizendo que assim fazendo era o mesmo que fazer ver aos rebeldes, que os brancos do Queimado érao cobardes, e que os negros nesta occasião tomariam mais coragem e vantagem em sua revolta á esta representação, eu, homem sem experiencia, e sem malicia, cedi á sua instancia e as fiz deixal-as abertas, pensando que este homem me a conselhasse por puro zelo, por isso é que celebrei a missa, que deixei no meio por medo de ficar victima dos rebeldes.

Porem eu confio neste Deos escondido debaixo dos vcos Sacramentaes que hade defender a minha innocencia, e confundir os meus aleivosos inimigos. Deos lhes perdoe, e use com elles misericordia.

Fr. Gregorio José Maria de Bene.  
Nova freguezia de S. José do Queimado.

---

ANNUNCIOS.

NA loja de latoeiro de João Antonio de Freitas na rua da Praia, precisa-se alugar um escravo, na mesma casa vende-se ouro velho a 3\$000 rs. a oitava.

JOSE Antonio de Farias segue viagem ao Rio de Janeiro no brigue escuna Carolina, a tratar de seu negocio.

VENDE-SE um sitio na freguesia de Vianna, com caza para morada, e grande plantação de café, devidindo com terras de um Moraes, e do Coronel Ignacio Pereira Duarte Carneiro: para tratar n'aquella freguesia com Francisco Martins de Jesus, e nesta Cidade com Joaquim Pinto Ribeiro.

TYPGRAPHIA CAPITANIENSE DE AZEREDO

Fonte: Publicações a pedido. **Correio da Victória**. Victoria, 21 de abr. de 1849, p.4. Disponível no site da Biblioteca Nacional.